



Programa de Pós-Graduação em
LINGUÍSTICA

**O CONDICIONAL EVIDENCIAL REPORTATIVO EM DISCURSOS POLÍTICOS DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA DESCRIÇÃO COGNITIVISTA DOS FENÔMENOS DE
PONTO DE VISTA E PERSPECTIVA**

São Carlos
2024





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

BEATRIZ DE SOUZA MELLA

**O CONDICIONAL EVIDENCIAL REPORTATIVO EM DISCURSOS POLÍTICOS
DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA DESCRIÇÃO COGNITIVISTA DOS
FENÔMENOS DE PONTO DE VISTA E PERSPECTIVA**

São Carlos - SP
Dezembro de 2024

BEATRIZ DE SOUZA MELLA

**O CONDICIONAL EVIDENCIAL REPORTATIVO EM DISCURSOS POLÍTICOS
DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA DESCRIÇÃO COGNITIVISTA DOS
FENÔMENOS DE PONTO DE VISTA E PERSPECTIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como requisito à obtenção do título de Mestra em Linguística.

Linha de pesquisa: Descrição, análise e processamento automático de línguas naturais.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale

Apoio: FAPESP (Processo 2022/08776-7)

São Carlos - SP

Dezembro de 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Beatriz de Souza Mella, realizada em 11/12/2024.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Flavia Bezerra de Menezes Hirata Vale (UFSCar)

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP)

Prof. Dr. Renato Miguel Basso (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Mella, Beatriz de Souza

O condicional evidencial reportativo em discursos políticos do português brasileiro: uma descrição cognitivista dos fenômenos de ponto de vista e perspectiva / Beatriz de Souza Mella -- 2024. 157f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale
Banca Examinadora: Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Renato Miguel Basso
Bibliografia

1. Condicional reportativo. 2. Ponto de vista. 3. Linguística cognitivo-funcional. I. Mella, Beatriz de Souza. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

À vó Lidia, que me vê com os mesmos olhos de quando eu ainda era uma criança. Me enxergar através deles foi o que, por muitas vezes, não deixou que eu me esquecesse de quem sou.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ana Amália e William Eduardo, por serem extremamente presentes e dedicados. Por estarem ali, bem perto, sempre e para qualquer coisa, sendo meu alicerce fiel e imensurável. Por sonharem comigo, me apoiarem nos meus projetos, permitindo a realização de cada uma das minhas conquistas, fazendo delas também as suas. Por me prestigiarem, me cercarem de amor e carinho, me ouvirem e me encorajarem nos desafios do meio do caminho. Por tudo e por tantas coisas.

À minha avó, Lidia, por ter um amor tão genuíno por mim que eu nunca vou conhecer outro igual. Por me colocar em todas as suas orações, sendo desde sempre um verdadeiro anjo da guarda para mim na Terra. Por todas as vezes que você apagou o meu caderno, quando a escrita não estava à altura do capricho.

Aos três, pela paciência comigo nesse período, por compreenderem e respeitarem as tantas vezes em que precisei estar ou me fiz mais ausente no dia a dia. Por não me deixarem desanimar, sempre confiando, acreditando em mim e me lembrando do caminho e dos propósitos. Jamais terei como agradecer a bênção de ter vocês como família.

À minha avó, Sirene, e aos meus avôs, Lucas Francisco e Eunésio, pelo legado. Por me acompanharem e me iluminarem, de onde quer que estejam.

À Millie, por encher meu coração com o amor e o carinho mais sinceros nesta e em todas as outras fases ao longo desses já dezoito anos.

Ao meu mais lindo encontro do Mestrado, Lívia, você foi força no meu dia a dia. Por ter me ajudado em absolutamente tudo o que estava ao seu alcance. Obrigada pela paciência desmedida, por todas e pelas tantas vezes, até o último momento, em que você me ouviu, me acolheu e me ajudou a encontrar a saída quando, sozinha, eu não encontrava. Por outras tantas que você se dispôs a ouvir minhas dúvidas e tentou contribuir de alguma forma (mesmo que em muitas delas você não estivesse entendendo quase nada do que eu dizia). Mas, na maioria dessas vezes, por simplesmente estar. Por não deixar que os dias cinzas escurecessem, trazendo amor e afeto vestidos de cor. Por ser minha companheira de vida e de sonhos.

Aos meus tios e padrinhos, Inês e João Reginaldo, pelo apoio, confiança e carinho desde sempre.

À Isabela, a irmã que a República Cocotas (amo vocês) me deu. Por estar comigo em todas as fases desses oito anos de trajetória em São Carlos, compartilhando os tombos e comemorando cada conquista. Por tudo o que construímos. Pelo nosso companheirismo, confiança e respeito.

À Lia, uma amizade-presente do acaso, pela companhia diária, por ter dividido comigo a casa e a vida nesse período. Pelas incontáveis vezes que você me ouviu chorar as pitangas, parada à porta do seu quarto, com um café na mão. Pela parceira, pelos conselhos, cada ombro, cada risada.

À Maria Júlia e à Maria Carolina, os dois grandes presentes que o Funcionalismo me deu, não sei como agradecer a vocês, vocês foram essenciais. Obrigada pela enorme paciência, por todas e longas trocas em todo e qualquer momento, por sempre estarem dispostas a me ajudar com as dúvidas e as aflições, por me encorajarem, pela parceria e pelo companheirismo. Contem comigo!

Às minhas Juremas (Pedro, Clara, Carolina e Lucas), pelos tantos “quintou”, que mais pareciam uma roda de terapia em grupo e que, mesmo nos fazendo concluir que melhor é a vida do graduando, tanto esquentavam nossos corações. Obrigada por, principalmente nos últimos meses, entenderem as minhas tantas ausências.

Aos amigos da 3Ato, por colorirem as terças-feiras e além. Sempre com uma porção de arte e uma dose de conversa jogada fora, por terem sido um refúgio muitas vezes.

À Lanna, a primeira amiga que fiz na pós-graduação, pelos perrengues compartilhados (com o R e outros mais), pelos cochilos na BCo após o almoço das intermináveis quartas-feiras, por todas as vezes que você tentou me convencer que ser paulista é não ser muito original, pelas infinitas risadas. Serei sempre grata!

À Rosinete, sempre carinhosa, por ter sido nossa mãezona, sempre nos levando um mimo para alegrar as nossas muitas quartas-feiras de idas à UNICAMP.

À Claudia, Rodrigo, Felipe, Alexander e Vanesa, por terem sido minha família latino-americana (e a melhor que eu poderia ter) no período em que estive na Bélgica. Pelas muitas *Tripel Karmeliets* e pelos “*kebabiis*” depois de um *Oude Markt*. Pelas tantas *chelas en la “resi”*, acompanhadas de jogos aleatórios. Pelos *asados* no jardim ou uma praia com casacos e calças. Pela paciência com o meu espanhol recém-nascido, que não foi impedimento para as nossas inúmeras (e, às vezes, até profundas) conversas. Por me permitirem aprender mais sobre onde vivo e me mostrarem que somos diferentes, mas muito parecidos. Por terem deixado à Beita tantas lembranças de dias alegres e oferecido conforto nos dias difíceis. *¡Espero volver a verlos un día, más pronto que tarde! Gracias!*

À minha orientadora, professora Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale, que, com um abraço, aceitou me orientar. Pelos seis anos de trabalho compartilhados, pelos aprendizados e pelas oportunidades. Uma vez, depois de você ter feito a entrega do meu diploma de graduação, te escrevi que uma grande parte das coisas que realizei e conquistei, nessa trajetória até aqui,

tem um pouco de Flávia. Ao final de mais uma etapa, isso permanece uma verdade. Deixo, nessas palavras, a minha gratidão.

À professora María Sol Sansiñena Pascual, minha orientadora durante o estágio de pesquisa no exterior, por ter me recebido de braços abertos, sendo sempre tão gentil e carinhosa, desde o primeiro contato. Agradeço imensamente à sua generosidade em compartilhar comigo um pouco do seu valioso conhecimento e às suas contribuições tão pertinentes. À paciência e à disponibilidade constantes. *¡Fue un enorme placer, muchísimas gracias por todo!*

Ao professor Sebastião Carlos Leite Gonçalves, por tantas vezes ter assistido às apresentações do meu trabalho em eventos acadêmicos, sempre atento e com comentários relevantes a fazer. Ao professor Renato Miguel Basso, por ter ministrado a primeira aula que tive na graduação em Letras, da disciplina de Introdução à Linguística, e ter aberto a mim as primeiras portas desse vasto mundo. A ambos, por terem aceitado, com generosidade e prontidão, o convite para compor a banca examinadora deste trabalho. Pelas sugestões e contribuições no Exame de Qualificação, fundamentais para o encaminhamento da minha pesquisa.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística, pelos aprendizados e por terem contribuído com a minha formação como linguista.

À Katholieke Universiteit Leuven, pela hospitalidade e pelas valiosas e inesquecíveis experiências. *Dank u wel!*

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida nos meses de outubro e novembro de 2022.

À FAPESP, pelo financiamento desta pesquisa entre os meses de dezembro de 2022 a janeiro de 2025 (Processo 2022/08776-7) e pela BEPE entre os meses de novembro de 2023 a abril de 2024 (Processo 2023/08854-0).

À Universidade Federal de São Carlos, sempre! Pelos oito anos de acolhida, oportunidades, experiências e tantas vivências. Por oferecer uma formação pública e de qualidade. Por me transformar. Continue resistindo!

RESUMO

Baseando-se na literatura já consolidada em outras línguas (Böhm; Hennemann, 2014; Dendale, 1993, 2010, 2012; Kronning, 2018; Oliveira, 2013; Squartini, 2001), Lourenço (2016) e Mella (2020) consideram que o futuro do pretérito, no português brasileiro (PB), é uma forma verbal que pode exprimir, em um enunciado, não apenas valores semânticos temporais e modais, mas também evidenciais. Devido a esse valor estar muito mais relacionado aos significados modais dessa forma verbal do que aos temporais (Câmara Jr., 1967, *apud* Freitag; Araujo, 2011), este estudo considera o termo “condicional” (Dendale, 1993, 2010, 2012; Dendale; Coltier, 2013; Oliveira, 2013) mais apropriado para se referir ao objeto de estudo deste trabalho: o condicional reportativo (Kronning, 2012, 2018). A reportatividade é um modo indireto de obtenção de informação e, portanto, um tipo de evidencialidade, caracterizado pelo empréstimo do conteúdo de outro(s) (Kronning, 2018). Ao realizar esse empréstimo, o falante automaticamente expressa em seu enunciado o conteúdo cognitivo de um outro indivíduo (Hattner, 2018). Com essa premissa em mente e baseando-se nas descrições de Lourenço (2016) e Mella (2020), que atestaram o condicional como um marcador gramatical de evidencialidade no PB, este trabalho tem como objetivo (i) ampliar o escopo de análise do objeto e tratar o condicional reportativo não apenas como um fenômeno funcional, mas também cognitivo, propondo analisá-lo como um marcador gramatical de construção de ponto de vista e de mudança de perspectiva no discurso. Os pontos de vista linguísticos são estruturas pontuais construídas pelo falante por mecanismos linguísticos diversos, orientados a atender uma determinada perspectiva discursiva (Dancygier, 2017). A principal hipótese é a de que o condicional reportativo provoca a emergência de um ponto de vista que altera a perspectiva do discurso. Este estudo objetiva também (ii) contribuir para a descrição do condicional como marcador gramatical evidencial no PB. Para isso, busca-se analisar, dentre outras questões, a distribuição das ocorrências condicionais entre os usos considerados, e, dentre as reportativas, aquelas em que o condicional é o único mecanismo que cumpre com essa função no enunciado. Adotada a Linguística Cognitivo-Funcional como abordagem teórica, para cumprir com esses objetivos, a pesquisa contou com um *corpus* de Diários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal brasileiros, disponíveis nos *sites* das respectivas Casas Legislativas, compilado manualmente. As ocorrências condicionais foram coletadas com o auxílio da Plataforma R (R Core Team, 2023), a partir dos sufixos da forma verbal, e classificadas de acordo com seu uso em cada contexto, com base em Dendale (2010) e Vatrican (2013, 2014). Aquelas que permitiram uma leitura reportativa foram analisadas de acordo com (i) a pessoa e o número do sujeito verbal e (ii) a forma verbal (sintética ou perifrástica), parâmetros de natureza morfossintática, e quanto às características da (iii) fonte da informação, de natureza semântico-pragmática. Baseando-se nos pressupostos teóricos de Kronning (2018) para o condicional reportativo, a análise desses parâmetros permitiu traçar resultados que contribuiriam para elucidar a caracterização desse objeto no PB. Para o seu tratamento como um marcador gramatical de construção e mudança dos fenômenos discursivos de ponto de vista e perspectiva nessa língua, foram analisadas a interação entre a estrutura gramatical e o contexto discursivo (Zeman, 2019) e a distinção entre dêixis e cognição (Vandelanotte, 2019). Essa análise permitiu confirmar a hipótese de que o condicional reportativo é, de fato, um mecanismo gramatical de construção de ponto de vista, empregado estrategicamente pelo falante, por intenções semântico-pragmáticas, capaz de provocar uma alteração na perspectiva cognitiva do discurso.

Palavras-chave: Condicional reportativo. Ponto de vista. Perspectiva. Linguística Cognitivo-Funcional. Discurso político.

ABSTRACT

Based on well-established literature in other languages (Böhm; Hennemann, 2014; Dendale, 1993, 2010, 2012; Kronning, 2018; Oliveira, 2013; Squartini, 2001), Lourenço (2016) and Mella (2020) consider that the future in the past (*futuro do pretérito*) in Brazilian Portuguese (BP) is a verbal form that can express not only temporal and modal semantic values in an utterance but also evidential ones. Since this value is much more related to the modal meanings of this verbal form than to the temporal ones (Câmara Jr., 1967, apud Freitag; Araujo, 2011), this study considers the term “conditional” (Dendale, 1993, 2010, 2012; Dendale; Coltier, 2013; Oliveira, 2013) more appropriate to refer to the object of this research: the reportative conditional (Kronning, 2012, 2018). Reportativity is an indirect way of obtaining information and, therefore, a type of evidentiality, characterized by borrowing the content from other sources (Kronning, 2018). By making this borrowing, the speaker automatically expresses the cognitive content of another individual in their utterance (Hattner, 2018). With this premise in mind and based on the descriptions by Lourenço (2016) and Mella (2020), who attested to the conditional as a grammatical marker of evidentiality in BP, this study aims to (i) broaden the scope of analysis of the object and approach the reportative conditional not only as a functional phenomenon but also as a cognitive one, proposing to analyze it as a grammatical marker of viewpoint construction and perspective shift in discourse. Linguistic viewpoints are specific structures constructed by the speaker through various linguistic mechanisms, oriented toward a given discursive perspective (Dancygier, 2017). The main hypothesis is that the reportative conditional triggers the emergence of a viewpoint that alters the discourse perspective. This study also aims to (ii) contribute to the description of the conditional as a grammatical evidential marker in BP. To achieve this, it seeks to analyze, among other issues, the distribution of conditional occurrences across the considered uses, and, among the reportative ones, those in which the conditional is the only mechanism fulfilling this function in the utterance. Adopting the Cognitive-Functional Linguistics approach as its theoretical framework, to achieve these objectives, the research relied on a *corpus* compiled manually and composed of records from the Brazilian Chamber of Deputies and the Federal Senate, available on the respective websites of the Legislative Houses. The conditional occurrences were collected using the R Platform (R Core Team, 2023), based on the suffixes of the verbal form, and classified according to their use in each context, following Dendale (2010) and Vatrican (2013, 2014). Those that allowed for a reportative reading were analyzed according to (i) the person and number of the verbal subject and (ii) the verbal form (synthetic or periphrastic), which are morphosyntactic parameters, as well as in relation to the characteristics of (iii) the information source, a semantic-pragmatic parameter. Based on the theoretical assumptions by Kronning (2018) regarding the reportative conditional, the analysis of these parameters yielded results that contributed to elucidating the characterization of this phenomenon in BP. For its treatment as a grammatical marker of construction and shift in discourse phenomena related to viewpoint and perspective in this language, the study analyzed the interaction between grammatical structure and discursive context (Zeman, 2019) and the distinction between deixis and cognition (Vandelanotte, 2019). This analysis confirmed the hypothesis that the reportative conditional is, in fact, a grammatical mechanism of viewpoint construction, strategically employed by the speaker for semantic-pragmatic purposes, capable of triggering a shift in the cognitive perspective of the discourse.

Keywords: Reportative conditional. Viewpoint. Perspective. Cognitive-Functional Linguistics. Political speeches.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A tipologia evidencial de Willet (1988).....	33
Figura 2 – <i>Output</i> da extração dos dados de sufixo -aria, obtidos por meio da função <i>extracao()</i> do pacote <i>dmsocio</i> (Oushiro, 2018) e reunidas pela plataforma <i>R</i> (R Core Team, 2023) em arquivo <i>.txt</i>	85
Figura 3 – Subcategorias do parâmetro da fonte da informação	96
Figura 4 - Distinção dêitico-cognitiva, com base em Vandelanotte (2019).....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação de pessoa e número em relação ao morfema da terminação verbal	88
Quadro 2 - Parâmetros de codificação e de análise dos dados condicionais reportativos encontrados no <i>corpus</i> e seus respectivos níveis linguísticos	93
Quadro 3 - Os fenômenos de ponto de vista e perspectiva e suas respectivas características	120
Quadro 4 - Principais marcadores dêiticos localizados no fragmento 1, classificados de acordo com as suas respectivas coordenadas	123
Quadro 5 - Principais marcadores dêiticos localizados no fragmento 2, classificados de acordo com as suas respectivas coordenadas	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição do número de ocorrências de verbos no condicional presentes no <i>corpus</i> , de acordo com o sufixo verbal.....	86
Tabela 2 - Distribuição do número de ocorrências de verbos no condicional presentes no <i>corpus</i> consideradas para o desenvolvimento da análise, de acordo com o sufixo verbal.....	88
Tabela 3 - Frequências e proporções dos cinco usos de condicional considerados na classificação das ocorrências de verbos no condicional do <i>corpus</i> de pesquisa.....	100
Tabela 4 - Frequências e proporções dos dados condicionais reportativos encontrados no <i>corpus</i> quanto à pessoa e ao número do sujeito verbal.....	108
Tabela 5 – Frequências e proporções dos dados condicionais reportativos encontrados no <i>corpus</i> quanto ao tipo de fonte da informação.....	111
Tabela 6 – Frequências e proporções dos dados condicionais reportativos encontrados no <i>corpus</i> quanto ao tipo de fonte da informação.....	116

LISTA DE SIGLAS

DCD	Diário da Câmara dos Deputados
DDPI	Distanciamento do Discurso ou Pensamento Indireto
DIST	<i>Distancing indirect speech or thought</i>
DPD	Discurso ou Pensamento Direto
DPI	Discurso ou Pensamento Indireto
DPIL	Discurso ou Pensamento Indireto-Livre
DSF	Diário do Senado Federal
DST	<i>Direct speech or thought</i>
FoF	<i>Future-of-Fate</i>
FIST	<i>Free indirect speech or thought</i>
GDF	Gramática Discursivo-Funcional
IST	<i>Indirect speech or thought</i>
LC	Linguística Cognitiva
LCF	Linguística Cognitivo-Funcional
LF	Linguística Funcional
PB	Português brasileiro
PE	Português europeu

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I: A EVIDENCIALIDADE E O CONDICIONAL REPORTATIVO COMO MARCA GRAMATICAL NAS LÍNGUAS	26
1.1 A Evidencialidade	26
1.2 O Condicional Reportativo	35
CAPÍTULO II: PONTO DE VISTA E PERSPECTIVA DO DISCURSO: MECANISMOS LINGUÍSTICOS DE CONSTRUÇÃO E MUDANÇA	51
2.1 A Linguística Cognitivo-Funcional	51
2.2 As noções de ponto de vista e perspectiva	56
2.3 Dêixis e cognição	65
2.4 Construções de múltiplas perspectivas	69
2.4.1 Múltiplas perspectivas em construções de relato	73
CAPÍTULO III: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	80
3.1 O <i>Corpus</i>	80
3.1.1 Justificativa para a escolha do gênero textual “discurso político”	80
3.1.2 Etapas e critérios de elaboração	81
3.2 Coleta de dados	84
3.3 Classificação dos dados	89
3.3.1 Quanto aos usos da forma verbal	89
3.3.2 Quanto aos parâmetros de codificação e de análise dos dados reportativos	92
3.4 Critérios de análise do condicional reportativo como um marcador gramatical de construção de ponto de vista e de perspectiva no discurso	96
CAPÍTULO IV: ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	99
4.1 Distribuição dos dados gerais entre os usos considerados	99
4.2 Caracterização do objeto de estudo	105
4.2.1 Dos parâmetros de natureza morfossintática	106
4.2.1.1 Pessoa e número do sujeito verbal	106

4.2.1.2 Forma verbal.....	110
4.2.2 Do parâmetro de natureza semântico-pragmático.....	115
4.2.2.1 Fonte da informação.....	116
4.3 O Condicional Reportativo como um marcador gramatical de ponto de vista e mudança de perspectiva no discurso.....	119
4.3.1 Análise do fragmento 1.....	121
4.3.2 Análise do fragmento 2.....	130
CONCLUSÕES.....	140
REFERÊNCIAS.....	144
APÊNDICE A — Relação de Diários coletados para a composição do corpus de pesquisa.....	153
ANEXO A — Trecho completo do Fragmento 1, analisado na parte 2 do Capítulo V.....	155

INTRODUÇÃO

O futuro do pretérito no português brasileiro (PB) é uma forma verbal que pode assumir diferentes valores semânticos em um enunciado, o que se deve à sua natureza temporal localizada no modo *irrealis*, relacionado aos significados de dúvida, incerteza ou hipótese. Nesse sentido, essa forma verbal pode tanto exprimir valores temporais quanto valores modais.

Além desses significados temporais e modais, o futuro do pretérito nas línguas românicas expressa significados relacionados à evidencialidade, conforme se descreve em francês (Dendale 1993, 2010, 2012; Squartini, 2001), italiano (Squartini, 2001), espanhol (Böhm; Hennemann, 2014; Squartini, 2001) e português europeu (PE) (Oliveira, 2013). Os trabalhos de Lourenço (2016) e Mella (2020) também apontaram para essa direção sobre o PB.

Por essa razão, diversos autores, como Kronning (2012, 2018), Dendale (1993, 2010, 2012), Dendale e Coltier (2013) e Oliveira (2013), referem-se ao futuro do pretérito como “condicional”, afinal, não são as noções de tempo que se destacam nos usos modais ou evidenciais.

Câmara Júnior, em 1967, destacava que “[...] a preferência do termo *condicional do indicativo* para se referir às formas verbais terminadas em *-ria* demonstra a inclinação pelas características peculiares de um modo de realização do processo verbal, e não do tempo da sua ocorrência” (Câmara Júnior, 1967, *apud* Freitag; Araujo, 2011, p. 206).

Neste trabalho, analisa-se o futuro do pretérito como mais relacionado aos significados modais que essa forma verbal pode expressar do que aos seus valores temporais, uma vez que o objeto de análise a ser apresentado é o condicional reportativo, um valor evidencial dessa forma verbal. Desse modo, considera-se o termo “condicional” mais apropriado para caracterizar esse objeto, com base em Kronning (2018), que descreveu esse marcador gramatical no francês (01), no italiano (02) e no espanhol (03), conforme demonstrado a seguir, nos seguintes exemplos:

(01) *Kadhafi serait malade avec besoin urgent de soins hors Libye. Manière de sortir en sauvant la face ? Rumeur ?* (Kronning, 2018, p. 72)

Kadhafi **estaria** doente e precisando urgentemente de cuidados fora da Líbia. Uma maneira de sair sem perder o prestígio? Boato?¹

¹Este e todos os demais exemplos retirados da literatura estrangeira apresentam uma tradução de elaboração própria.

(02) *Il leader libico Muammar Gheddafi sarebbe malato* (Kronning, 2018, p. 72)

O líder líbio Muammar Gheddafi **estaria** doente.

(03) *Kadafi estaría enfermo y busca cobijo de Zuma/ Estambul. El líder libio Muammar Kadafi está muy enfermo y pretende viajar a Sudáfrica para tratarse, según informó ayer el diario árabe “Al Sharq Al Awsat”* (Kronning, 2018, p. 72)

Kadafi **estaria** doente e busca abrigo com Zuma/ Istambul. O líder líbio Muammar Kadafi está muito doente e pretende viajar para a África do Sul para se tratar, segundo informou o jornal árabe “Al Sharq Al Awsat” ontem.

Nos casos de (01) a (03), segundo Kronning (2018), o uso do condicional pode ser entendido como uma marca de evidencialidade, que está relacionada aos processos de raciocínio do falante até chegar efetivamente ao enunciado (Cornillie, 2009), porque a informação não advém dele próprio e é, na verdade, uma informação reportada. A reportatividade, por sua vez, constitui um tipo de evidencialidade indireta, cujos enunciados decorrem do empréstimo do conteúdo de outro(s) (Kronning, 2018, p. 72).

Em (01), o falante repassa uma informação sobre uma outra pessoa, “Kadhafi”, sem mencionar a fonte pela qual pôde acessá-la, deixando-a inespecífica. Apesar disso, sabe-se que ele não teve acesso direto a esse conteúdo e que o obteve de outrem. O mecanismo que, nesse enunciado, permite identificar esse processo é de natureza gramatical: o condicional. Isso acontece em decorrência do distanciamento criado por esse emprego entre o falante e o conteúdo. O uso dessa forma verbal torna possível que o falante se exima da avaliação da confiabilidade da informação e, logo, não se coloque como o responsável por ela. Essa função reportativa do condicional se confirma quando se substitui essa forma por outras do modo indicativo, como, por exemplo, em “Kadhafi esteve/ estava/ está doente”. Por pertencerem ao domínio do *realis*, essas formas não demonstram questionamento do falante quanto à confiabilidade da informação, ao mesmo tempo que não permitem a ele confirmá-la, porque se trata de uma informação de um outro não especificado.

Em (02), o uso do condicional em italiano se dá exatamente da mesma maneira que em (01), em francês. O jornalista transmite um conteúdo sobre um outro, “Gheddafi”, e não informa exatamente por quem ou por qual meio o obteve. Com o emprego do condicional, ele esquiva-se de endossar um compromisso, demarcando gramaticalmente a reportatividade - efeito que não seria alcançado por outras formas verbais disponíveis na língua.

Em (03), no espanhol, o falante informa a respeito de Kadafi, mas menciona o veículo pelo qual obteve a informação, o que não fazem os falantes de (01) e (02). Mesmo marcando a reportatividade por meio de uma construção prepositiva, do tipo “segundo X”, se o jornalista, em (03), empregasse outras formas do indicativo no lugar do condicional, não seria alcançado o mesmo efeito de sentido. Nesse caso, pela construção prepositiva, saber-se-ia que se trata de um relato, porém, sem reforçar isso gramaticalmente; e, utilizando formas como “esteve”, “estava” e “está”, ele não estaria se eximindo de avaliar o conteúdo, embora sinalize que este não é advindo dele.

Apesar dessa menção em (03), a fonte “o jornal árabe “Al Sharq Al Awsat” ainda permanece como inespecífica, como em (01) e (02), porque se trata de um referente coletivo (“o jornal”). Dessa forma, não há como o ouvinte saber exatamente quem foi o falante original da informação reportada. Permitir que a fonte seja inespecífica é, segundo Kronning (2018), uma propriedade dessa forma gramatical. No entanto, de acordo com o autor, os enunciados em que há menção específica da fonte da informação não são menos reportativos, como é o caso do exemplo (04), apresentado a seguir:

(04) *El oso común que, según Zimmermann, **estaría** difundido por todo el globo, no existe en América* (Kronning, 2018, p. 77)

O urso comum que, segundo Zimmermann, **estaria** espalhado por todo o globo, não existe na América.

Em (04), o jornalista explicita a pessoa por meio de quem ele obteve a informação a respeito do urso. Mas, ainda assim, é o condicional que permite a ele não avaliar a confiabilidade dessa informação, que advém desse terceiro, Zimmermann. Da mesma forma que em (02), se ele não utilizasse o condicional “estaria”, mas outra forma verbal, a sua relação com o enunciado seria outra, isto é, ele não demonstraria distanciamento, porque é o condicional que permite a abstenção de avaliação do conteúdo.

Descrições e análises do condicional reportativo no PB, conforme mencionado, já foram realizadas por Lourenço (2016) e Mella (2020). As autoras trataram desse uso em textos jornalísticos e políticos, respectivamente, e mostraram que o condicional pode ser entendido como um marcador gramatical de evidencialidade reportativa, que, mesmo quando coexistente com outros marcadores reportativos, faz com o que o enunciado marcado pelo condicional seja

atribuído a uma outra parte. Os casos de (05) a (08) são exemplos encontrados nos *corpora* analisados nas pesquisas de Lourenço (2016) e Mella (2020):

(05) O deputado disse apenas que essa **seria** uma solução para não desagradar os demais partidos políticos, que perderam deputados com a criação do PSD. (Lourenço, 2016, p. 93)

(06) A justificativa utilizada foram danos estruturais no imóvel que, segundo suspeita nunca esclarecida em definitivo, **teriam sido** fruto de intenção dolosa. (Lourenço, 2016, p. 99)

(07) Segundo dados do Ministério da Cidadania, esses saldos remanescentes nos Fundos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais, apurados até dezembro de 2019, **totalizariam** o montante de R\$ 1,5 bilhão (um bilhão e meio de reais), recursos importantíssimos para fortalecer a rede socioassistencial, ainda mais neste difícil momento por que atravessa o Brasil. (Mella, 2020, p. 50)

(08) Um dos argumentos utilizados pelo Governo para combater esse relatório foi a alegação de que os beneficiários do BPC não **teriam contribuído** para a Previdência. (Mella, 2020, p. 52)

Em (05), não é possível saber quem, de fato, presenciou a fala do deputado, mas pelo emprego do verbo *dicendi* “dizer”, pode-se verificar a natureza indireta da informação. No entanto, se não fosse pela função reportativa do verbo “ser” no condicional, o falante não estaria se recusando a avaliar sua confiabilidade, pois o uso de “foi”, “é” e “será” não demonstraria questionamentos de sua parte quanto a ela.

Em (06), “segundo suspeita” é uma menção inespecífica à fonte da informação, mas que cumpre a função de indicar a natureza reportativa do enunciado. O emprego da forma condicional “teriam sido” reforça o distanciamento do jornalista e permite a ele não avaliar a confiabilidade desse enunciado, como o faz em “foram danos estruturais”, pelo uso da forma do pretérito perfeito.

Em (07), por fazer referência a um coletivo e não a uma pessoa específica, o “Ministério da Cidadania” configura-se como uma menção inespecífica da fonte da informação, já que não há como inferir de quem do Ministério se origina a informação. Essa locução funciona como marcador lexical da reportatividade, assim como o verbo condicional “totalizariam” funciona como um marcador gramatical. Este último, no entanto, além de indicar a obtenção indireta da informação, permite que o político não seja assertivo quanto ao “montante de R\$1,5 bilhão”, justamente por se tratar de uma informação de terceiros. Também nesse caso, isso não aconteceria se fossem utilizadas formas como “totalizaram”, “totalizou”, “totalizam” e “totalizarão”, que não permitiriam uma interpretação de dissociação da confiabilidade do que foi dito.

Em (08), por fim, o ouvinte não pode saber a partir de quem ou do que o falante soube o fato de que essa alegação foi um dos argumentos utilizados pelo Governo para combater o relatório, pois não há menção alguma a essa fonte, o que faz dela inespecífica no enunciado. Nesse caso, é a perífrase condicional “teriam contribuído” que permite identificar que se trata de um conteúdo obtido por meio indireto, que não pertence ao falante em primeira mão. Isso se deve ao valor reportativo que essa forma expressa, que demarca uma negação do falante em endossar comprometimento com o que se tratava a alegação. O uso de outras formas do indicativo não possibilitaria tal interpretação, e, se ocorresse, não haveria marcas de reportatividade no enunciado, ou seja, o que se perderia é um valor modal-evidencial, e não meramente temporal.

Na análise das construções com o condicional reportativo, Mella (2020) avaliou a consideração de Hattner (2018), de que o falante, ao reportar uma informação em um enunciado, expressa o **conteúdo cognitivo** de um outro indivíduo. Nesse sentido, assume-se que, quando o falante usa uma construção com o condicional reportativo, a informação/conteúdo externaliza não somente o **ponto de vista** desse falante, mas também o de outro(s), fazendo com que se crie uma construção de **perspectiva** de distanciamento.

Assim, o condicional reportativo pode ser compreendido como um tipo de estratégia cognitiva que promove esse distanciamento. A avaliação do condicional reportativo que se faz no presente trabalho pretende, portanto, “adicionar” uma camada à análise gramatical já realizada em Mella (2020), considerando-o como **um marcador gramatical de ponto de vista e perspectiva**, com base em estudos como os de Dancygier (2012, 2017), Dancygier e Sweetser (2012), Dancygier e Vandelanotte (2016), Vandelanotte (2009, 2012, 2019) e Zeman (2019).

Segundo Zeman (2019), construções que refletem duas ou mais perspectivas, ou seja, que têm mais de um “sujeito perspectivizador”, nas palavras do autor, são consideradas como construções de múltiplas perspectivas. Nesses casos, o condicional reportativo seria um dos mecanismos, dentre os inúmeros que a língua oferece, aos quais o falante recorre para construir a perspectiva desejada para o seu discurso como um todo, em favor das suas intenções.

Dujin e Verhagen (2019) consideram que há uma tradição de estudos sobre como os participantes do discurso negociam os pontos de vista entre si diante de um enunciado (cf. Langacker, 1990; Sweetser, 1990; Verhagen, 2005; Du Bois, 2007), bem como a representação de pontos de vista de terceiros nas construções (cf. Fludernik, 1993; Vandelanotte, 2009; Dancygier, 2012; Dancygier; Lu; Verhagen., 2016; Sandler; Pascual, 2019).

A hipótese que norteou este trabalho, especificamente, foi a de que o condicional reportativo faz emergir um ponto de vista que provoca uma mudança de perspectiva no discurso. Para atingir esse objetivo de tratar o condicional reportativo como um marcador gramatical de ponto de vista e perspectiva, considerando-se a hipótese de que o emprego desse mecanismo altera a perspectiva do discurso, foram adotadas as seguintes perguntas de pesquisa como ponto de partida:

- (i) como se dá a construção de pontos de vista em discursos com o emprego do condicional reportativo?
- (ii) a perspectiva se altera quando há a emergência desse ponto de vista, isto é, quando o condicional reportativo é utilizado?
- (iii) se sim, como?

Para responder a essas perguntas iniciais, relacionadas à hipótese de pesquisa, entende-se, a partir dos pressupostos teóricos de Zeman (2019), que a construção dos pontos de vista no discurso é resultado de uma análise da inter-relação entre a estrutura dêitica dos elementos gramaticais nele empregados e a estrutura da perspectiva do seu contexto. Com base em Vandelanotte (2019), verificou-se a necessidade fundamental da distinção entre a perspectiva dêitica do discurso, relacionada ao centro dêítico dos enunciados – que é, por sua vez, guiado pelas coordenadas “eu, você - aqui, agora” –, e a perspectiva cognitiva, associada aos estados cognitivos que podem ser observados no discurso, para desenvolver a análise acerca do tema.

Foi a partir desse cenário, tomando-se como base a consideração de Zeman (2019), a distinção dêitico-cognitiva, proposta por Vandelanotte (2019), e, principalmente, as perguntas de pesquisa iniciais, que surgiram os seguintes desdobramentos:

- (iv) qual é a relação estabelecida entre a estrutura dêitica dos elementos gramaticais presentes no enunciado e a estrutura da perspectiva do contexto do discurso?
- (v) qual é a distinção entre a perspectiva dêitica e a perspectiva cognitiva nos contextos analisados?

Também com o objetivo de contribuir para o panorama das pesquisas desenvolvidas sobre essa forma verbal como marcação gramatical de evidencialidade no PB, uma vez que ainda não há levantamentos quantitativos acerca desse tema, e elucidar a caracterização do condicional reportativo nessa língua, buscou-se apresentar resultados para os seguintes questionamentos:

- (i) da totalidade de ocorrências de verbos no condicional identificadas, como elas se distribuem entre os seus diferentes usos? Quantas delas expressam evidencialidade e quantas expressam evidencialidade reportativa?
- (ii) qual é a pessoa do sujeito verbal nas ocorrências encontradas?
- (iii) qual forma verbal é mais frequentemente empregada como reportativa nas ocorrências do *corpus*?
- (iv) nas ocorrências analisadas, há casos em que o condicional é o único mecanismo utilizado pelo falante para a construção da reportatividade?

Nesse sentido, para o desenvolvimento da análise e a fim de buscar responder a todas essas perguntas, a presente pesquisa contou com ocorrências coletadas de um *corpus* compilado a partir de Diários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal brasileiros, com extensas transcrições oficiais de cada sessão realizada nessas Casas Legislativas, disponíveis nos seus respectivos *sites*, de acesso aberto e gratuito.

Sendo uma pesquisa que adota a Linguística Cognitivo-Funcional (LCF) como abordagem teórica, desenvolver uma análise baseada em *corpus* “não só é adequado para confirmar ou refutar uma hipótese através de dados empíricos, mas também fornece *insights* adicionais para uma descrição da realidade linguística baseada no uso” (Arrese; Habler;

Carretero, 2017, p. 3, tradução nossa)², uma vez que se trata de um gênero textual inserido no cotidiano e que é essencial para o funcionamento político-social do sistema vigente.

Com o auxílio da Plataforma *R* (R Core Team, 2023), as ocorrências de condicional reportativo foram coletadas a partir das terminações da forma verbal. As ocorrências válidas foram classificadas segundo a proposta de Dendale (2010) para o condicional no francês – que, segundo Oliveira (2013), apresenta características semelhantes ao condicional do PB – e de Vatrican (2013, 2014) para o espanhol, de modo que fossem obtidos somente os casos de condicional reportativo.

Os casos de condicional reportativo coletados foram, então, analisados com base em parâmetros morfosintáticos e semântico-pragmáticos, considerados em conformidade com as premissas da LCF, de que a análise das características do uso em determinado contexto de fala, pautada na codificação linguística dos dados, permita que sejam retiradas conclusões relacionadas tanto à função quanto à forma do fenômeno estudado.

A dissertação que ora se apresenta está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo encarrega-se de apresentar, a partir de uma literatura funcionalista, o objeto de estudo, isto é, o condicional reportativo, e de que formas os conceitos e as categorias circundantes ao fenômeno estudado são entendidos. O segundo capítulo, sob a perspectiva da LCF, primeiramente, apresenta brevemente os principais pressupostos dessa abordagem, na qual se enquadra esta pesquisa, e, em seguida, ocupa-se de apresentar e discutir conceitos necessários para o estudo de ponto de vista e de perspectiva, bem como algumas das principais análises desenvolvidas pelos pesquisadores do tema, a fim de estabelecer relações teórico-metodológicas com o objeto de estudo a ser analisado neste trabalho. No terceiro capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos envolvidos na realização da investigação: o *corpus* e seus procedimentos de construção, a justificativa da adoção do discurso político como gênero textual de pesquisa e os critérios de coleta, de classificação, de codificação e de análise dos dados. O quarto capítulo destina-se à discussão dos dados e à análise dos resultados. Por fim, apresentam-se as conclusões do trabalho.

²Cf. “[...] which is not only suitable to confirm or disconfirm a hypothesis by empirical data, but it also provides further insights into a usage-based account of linguistic reality” (Arrese; Habler; Carretero, 2017, p. 3).

CAPÍTULO I: A EVIDENCIALIDADE E O CONDICIONAL REPORTATIVO COMO MARCA GRAMATICAL NAS LÍNGUAS

O principal objetivo deste capítulo é apresentar a definição de condicional reportativo considerada no presente trabalho. Para que o objeto de estudo seja devidamente contextualizado, apresentam-se também a perspectiva que se assume a respeito da evidencialidade e um breve panorama sobre as tipologias da categoria que são necessárias à compreensão da reportatividade.

1.1 A Evidencialidade

Segundo Dendale e Tasmowski (2001), para Jacobsen (1986) em 1947 já se abordava o conceito de evidencialidade, com Franz Boas. No entanto, foi Jakobson (1957) quem cunhou o termo **evidencial**³ como referência a essa categoria, que se relaciona com a fonte da informação vinculada ao enunciado.

A partir dos anos 1980, com a publicação de Chafe e Nichols (1986), a evidencialidade tornou-se um tema bastante discutido nos estudos de diversas línguas do mundo (cf. Givón, 1982; Hoff, 1986; Willet, 1988; Hengeveld, 1988; Dendale, 1993; Dendale; Tasmowski, 1994; Botne, 1997; Casseb-Galvão, 2001; Hattnher, 2001; Squartini, 2001; Kronning, 2002; Aikhenvald, 2004; Cornillie, 2007; Duarte, 2009; Vendrame, 2010; Oliveira, 2013; Böhm; Hennemann, 2014; Lourenço, 2016; Miranda, 2021; entre outros). Ao longo das décadas seguintes, sendo estudada por diferentes autores, a categoria recebeu uma grande variedade de definições e foi compreendida a partir de diferentes perspectivas e tipologias.

Hattnher (2007) cita algumas dessas definições, apresentadas a seguir:

Os evidenciais expressam o tipo de evidência que uma pessoa apresenta para fazer **afirmações factuais** (Anderson, 1986, p.273)

³Derivado de “evidência”, ou equivalente em outros idiomas, o uso dessa palavra é também algo que suscita discussão entre os pesquisadores do tema, porque *evidence*, no inglês, sugere “indício” ou “prova”, enquanto nas línguas românicas o termo está mais relacionado à ideia de clareza e obviedade, àquilo que não se contesta, o que não corresponde exatamente ao que faz parte do escopo da evidencialidade. É esse o motivo de alguns autores franceses (cf. Guentchéva, 1996; Lazard, 1999, *apud* Izquierdo Alegría, 2019) terem adotado os termos “mediação” (*médiation*) e “mediativo” (*médiatif*, do francês), ligado ao que utiliza o intermédio de um outro, e que, por essa razão, só é capaz de abrigar os casos de evidencialidade indireta. Já o termo *evidential*, compreende também os casos diretos (Silva, 2022). Esta pesquisa adotará o termo “evidencial”, como o fizeram outros estudos da categoria para o PB (cf. Casseb-Galvão, 2001; Lourenço, 2016; Miranda, 2021).

[Evidenciais] constituem uma categoria linguística que se refere a predições sobre as quais o falante assume terem uma **probabilidade razoável de serem verdadeiras**, mas que ele não pode atestar por observação direta ou experiência (Jacobsen, 1986, p.3)

Marcadores evidenciais qualificam a confiabilidade da informação veiculada de quatro maneiras primárias. Eles especificam a fonte da evidência em relação a qual as declarações são baseadas, **seu grau de precisão, sua probabilidade e expectativas concernentes a sua probabilidade** (Mithun, 1986, p.89)

[O conceito gramatical de evidencialidade] tem sido concebido em um sentido estrito como englobando os elementos gramaticais que codificam a fonte da informação do conhecimento expresso na proposição, e em um sentido mais amplo como englobando os elementos que codificam além da fonte da informação do conhecimento, **a atitude do falante em relação ao grau de certeza** que ele/ela tem a respeito da confiabilidade daquele conhecimento (Botne, 1997, p.509) (Hattner, 2007, p. 107, tradução da autora e grifos nossos).

Essas definições demonstram um dos principais desafios dos pesquisadores ao tratar dessa categoria linguística: a sua relação conceitual com a modalização epistêmica.

Como todo estudo linguístico, é natural que as diferentes formas de compreender um mesmo fenômeno gerem embates terminológicos e conceituais. Com o tema da evidencialidade não é diferente. Dentre outros pontos de discussão, talvez os limites entre as categorias da evidencialidade e da modalização epistêmica sejam um dos maiores debates entre os autores.

Lyons (1977) considera que a modalização epistêmica está relacionada ao conhecimento do falante perante a verdade de uma proposição. Para Palmer (1986), através da expressão da fonte do conteúdo, essa categoria epistêmica sinaliza o grau de comprometimento do falante com o enunciado. Para Nuyts (2001), o conceito refere-se às chances de ocorrência de um estado de coisas em um mundo possível, em um *continuum* que compreende probabilidades e possibilidades, que podem caminhar do absoluto ao irreal. Os exemplos a seguir, retirados do *corpus* analisado, buscam ilustrar essas definições:

(09) Todos os dias o brasileiro leva um susto com as revelações daquela que **talvez** seja a maior crise econômica que o País já enfrentou. (DCD, 04/dez/2015, p. 68)⁴

⁴Esse e outros exemplos seguintes foram retirados do *corpus* construído para o desenvolvimento desta pesquisa, que será apresentado e terá seus procedimentos metodológicos descritos adiante, em capítulo apropriado. Por ora, é necessário informar que a sigla DCD foi utilizada para fazer referência a “Diário da Câmara dos Deputados”, tal qual DSF, a “Diário do Senado Federal”. Na sequência, a data informada corresponde à data de publicação do

(10) O PSD, Sr. Presidente, vota “sim”, solicitando aos seus Deputados Federais que venham ao plenário votar este recurso, que é importantíssimo. Mostraremos, **com certeza**, a unidade do nosso partido dizendo “sim” ao recurso. (DCD, 08/abr/2015, p. 90)

(11) Se não fossem as oportunidades que tive por essas instituições públicas no País, não haveria **a menor possibilidade** de conseguir uma graduação em Direito, como tive na Universidade Federal do Maranhão, e uma pós-graduação na universidade federal como mestre em políticas públicas seria **improvável, absolutamente impossível** de acontecer. (DCD, 25/mai/2022, p. 100)

Em (09), ao empregar o termo “talvez” como marcador epistêmico, o falante sinaliza seu grau de certeza perante a verdade do que enuncia, demonstrando não estar completamente certo da sua afirmação, no sentido da definição de Lyons (1977).

De acordo com Palmer (1986), o exemplo (10) demonstra um alto grau de comprometimento do falante com a sua proposição, à medida que ele aparenta ter certeza do que diz.

Em (11), os marcadores epistêmicos empregados pelo falante denotam a sua avaliação das chances de ocorrência dos fatos diante das circunstâncias enunciadas, o que se aproxima da conceituação de Nuyts (2001).

Retomando-se as definições de evidencialidade apresentadas (Anderson, 1986; Jacobsen, 1986; Mithun, 1986; Botne, 1997), com atenção especial aos trechos em destaque, avalia-se, neste trabalho, que essas passagens parecem estar bastante atreladas ao conceito de modalização epistêmica, por fazerem menção à probabilidade e ao grau de precisão da informação. No entanto, reconhecem-se “tipo de evidência”, em Anderson (1986), “observação direta ou experiência”, em Jacobsen (1986), “confiabilidade da informação” e “fonte da evidência”, em Mithun (1986), e “fonte da informação do conhecimento” e “confiabilidade daquele conhecimento”, em Botne (1997), como terminologias que as inserem no domínio evidencial. Os elementos destacados nos exemplos (12) e (13), apresentados a seguir, indicam alguns marcadores evidenciais:

diário (geralmente, o dia seguinte à realização da sessão) e a numeração de página, àquela em que se apresenta o trecho no referido diário. Os eventuais grifos, nesses exemplos, serão sempre nossos.

(12) **O Presidente comunicou** que o PL nº 2.781/2015 foi retirado de pauta de ofício e que poderá retornar assim que for realizada a Audiência Pública. (DCD, 13/jul/2022, p. 715)

(13) O texto em análise **aparenta** estar em conflito, tendo em vista que eleva atividades secundárias ao título de “patrimônio cultural imaterial” e é silente quanto às expressões principais, quais sejam: Rodeio e Vaquejada. (DCD, 04/dez/2015, p. 237)

Em (12), o verbo “comunicou”, classificado como *dicendi* (como também “dizer”, “afirmar”, “declarar”, entre outros), marca evidencialidade, porque indica que o falante reportou a informação de um outro, neste caso, do “Presidente”.

Em (13), “aparenta” exprime um significado evidencial, porque indica o modo como o falante obteve a informação, mas, neste caso, a fonte é ele próprio. Para que pudesse perceber que há algo inconsistente no texto, ele precisou observar os fatores que o levaram a essa conclusão, o que demonstra o seu processo de raciocínio para chegar à informação enunciada.

O exemplo (13), entretanto, é um enunciado que poderia causar confusões quanto ao seu valor primário, se evidencial ou modal epistêmico, em função de “aparentar” ser um verbo que pode ser entendido como expediente de marcação da atitude proposicional do falante, isto é, pode ser interpretado não só como uma expressão do processo de raciocínio desenvolvido por ele para chegar à informação enunciada (valor evidencial), mas também como uma expressão de possibilidade, inserida no provável ou possível, porém não de certeza absoluta (valor modal epistêmico).

É devido a casos como (13), que abrem margem para diferentes interpretações quanto a esses valores, que, na literatura, se destacam três possibilidades de entendimento dessa interface:

(i) de inclusão, que considera a evidencialidade como inserida no domínio da modalização epistêmica (cf. Givón, 1982; Palmer, 1986; Willet, 1988; Hengeveld, 1988);

(ii) de sobreposição, que considera que a evidencialidade se sobrepõe à modalização epistêmica (cf. Nuyts, 1993; Dendale; Tasmowski, 1994; Hattner, 2001; Lourenço, 2016);

(iii) que entende as duas categorias como distintas (cf. De Haan, 1998; Aikhenvald, 2003; Cornillie, 2009; Kronning, 2018; Silva, 2022).

Neste trabalho, essa relação será entendida a partir da terceira perspectiva apresentada, considerando-se as duas categorias como distintas, como se verá adiante.

Cornillie (2009), em artigo que se propõe a discutir essa relação entre as duas categorias, defendendo a distinção entre elas, afirma:

A uma fonte de informação podem ser atribuídos diferentes graus de confiabilidade, mas estes não devem ser automaticamente traduzidos em graus de compromisso epistêmico do orador. Esta última envolve uma avaliação de probabilidade, que é bastante diferente da avaliação da confiabilidade da fonte da informação (Cornillie, 2009, p.44, tradução nossa)⁵.

Em outras palavras, pode-se dizer que avaliar a confiabilidade da fonte da informação é diferente de avaliar o compromisso epistêmico do falante, em termos de chances da ocorrência até a não ocorrência de algo.

Para o autor, o compromisso epistêmico do falante está relacionado à sua interpretação e à interpretação do ouvinte sobre a fonte da informação, e não às marcações evidenciais. Cornillie (2009), então, apresenta a seguinte conclusão, propondo as definições para as duas categorias que serão adotadas neste trabalho:

[...] as definições de evidencialidade e modalidade epistêmica apresentadas [...] indicam que as duas noções são **conceitualmente diferentes**. **Evidencialidade** refere-se aos **processos de raciocínio que levam a uma proposição**, e a **modalidade epistêmica** avalia a **probabilidade de essa proposição ser verdadeira** (Cornillie, 2009, p. 46-47, tradução e grifos nossos)⁶.

Assim, com base em Cornillie (2009), este trabalho irá considerar que, no caso do exemplo (13), o verbo “aparentar” pode sinalizar tanto a avaliação do grau de confiabilidade da fonte, que é, nesse caso, o próprio falante, demonstrando a sua não confirmação da informação enunciada (interpretação evidencial), quanto uma marcação do seu grau de comprometimento epistêmico e (in)certeza em relação à avaliação da probabilidade de verdade da informação

⁵Cf. o original: “A source of information can be attributed different degrees of reliability, but these should not automatically be translated into degrees of epistemic speaker commitment. The latter involves an evaluation of the likelihood, which is quite different from the evaluation of the reliability of the source of information” (Cornillie, 2009, p.44).

⁶Cf. o original: “[...] the definitions of evidentiality and epistemic modality presented in this section indicate that the two notions are conceptually different. Evidentiality refers to the reasoning processes that lead to a proposition and epistemic modality evaluates the likelihood that this proposition is true” (Cornillie, 2009, p. 46-47).

(interpretação modal) – ou seja, considera-se os dois valores semânticos como interpretações possíveis para esse enunciado, mas, ainda assim, distintas.

Ainda nesse sentido, afirma Silva (2022):

A necessidade de explicitar a fonte da informação ou do conhecimento traz consigo a noção de fiabilidade dessa fonte e dessa informação/conhecimento, avaliável em diferentes graus, sendo naturalmente maior a fiabilidade nos casos de evidencialidade direta do que nos de evidencialidade indireta (Silva, 2022, p. 268-269).

Considerando-se as proposições do autor e o exemplo (13), pode-se dizer que, em um *continuum* avaliativo a respeito da confiabilidade, por ser o próprio falante a fonte da informação e, portanto, uma evidencialidade direta – apesar de o verbo “aparentar”, enquanto marcador evidencial, atribuir à fonte um caráter de confiabilidade contestável –, o enunciado apresenta um maior nível de confiança por advir do próprio indivíduo que o enuncia.

A título de comparação, apresenta-se o enunciado a seguir (14), que se trata do mesmo enunciado de (13), mas com uma marcação de evidencialidade indireta:

(14) **O deputado avaliou** que o texto em análise **aparenta** estar em conflito, tendo em vista que eleva atividades secundárias ao título de “patrimônio cultural imaterial” e é silente quanto às expressões principais, quais sejam: Rodeio e Vaquejada.

O exemplo (14), que também apresenta o verbo “aparentar” como marcador evidencial, mas, nesse caso, de forma indireta, porque sinaliza que a informação advém de um outro, demonstra que, em um *continuum* avaliativo de confiabilidade da fonte, o grau de confiabilidade de (14) é menor que de (13).

Hoff (1986) também considera que as marcas evidenciais regulam a confiabilidade do enunciado, o que leva Dendale (1991) a entender que o propósito das marcas evidenciais é exatamente o de justificar a confiabilidade da fonte. Essas considerações conduzem, mais adiante, Dendale e Tasmowski (1994) a afirmarem que, quando o falante expressa o modo pelo qual obteve a informação, ele atribui ao seu interlocutor o poder de avaliação da confiabilidade do conteúdo transmitido, diminuindo a sua própria responsabilidade em relação ao enunciado.

Como será apresentado adiante, tal qual em (14), o objeto de estudo deste trabalho, que abarca casos de reportatividade (um subtipo de evidencialidade indireta), tem como característica discursiva o enfraquecimento da confiabilidade da informação.

Muitas são as formas de marcação da evidencialidade nas línguas. Essas diferentes marcações podem indicar os meios pelos quais a informação foi obtida ou, no sentido de Cornillie (2009), os processos de raciocínio que levaram o falante ao enunciado. Em decorrência dessas formas variadas de se obter e de se transmitir uma informação é que, ao longo dos anos, foram criadas diversas tipologias para essa categoria.

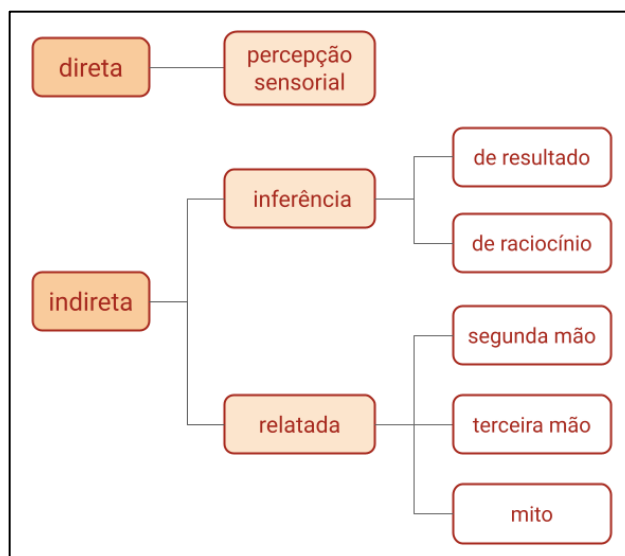
Willet (1988) foi um dos primeiros estudiosos a desenvolver uma proposta tipológica para a evidencialidade, a partir da qual surgiram muitas outras. Em sua tipologia, o autor divide a categoria da evidencialidade em dois grandes subtipos, a direta e a indireta, que recebem, ainda, ramificações internas.

Pode-se dizer que os casos de evidencialidade direta são menos complexos, porque são aqueles em que a fonte da informação é o próprio falante, que obtém a informação por meio de uma percepção sensorial, como a audição, a visão ou algum outro sentido. Portanto, nesse caso, ele foi a própria testemunha do que transmite no enunciado. Já os casos de evidencialidade indireta são aqueles em que o falante não obteve a informação por testemunho próprio, mas por meio de uma outra fonte.

Willet (1988) afirma que há duas maneiras de se obter uma informação valendo-se de uma outra fonte: (i) por uma inferência, um processo de raciocínio que utiliza de outras proposições ou fatos já tidos como concretos para se chegar a uma nova conclusão, ou (ii) por um relato, nos casos em que o falante não testemunha o fato, apenas transmite uma informação à qual teve acesso por meio de uma outra pessoa.

O autor propõe que a informação inferida seja dividida entre resultado, quando o falante se vale de inferências observáveis, e raciocínio, quando ele se baseia em sua intuição, em um processo mental lógico ou, ainda, em conhecimentos adquiridos anteriormente.

Já a informação relatada pode ser obtida de três modos distintos: (i) por segunda mão, quando o falante teve acesso à informação por meio de alguém que foi testemunha direta da situação; (ii) por terceira mão, quando teve acesso à informação por alguém que não testemunhou diretamente o evento, o que configuraria um boato; (iii) por meio de um mito, quando há casos de transmissão de informação de senso comum, algo consagrado. O esquema apresentado na Figura 1 ilustra a organização dessa proposta tipológica:

Figura 1 – A tipologia evidencial de Willet (1988)

Fonte: elaboração própria

Outra proposta bastante reconhecida nesse cenário da evidencialidade é a de Aikhenvald (2004). Na proposta, a evidencialidade é dividida em seis subtipos: visual, não visual, inferência, suposição, boato (sem indicação da fonte) e citação (com indicação da fonte). Posteriormente, também se destacou a classificação de Plungian (2010), baseada em acesso direto ou indireto, pessoal ou não pessoal à fonte da informação.

Hengeveld e Hattner (2015) também propõem a criação de uma tipologia que tem seus subtipos baseados na organização em níveis e camadas da GDF, no âmbito da proposta de Hengeveld e Mackenzie (2008)⁷. Os autores abandonam, assim, a distinção binária de acesso direto ou indireto à informação e dão atenção ao alcance semântico das categorias. São identificadas quatro subcategorias evidenciais nessa tipologia: (i) percepção de evento, que indica se a informação foi ou não percebida pelos sentidos do falante; (ii) inferência, com o enunciado baseado no seu conhecimento prévio; (iii) dedução, quando o falante não testemunha o episódio, mas pode tirar uma conclusão em consequência de algum outro indício; (iv) reportatividade, quando a informação vem de um outro.

A essa tipologia, Hengeveld e Fischer (2018) adicionam o subtipo “citação”, para contemplar casos em que a informação é repassada exatamente como foi transmitida,

⁷Esta dissertação não se ocupa em aprofundar-se na arquitetura da GDF, uma vez que o tópico não se relaciona diretamente ao escopo do trabalho que ora se apresenta.

semelhante a um discurso direto, e consideram “reportatividade” os casos em que a maneira de relatar é adaptada em relação à proposição original.

Nesta pesquisa, serão considerados como usos reportativos os casos em que a fonte da informação não é o falante, mas um outro, isto é, quando ele repassa uma informação adquirida de forma indireta, deixando explícita ou não sua fonte. Os casos de (15) a (18), apresentados a seguir, ilustram exemplos de enunciados considerados como reportativos neste trabalho:

(15) Outro caso: um cidadão de 97 anos, que vive na roça, foi preso em flagrante [sic*] porque tinha uma carabina soca-soca. Em que país estamos? **Os delegados disseram** que prenderam os inocentes por causa do porte de arma. Enquanto isso, os bandidos estão soltos e muito bem armados! (DCD, 4/mar/2015, p. 35)

(16) **De acordo com pesquisa noticiada pelo jornal Folha de São Paulo**, famílias negras consomem mais itens de higiene e beleza que as brancas, mas não encontram produtos afro. **A pesquisa afirma** que o consumo das famílias negras e brancas é muito semelhante nas diversas categorias de produtos. A diferença mais significativa, porém, está na cesta de produtos de higiene pessoal e beleza, que consome 29,8% dos gastos dos lares negros e 28,8% do dos lares brancos. (DCD, 13/jul/2022, p. 521)

(17) **De acordo com a Polícia Federal**, somente um determinado doleiro **teria sido** responsável por conseguir pelo menos R\$110 milhões, em dinheiro, para permitir o pagamento de propinas. (DCD, 2/out/2019, p. 75)

(18) Em recente decisão, Sr. Presidente, em caráter liminar, **o Supremo Tribunal Federal** acatou uma ação interposta contra a aplicação do Cadastro do Ministério do Trabalho, sob a alegação de que a portaria que o instituiu **precisaria** de uma lei. (DCD, 4/mar/2015, p. 47)

Esses exemplos permitem observar que existem, no PB, diversos expedientes linguísticos que podem realizar a marcação da reportatividade: preposições e locuções prepositivas (como “segundo”; “conforme”; “de acordo com”, entre outras), como ocorre nos exemplos (16) e (17);

verbos de natureza declarativa (“afirmar”; “dizer”; “argumentar”; entre muitos outros), conforme mostram os exemplos (15) e (16); e verbos no condicional, como em (17) e (18).

Compreende-se, neste trabalho, assim como considera Lourenço (2016), que, mesmo quando coexistem diferentes marcadores de reportatividade em um determinado enunciado, as diferentes marcações, independentemente da ordem em que ocorrem, são igualmente reportativas e importantes para a construção discursiva do falante, considerando-se que as escolhas linguísticas não são aleatórias, mas intencionadas. Nesse sentido, entende-se que essas coexistências, que se mostram recorrentes no PB, reforçam a intenção reportativa do falante no enunciado. Ainda assim, é de interesse desta pesquisa verificar se há ocorrências no *corpus* coletado em que o condicional reportativo foi o único mecanismo utilizado pelo falante para a marcação da reportatividade.

Após apresentar a maneira que este trabalho compreende a evidencialidade - uma categoria relacionada, nos termos de Cornillie (2009), aos processos de raciocínio e à avaliação da confiabilidade da fonte da informação, e que é conceitualmente distinta da modalização epistêmica - e a reportatividade - um tipo de evidencialidade indireta caracterizada pelo empréstimo da informação (Kronning, 2018) -, a seção abaixo se dedica efetivamente ao objeto do estudo: a expressão da reportatividade marcada pelo condicional.

1.2 O Condicional Reportativo

O condicional com valor de evidencialidade vem recebendo descrições em diversas línguas românicas, como o francês (Dendale 1993, 2010, 2012; Squartini, 2001); o italiano (Squartini, 2001); o espanhol (Böhm; Hennemann, 2014; Squartini, 2001) e o PE (Oliveira, 2013). São exemplos de ocorrências analisadas nessas línguas:

(19) *La police brestoise a demandé télégraphiquement à la Sûreté de Paris des renseignements détaillés sur Raynaud, qui **ferait** partie d'une bande et **aurait** des complices anarchistes.* (Dendale, 2010, p. 13)

A polícia de Brest solicitou telegraficamente à Polícia de Paris informações detalhadas a respeito de Raynaud, que **faria** parte de um bando e **teria** cúmplices anarquistas.

(20) *Secondo Paolo adesso **sarebbero** già le 4.* (Squartini, 2001, p.307)

Segundo Paulo, já **seriam** 4 horas agora.

(21) [...] *el portavoz del Govern ya fue muy explícito ayer, cuando precisó que el conocimiento del catalán sería ‘muy determinante’ para poder certificar el nivel de integración de los inmigrantes que residen en Cataluña [...].* (Böhm; Hennemann, 2014, p. 187)

O porta-voz do Governo foi muito explícito ontem, quando afirmou que o conhecimento do catalão **seria** ‘muito determinante’ para poder certificar o nível de integração dos imigrantes que residem na Catalunha.

(22) Segundo o jornal The New York Times, o pai de Tarmelan [sic] disse que o filho **teria viajado** para renovar o passaporte. (Oliveira, 2013, p. 96)

Os enunciados de (19) a (22) são ocorrências de textos do domínio jornalístico. Em (19), as fontes por meio das quais o jornal adquiriu a informação da solicitação e as acusações a Raynaud estão completamente inespecíficas, mas isso não impossibilita a percepção de que se trata de um relato: os elementos linguísticos envolvidos no enunciado possibilitam tal leitura.

Ainda em (19), percebe-se que a informação, cuja fonte não é mencionada, tem uma natureza distante: a “Polícia de Brest” fez uma solicitação à “Polícia de Paris”, que tinha informações sobre um terceiro indivíduo, “Raynaud”. Por essa distância e por nenhuma dessas informações advirem do jornalista, ou simplesmente para que ele possa se abster, ele se vale dos mecanismos gramaticais de que a língua dispõe para que não precise endossar sua avaliação da confiabilidade dessa informação, e recorre propositalmente ao emprego do condicional, já que sua intenção discursiva não seria alcançada por meio do uso de nenhuma outra forma verbal do modo indicativo.

O emprego de verbos como “fez”, “faz”, “teve” e “tem” poderia até não alterar a natureza de relato do enunciado em (19), mas faria com que se perdesse o sentido evidencial alcançado pelo verbo por meio da forma condicional e, logo, o efeito de sentido que permite ao falante se abster.

Em (20), a fonte pela qual o jornalista obteve a informação é apresentada explicitamente, marcando o relato de forma lexical, por meio de uma preposição. No entanto, considerando-se que a informação não advém dele de maneira direta, o emprego do condicional “seriam” tem um valor reportativo, que, junto à preposição, reforça a função da reportatividade e, principalmente, permite que ele não avalie a confiabilidade da informação.

Em (21), a fonte da informação é especificada, e o jornalista está passando adiante o que, em teoria, afirmou essa fonte. Contudo, não se sabe se foi ele quem presenciou o evento dessa afirmação, se obteve a informação de um outro, ou, ainda, de outros. Independentemente disso, a informação relatada é um conteúdo expresso por uma outra pessoa, “o porta-voz do Governo”. Desse modo, ele emprega o condicional “seriam” para reforçar o relato e evitar avaliá-lo, o que, mais uma vez, não seria alcançado por outras formas verbais do indicativo, como “foi”, “é” e “será”.

Por fim, em (22), embora haja menção à fonte, ela ainda se configura inespecífica, por se tratar de uma referência a um coletivo. É a partir dessa fonte que se tem a informação sobre o que disse o pai de Tarmelan [sic]. Do mesmo modo, para não endossar o conteúdo, reforçando o fato de que é uma informação indireta, o jornalista emprega o condicional em sua forma perifrástica “teria viajado”, que não seria equivalente a “viajou”, “está viajando” e/ou “viajará”.

Após Oliveira (2013) descrever o condicional evidencial no PE, em textos de gêneros jornalísticos, também o fez Lourenço (2016) no PB. O *corpus* utilizado pela pesquisadora reuniu notícias, artigos de opinião e editoriais retirados do jornal *Folha de São Paulo*, e sua classificação teve como base a proposta de Dendale (2010) para o uso do condicional no francês, que subdivide seu significado em temporal, modal e evidencial (de retomada da informação e inferencial) no tratamento dos dados. Lourenço (2016) analisou casos como o seguinte:

(23) Na ocasião, segundo a Folha apurou, Kassab **teria autorizado** o petista a escolher o nome que quisesse dentro da legenda [...] (Lourenço, 2016, p. 20)

Em (23), o jornalista marca que o conteúdo relatado, de que “Kassab teria autorizado o petista a escolher o nome que quisesse dentro da legenda”, é, antes de ser repassado por ele, do jornal (“a Folha”) – um coletivo, ou seja, uma fonte inespecífica. Ele relata, portanto, uma informação adquirida de forma indireta a respeito de um outro indivíduo, “Kassab”. Todo esse processo de raciocínio do modo de obtenção dessa informação justifica o emprego do condicional “teria autorizado”, e não o de outras formas verbais como “autorizou”, “autoriza”, “autorizará”, porque essas, especificamente, não expressariam reportatividade e fariam com que o jornalista, mesmo já tendo sinalizado o relato, assumisse uma postura, em um *continuum*, mais assertiva.

Seguindo Dendale (1993, 2010), Lourenço (2016), que classifica os condicionais reportativos como “retomada de informação”, considera que esses se realizam a partir do conteúdo de uma terceira pessoa pelo relato do falante e se caracterizam pela não confirmação da informação, contribuindo para o não seu comprometimento com o enunciado.

Com base em testes de substituição do condicional reportativo por outros tempos verbais do modo indicativo, como demonstrado na discussão dos exemplos aqui apresentados, a fim de verificar se, de fato, o morfema do condicional poderia ser um veículo de expressão do valor evidencial no PB, Lourenço (2016) concluiu que:

[...] apesar de a expressão da evidencialidade no PB ser feita primordialmente por meios lexicais, o morfema do condicional (ou futuro do pretérito) poderia ser considerado como uma forma especializada de se marcar gramaticalmente a evidencialidade reportativa ou a evidencialidade inferencial, no PB (Lourenço, 2016, p. 110).

A autora concluiu, ainda, que o condicional de retomada de informação, quando coexistente em sentenças declarativas com outros marcadores de reportatividade, “[...] atua, juntamente com os outros marcadores de evidencialidade reportativa, indicando que a informação foi obtida indiretamente, por meio de uma fonte externa [...]” (Lourenço, 2016, p. 111).

Todos os trabalhos mencionados sobre o condicional evidencial foram realizados com base em textos jornalísticos, o que fez com que muitos autores denominassem esse uso como um “condicional mediativo”, ligado à mídia, ou “condicional jornalístico”. No entanto, em um exame mais acurado de outros gêneros textuais, notou-se que esse tipo de uso também era comum no discurso político, o que motivou Mella (2020) a verificar a aplicabilidade da análise realizada por Lourenço (2016) para além do gênero jornalístico. Relacionado a isso, Kronning (2018) afirma:

Do ponto de vista da variação, tentamos mostrar que a noção amplamente difundida de que o uso do CR⁸ se restringe ao discurso jornalístico é errônea, embora o CR seja, de fato, comum nesse gênero discursivo. Na verdade, embora seja caracteristicamente encontrado nos gêneros de discurso jornalístico, histórico e científico, não há nada de excepcional no uso do CR no discurso literário em francês, italiano e no espanhol latino-americano; ele é até mesmo atestável, embora raro, no discurso conversacional informal, pelo menos tal como é recriado por autores e tradutores (p. 50–51), sem dúvida devido à flexibilidade diafásica (Gadet, 2003), sendo as propriedades

⁸Condiciona Reportativo, do inglês *Reportative Conditional* (Kronning, 2012, 2018).

diafásicas de um marcador renegociáveis pelos interlocutores no discurso (Kronning, 2018, p. 96, tradução nossa)⁹.

O objetivo principal de Mella (2020), ao expandir o escopo de análise de Lourenço (2016), foi mostrar que o condicional reportativo tinha um uso regular no PB, não circunscrito a apenas um gênero textual e característico deste, e que poderia de fato ser considerado como uma marca gramatical de expressão de reportatividade nessa língua.

Mella (2020) tomou como base as premissas de Kronning (2018), que desenvolveu uma análise do condicional reportativo em línguas românicas, a saber, o francês, o italiano e o espanhol. O autor considera que há muitos marcadores epistêmicos que são **bicategoriais**, ou seja, que podem receber uma interpretação tanto pela categoria de modalização epistêmica quanto pela categoria de evidencialidade. Segundo o autor,

[...] a modalização epistêmica realiza uma “quantificação epistêmica” (Kronning, 2003, p. 137–138) do enunciado, atribuindo-lhe um valor quantificacional, como “verdadeiro”, “provavelmente verdadeiro” ou “zero” (equivalente a uma recusa em atribuir um valor de verdade ao enunciado), enquanto a evidencialidade (ou mediação epistêmica) define o “modo de acesso ao conhecimento” (Guentchéva, 2004, p. 21), como “percepção”, “inferência”, “obtenção de informações de outros”, “mediação indireta não especificada”. [...] Essas categorias evidenciais, da mesma forma que categorias modais como “provavelmente verdadeiro” ou “zero”, todas implicam, em graus variados, a “dissociação” do falante em relação ao fato que está apresentando (Kronning, 2018, p. 71, tradução nossa)¹⁰.

Assim, por exemplo, o advérbio “*apparemment*”, em francês, como em

(24) *Marie est apparemment malade.* (Kronning, 2018, p. 70)

Maria está **aparentemente** doente.

⁹Cf. o original: “From the point of view of variation, we have attempted to show that the widely held notion that the use of the RC is restricted to journalistic discourse is erroneous, although the RC is indeed common in that discourse genre. In fact, though it is primarily characteristic of journalistic, historical and scientific discourse genres, there is nothing exceptional about the RC in literary discourse in French, in Italian and in Latin-American Spanish; it is even attestable, though rare, in informal conversational discourse, at least as this is recreated by authors and translators (50–51), no doubt owing to the diaphasic flexibility (Gadet 2003), the diaphasic properties of a marker being renegotiable by the interactants in the discourse” (Kronning, 2018, p. 96).

¹⁰Cf. o original: “[...] epistemic modalization carries out an “epistemic quantification” (Kronning 2003: 137–138) of the utterance, assigning it a quantificational value, such as “true”, “probably true” or “zero” (equivalent to a refusal to attribute a truth value to the utterance), whereas evidentiality (or epistemic mediation) defines the “mode of access to knowledge” (Guentchéva 2004: 21), such as “perception”, “inference”, “borrowing information from others”, “indirect unspecified mediation”. [...] These evidential categories, in the same way as modal categories such as “probably true” or “zero”, all imply, in varying degrees, the “dissociation” of the speaker towards the fact s/he is presenting” (Kronning, 2018, p. 71).

pode significar tanto uma simples modalização, que tem ligação com a verdade, como um evidencial indireto e não especificado, que se relaciona ao modo pelo qual o falante teve acesso ao conhecimento. Nesse caso, há o que Kronning (2018) chama de “dissociação” relativamente fraca do falante em relação ao que ele está apresentando, que é resultado da natureza indireta da evidencialidade.

O condicional reportativo, segundo Kronning (2018), expressa, ao mesmo tempo, “[...] **modalização zero** – a recusa do falante em endossar epistemicamente o conteúdo cognitivo de seu enunciado – e um tipo particular de **evidencialidade**: o empréstimo desse conteúdo de outros (evidencialidade reportativa) [...]” (Kronning, 2018, p. 72, tradução nossa)¹¹.

Desse modo, as duas categorias, paralelamente, contribuem para a máxima redução da responsabilidade do falante em relação ao conteúdo. Além disso, Kronning (2018) afirma que o condicional reportativo tem um papel essencial na organização textual, pois permite ao falante evocar o ponto de vista de outra pessoa sem endossá-lo epistemicamente, para refutá-lo ou confirmá-lo no discurso subsequente.

Kronning (2018) considera que o condicional reportativo não é meramente um marcador modal de dúvida, mas sim um marcador gramatical de evidencialidade, que, embora não obrigatório, é regular em línguas como francês, o espanhol e o italiano. O autor sustenta sua consideração em três critérios, utilizados também na análise de Mella (2020) para a descrição do condicional reportativo em discursos políticos do PB:

(i) Nessas línguas românicas, o condicional reportativo constitui um paradigma de sufixos flexionais, enquanto marcadores de mesma função em línguas germânicas não são tão gramaticalizados, conforme se vê nos exemplos seguintes, (25a) e (25b), apresentados por Kronning (2018):

(25a) *This Mass [Missa Papae Marcelli] reputedly reconciled the Church to contrapuntal music.* (A. Short in Pfitzner, Hans. Palestrina. DVD, EuroArts, 2009, p. 6) (Kronning, 2018, p. 74)

Essa missa [Missa Papae Marcelli] **supostamente** reconciliou a Igreja com a música contrapontística.

¹¹Cf. o original: “[...] *zero modalization* – the refusal of the speaker to epistemically endorse the cognitive content of his utterance – and a particular type of *evidentiality*: the borrowing of this content from others (reportive evidentiality)” (Kronning, 2018, p. 72).

(25b) *Diese Messe **soll** die Kirche mit der kontrapunktischen Musik versöhnt haben.*

(Germ. trans. by S. Wollny, p. 10) (Kronning, 2018, p. 75)

Essa Missa **teria** reconciliado a Igreja com a música contrapontística.

Em (25a), do inglês, o marcador que corresponde ao condicional reportativo no francês e em outras línguas românicas é o advérbio *reputedly*, uma marcação lexical que é utilizada para indicar que algo é considerado ou reconhecido por outras pessoas, isto é, baseado em reputação ou crença, mas não necessariamente confirmado. Em (25b), do alemão, o auxiliar modal *sollen* faz a marcação da reportatividade, já que, em casos como esse, assume não um significado deôntico, mas indica um rumor ou boato.

Em ambas as línguas, esses marcadores não podem ser flexionados em tempo, pessoa e número, como ocorre com a marcação reportativa pelo condicional no francês (25c) e, de maneira equivalente, no PB, conforme descrito a seguir:

(25c) *Cette Messe **aurait**, dit-on, **réconcilié** l'Église avec la musique contrapuntique.* (Fr. trans. by G. Bégou, p. 14) (Kronning, 2018, p. 75)

Diz-se que esta Missa **teria reconciliado** a Igreja com a música contrapontística.

(25c') *Cette Messe **avait**, dit-on, **réconcilié** [...]*

Diz-se que esta Missa **tinha reconciliado** [...]

(25c'') *Ces Messes **avaient**, dit-on, **réconcilié** [...]*

Diz-se que estas Missas **tinham reconciliado** [...]

(25c''') *Cette Messe, dit-on, **réconciliera** [...]*

Diz-se que esta Missa **irá reconciliar** [...]

(25c''''') *Ces Messes, dit-on, **réconcilieront** [...]*

Diz-se que estas Missas **irão reconciliar** [...]

Em línguas como o francês, o italiano e o espanhol (Kronning, 2018) e, conforme apresentado acima, também o PB (Mella, 2020), as flexões ocorrem por meio dos sufixos da forma condicional, o que as define como marcadores reportativos mais gramaticalizados.

(ii) O condicional reportativo, nessas línguas românicas, difere sistematicamente de outras formas evidencialmente neutras (que não expressam valor evidencial) do modo indicativo simples ou composto. Kronning (2018) apresenta os exemplos (26a) e (26b) do francês para ilustrar essa segunda premissa:

(26a) *Marie serait* RC (+ *aurait* RC *été*) *malade* vs. *Marie est* (+ *a été*) *malade*.
(Kronning, 2018, p. 75)

Maria **estaria** CR (+ **teria** CR **estado**) doente vs. Maria **está** (+ **esteve**) doente.

(26b) *Marie partirait* RC *pour Paris demain* vs. *Marie partira* *pour Paris demain*.
(Kronning, 2018, p. 75)

Maria **partiria** CR para Paris amanhã vs. Maria **partirá** para Paris amanhã.

Os exemplos demonstram que, se substituídas as formas no condicional “estaria” ou “teria estado” por outras formas do indicativo, como o presente “está” ou o passado “esteve”, em (26a), e “partiria” pelo futuro “partirá”, em (26b), ocorreria uma mudança de localização temporal do evento relatado e, para além disso, se perderia a função reportativa da forma verbal no enunciado, porque não haveria dissociação entre ele e o falante. Isso também se aplica ao PB, conforme demonstrou o trabalho de Mella (2020).

(iii) O condicional reportativo permite que o falante não especifique a fonte original da informação, deixando em aberto a possibilidade de ser uma pessoa específica ou um coletivo, definido ou não, como é o caso em (27)¹²:

(27) *Marie serait* *malade*. (Kronning, 2018, p. 70)

Maria **estaria** doente.

Em (27), não se sabe quem informou ao falante que “Maria estaria doente”, o que faz com que essa a fonte dessa informação fique indefinida. Permitir que a identidade do falante original não seja especificada pelo falante enunciador é, segundo Kronning (2018), uma função primordial dessa forma gramatical.

¹²É o caso também de (08), na parte introdutória deste trabalho (p. 21) – uma ocorrência do *corpus* de Mella (2020), do PB.

Devido ao fato de que em enunciados como (27) não há nenhuma outra marcação de reportatividade além daquela gramaticalmente expressa pelo condicional – sendo essa a responsável por permitir uma interpretação evidencial do enunciado, ou seja, por meio da qual o ouvinte reconhece que o falante não obteve a informação diretamente, mas por intermédio de um outro –, o autor argumenta que não há motivos para tratar o condicional reportativo como mera “interpretação contextual” ou uma “inferência pragmática” (Anderson, 1986, p. 274), ou, ainda, uma “estratégia evidencial” (Aikhenvald, 2004, p. 105-107), mas como um marcador gramatical de reportatividade nas línguas analisadas, ainda que nessas a evidencialidade não seja uma categoria gramatical obrigatória.

Apesar dessa “função primordial” da forma, é muito frequente nessas línguas que casos de condicional reportativo sejam introduzidos por uma preposição ou locução prepositiva do tipo “de acordo com X”, “segundo X”.

Kronning (2018) denomina esses marcadores de “discurso indireto incorporado à estrutura discursiva”, em tradução livre¹³, pois pertencem a uma subcategoria do discurso indireto em que o enunciado relatado está embutido em uma estrutura discursiva, tal qual (28):

(28) *Selon Pierre, [*< Marie est malade >*].* (Kronning, 2018, p. 80)

De acordo com Pedro, Maria **está** doente.

Ao contrário de “Maria **estaria** doente”, em (27), enunciado no qual o falante não faz menção alguma à fonte original do conteúdo, em (28), ele apresenta explicitamente a identidade da fonte da informação. Enunciados com marcação prototípica de discurso indireto, feita por meio do emprego de verbos declarativos, como “dizer”, são equivalentes ao caso em (28). Um exemplo desse tipo de enunciado é apresentado a seguir, em (29), com esse mesmo verbo:

(29) *Pierre dit que [*< Marie est malade >*].* (Kronning, 2018, p. 80)

Pedro diz que Maria **está** doente.

Os enunciados em (27), (28) e (29) têm em comum o fato de que todos eles são reformulações feitas pelo falante em relação ao enunciado original, ao qual o ouvinte não costuma ter acesso, conforme pontua o autor. Porém, também se distinguem. O discurso indireto, como ocorre em (28) e (29), é uma configuração discursiva definida pela

¹³Em inglês, “*discourse frame embedded indirect speech*” (DFIS).

representação de fala (“De acordo com Pedro”, “Pedro diz que”) e pelo conteúdo cognitivo (“Maria está doente”), o *dictum*, de um outro. Em (27), o condicional reportativo, por sua vez, é um marcador gramatical que **não representa o ato de enunciação original**.

De acordo com Kronning (2018), em casos reportativos como (30), “se o falante faz referência a esse ato, ele apenas toma emprestado o conteúdo cognitivo” (Kronning, 2018, p. 79, tradução nossa)¹⁴:

(30) *Selon Pierre, [< {Marie serait malade} >]* (Kronning, 2018, p. 80)

De acordo com Pedro, Maria **estaria** doente.

No caso de (30), em que há uma inserção do condicional reportativo no enunciado cuja estrutura discursiva é de discurso indireto, a interpretação de discurso representado, prototipicamente atribuída às estruturas como “de acordo com”, pode ser anulada e substituída pela interpretação de evidencialidade reportativa de “Maria **estaria** doente”, na qual o condicional exime o falante de avaliar o conteúdo. Nesse sentido, “De acordo com Pedro” é uma especificação da fonte à qual está atribuído o *dictum* emprestado (“Maria **estaria** doente”).

Ainda em (30), para Kronning (2018), se “Maria **estaria** doente” é interpretado como informação relatada, a estrutura “De acordo com Pedro” conserva essa interpretação e passa a indicar que “Pedro” é o falante original desse enunciado, mas ainda deixa inespecífica a fonte do *dictum* emprestado. A essa segunda interpretação, Kronning (2018) dá o nome de “evidencialidade reportativa relatada”.

Em última análise, sob uma perspectiva de diferenciação entre evidencialidade reportativa e discurso relatado proposta pelo autor, as duas interpretações de (30) demonstram que o condicional reportativo pode causar diferentes nuances interpretativas quando aparece junto a marcadores de discurso indireto: ele pode levar o enunciado a ser entendido tanto como uma evidencialidade reportativa “simples”, na qual a fonte do *dictum* é o falante indicado, quanto como uma evidencialidade mais complexa - que reporta a fala de alguém sobre o que foi relatado -, na qual a fonte do *dictum* se mantém inespecífica.

Justamente porque não se trata de uma representação do ato comunicativo original, mas de uma reformulação, Kronning (2018) também argumenta que o enunciado original não pode servir como referência temporal ao condicional reportativo, embora este deva estar

¹⁴Cf. o original: “[...] if s/he hints at it, the speaker merely borrows the cognitive content from it” (Kronning, 2018, p. 79).

conceitualmente localizado no passado. A localização temporal do evento reportado depende, segundo o autor, do aspecto verbal do condicional e da forma verbal, se sintética ou perifrástica, como exemplificado a seguir:

(i) se **sintética** e **atélica**, a eventualidade reportada se localiza **simultaneamente** ao momento do enunciado, que tem referência no passado, conforme (31):

(31) *Le président **serait** malade.* (Kronning, 2018, p. 79)

O presidente **estaria** doente.

(ii) se **sintética** e **télica**, a eventualidade se localiza **posteriormente** em relação ao momento passado do enunciado, tal qual ocorre em (32):

(32) *Le président **partirait** pour Londres /lundi/* (Kronning, 2018, p. 79)

O presidente **partiria** para Londres /segunda-feira/

(iii) se **perifrástica**, a eventualidade se localiza **anteriormente** ao momento passado referenciado pelo enunciado, exemplificado em (33):

(33) *Le président **serait parti** pour Londres.* (adaptado de Kronning, 2018, p. 79)

O presidente **teria partido** para Londres.

Isso ocorre com exceção dos verbos de *accomplishment*, como em (33), que são um tipo de verbo télico que, apesar de expressar uma ação com um final demarcado, envolve um processo duradouro, e, por isso, pode expressar tanto **posterioridade**, quando na forma sintética (34a), como **simultaneidade**, quando em uma perífrase (34b):

(34) *La coalition **déploierait** une « force de sécurité » dans les villes afghanes* (Le Monde 14.11.2001) (Kronning, 2018, p. 79)

a. A coalizão **mobilizaria** uma força de segurança nas cidades afegãs

b. A coalizão **estaria mobilizando** uma força de segurança nas cidades afegãs

Kronning (2018) também discute que, fora do “domínio de mediação do condicional reportativo”, o falante é capaz de expressar tanto uma atitude epistêmica mais ou menos duvidosa em relação ao enunciado, em (31) e (32), por meio da avaliação da credibilidade da fonte, quanto uma atitude não duvidosa, em (33) e (34). Isso faz com que o autor rejeite a hipótese de que o condicional reportativo expressa uma atitude epistêmica necessariamente duvidosa. Apresentam-se os exemplos de (35) a (38), adaptados de Kronning (2018, p. 76):

(35) Segundo fontes incertas, Maria **estaria** doente.

(36) Segundo fontes bem-informadas, Maria **estaria** doente.

(37) Muita bobagem foi dita sobre Maria. Tudo é falso. Disseram que ela **estaria** viajando durante toda a semana passada, que **estaria** de férias, que **teria sido** desligada da empresa. Não é nada disso. Ela **estaria** doente. Somente esta última informação é verdadeira.

(38) Segundo Pedro, Maria **estaria** doente, mas ela está na festa.

Em (35) e (36), o falante atribui um caráter mais (35) ou menos (36) duvidoso à informação por meio da avaliação da confiabilidade da fonte. Em enunciados como (37) e (38), o falante não assume uma postura duvidosa perante o enunciado; ao contrário, pelo uso de outros recursos linguísticos fora do domínio de mediação do condicional, o confirma – em (37), “somente esta última informação é verdadeira” –, ou o desconfirma – ainda em (37), “não é nada disso” e em (38), “mas, ela está na festa”.

Nos casos de (37) e (38), Kronning (2018) defende que o condicional reportativo não tem a função reguladora da responsabilidade com relação ao dito, mas uma função organizacional do texto, “que permite ao falante se referir a um ponto de vista de outros sem endossá-lo, para poder desconfirmá-lo ou confirmá-lo em seu discurso subsequente” (Kronning, 2018, p. 77, tradução nossa)¹⁵.

O autor demonstra, ainda, que a (des)confirmação do conteúdo transmitido pelo condicional reportativo tem uma orientação modal invariavelmente positiva, ou seja, o

¹⁵Cf. o original: “[...] that allows the speaker to refer to a point of view of others without endorsing it, in order to be able to disconfirm (22A–C, 23)10 or confirm it (22G) in his or her subsequent discourse” (Kronning, 2018, p. 77).

conteúdo se orienta em direção ao *verdadeiro* e não ao *falso*. Isso se confirma pela possibilidade de anular ou corroborar a orientação positiva, o que não seria possível com a falsa. Os exemplos a seguir, (39) e (40), respectivamente, demonstram essas possibilidades:

(39) /Selon Pierre,/ {Marie *serait* malade}, mais, en fait, elle ne l'est pas (+ *elle l'est). (Kronning, 2018, p. 77)

Segundo Pedro, Maria **estaria** doente, mas, na verdade, ela não está (+ *ela está).

(40) /Selon Pierre,/ {Marie *serait* malade}, et, en effet, elle l'est (+ *elle ne l'est pas). (Kronning, 2018, p. 77)

Segundo Pedro, Maria **estaria** doente, e, realmente, ela está (+ *ela não está).

Em (39), a conjunção adversativa “mas” exige, necessariamente, que a orientação do conteúdo subsequente seja oposta à do conteúdo anterior. Então, se a informação é de que “Maria estaria doente”, o emprego da conjunção “mas” implica que a próxima informação contradiga a antecedente. Já em (40), a conjunção “e” tem por função conectar duas informações em uma relação de adição, sem exigir necessariamente uma oposição ou contradição. No entanto, o emprego do advérbio “realmente”, neste caso, faz com que a informação seguinte corrobore a anterior, não permitindo o contrário.

O estudo de Kronning (2018) explica que essa orientação modal positiva se deve ao princípio pragmático geral de que o fato de que alguém está dizendo algo é um argumento para que isso seja verdadeiro, e não falso. Isso possibilita que o falante repasse informações infundadas de maneira manipulada, se esquivando de qualquer responsabilidade sobre elas, já que o valor modal semântico do condicional reportativo, a que o autor denomina de “**modalização zero**”, não é afetado.

Kronning (2018) defende que nessas estruturas discursivas de relato, o condicional tem um grau de intensidade de descomprometimento do falante com o enunciado diferente, se comparado epistemicamente a outras formas verbais do indicativo. Enquanto as demais expressam uma **ausência** de comprometimento epistêmico, o condicional expressa uma **recusa absoluta** do falante em avaliar epistemicamente a informação – a chamada **modalização zero**. O exemplo seguinte (41), do PB, analisado em Mella (2020), demonstra essa diferença:

(41) Moradores e frequentadores do baile relataram que os jovens **teriam sido** cercados e encurralados num beco. (Mella, 2020, p. 55)

(41a) Moradores e frequentadores do baile relataram que os jovens **foram** cercados e encurralados num beco.

Em (41), pelo uso do condicional “teriam sido”, o falante demonstra um grau mais elevado de distanciamento em relação à verdade do enunciado. Ele se recusa a endossá-lo epistemicamente, ou seja, ao usar o condicional, deixa claro que está transmitindo uma informação indireta, um relato dos “Moradores e frequentadores do baile” (o qual não se sabe, inclusive, se foi recebido por ele ou por outrem). Assim, se exime de assumir qualquer responsabilidade sobre o *dictum*.

Em (41a), por sua vez, com o uso de uma forma verbal evidencialmente neutra, nesse caso, o pretérito perfeito, o falante apenas demarca o modo de obtenção da informação por relato, sem explicitar dúvida ou distanciamento em relação a ela. Em outras palavras, com esse uso, o falante não estaria questionando a verdade do fato, tampouco estaria necessariamente a confirmando, justamente porque se trata de uma informação que não foi obtida por testemunho próprio – pelo contrário, não se sabe exatamente por quem foi obtida.

Segundo Kronning (2018), a avaliação de credibilidade das fontes informadas contribui para essa gradação binária, conforme os exemplos (42), do francês, e (43), do italiano:

(42) [*< Judas >*]_A , *selon l’unanime tradition des premiers temps, [*< accompagnait lui-même l’escouade >*]_A , et même, selon quelquesuns, [*{il aurait poussé l’odieux jusqu’à prendre pour signe de sa trahison un baiser}*]_B . (Renan, 1974, p. 381 *apud* Kronning, 2018, p. 82)¹⁶*

(43) *Giuda, secondo l’unanime tradizione dei primi tempi, accompagnava personalmente il drappello e secondo alcuni avrebbe spinto la scelleratezza al punto di dare un bacio come segno del tradimento.* (It. trans. by A. Pasquali) (Kronning, 2018, p. 82)

Judas, **segundo a unânime tradição dos primeiros tempos, acompanhava** pessoalmente o grupo e, **segundo alguns, teria levado** sua infâmia ao ponto de dar um beijo como sinal de sua traição.

¹⁶ R, E. *Vie de Jésus*. Paris: Folio, 1974, p. 381.

Em (42) e (43), o conteúdo de “Judas [...] acompanhava pessoalmente o grupo” vem de uma “unânime tradição dos primeiros tempos”. O autor avalia essa fonte tanto como quantitativa (“unânime tradição”) quanto como qualitativa (“dos primeiros tempos”).

A avaliação de uma fonte é quantitativa quando faz menção ao número de indivíduos ou fontes que a confirmam ou a apoiam. Assim, “segundo a unânime tradição” indica que a maioria das pessoas toma a informação como verdadeira.

Uma avaliação qualitativa refere-se, por exemplo, à natureza ou autoridade das fontes citadas, de modo que “dos primeiros tempos” sugere o período em que a maioria das pessoas confirmavam essa informação, um período historicamente antigo.

A combinação desses elementos gera uma avaliação positiva da fonte (alto nível de credibilidade), o que corrobora a ausência de comprometimento assumida pelo falante ao fazer uso de uma forma verbal evidencialmente neutra, o pretérito imperfeito “acompanhava”.

A fonte “segundo alguns”, no entanto, pode receber uma avaliação somente quantitativa, à medida que referencia um número de pessoas (número esse inferior a uma “unânime tradição”, isto é, um grupo de pessoas, mas não a maioria das pessoas) e não atribui qualidade ou característica alguma a elas, seja positiva ou negativa. Isso resulta uma avaliação negativa (baixo nível de credibilidade) da fonte, se comparada à menção anterior, justificando o fato de o falante empregar o condicional “teria levado” na construção do enunciado ligado a ela, e não uma outra forma verbal, expressando, assim, sua **recusa** em avaliar sua verdade ou confirmação.

Para casos como “segundo alguns”, em (42) e (43), de uma avaliação epistemicamente negativa da fonte, Kronning (2018) argumenta:

Além disso, a orientação modal pragmática positiva do conteúdo no domínio de mediação implicada por esse *topos* explica por que vale a pena transmitir esse conteúdo, mesmo que o domínio de mediação esteja no escopo de uma avaliação modal semântica explicitamente negativa (*Segundo fontes incertas*) fora do domínio de mediação, como em (20 [35]¹⁷). Não há contradição em expressar uma atitude epistêmica dubitativa (fora desse domínio) em relação a um conteúdo cognitivo emprestado, e, portanto, apresentado como positivamente orientado, que o falante **se recusa a endossar epistemicamente**. Pelo contrário, não faria sentido referir-se a tal conteúdo ativamente não endossado se ele não estivesse orientado, do ponto de vista pragmático e argumentativo, para o “verdadeiro” (Kronning, 2018, p. 78, tradução nossa)¹⁸.

¹⁷O exemplo (20) do autor equivale ao (35) deste trabalho.

¹⁸Cf. o original: “Furthermore, the positive *pragmatic* modal orientation of the content in the mediation domain implied by this *topos* explains that it is worth transmitting this content even if the mediation domain is in the scope of an explicitly negative *semantic* modal evaluation (*Secundo fonti non certe*) outside the mediation domain, as in

O condicional reportativo é, portanto, de acordo com Kronning (2018), um marcador gramatical bicategorial, e não uma simples interpretação contextual ou estratégia pragmática; que estabelece um domínio evidencial, em que sequências discursivas transmitem um conteúdo cognitivo “emprestado” de outros, o *dictum*; expressa modalização zero, uma recusa absoluta do falante em endossar o enunciado epistemicamente; e que tem como função permitir que a fonte da informação seja mantida como inespecífica. São todas essas nuances semânticas, apresentadas ao longo deste capítulo, que fazem com que o condicional possa ser considerado como um marcador gramatical de evidencialidade reportativa.

No decorrer de todo o capítulo, a começar pela definição que esta pesquisa adota sobre a categoria da evidencialidade (Cornillie, 2009) até chegar finalmente ao condicional reportativo, muito se falou sobre processos de raciocínio. Sendo a reportatividade definida por um processo de raciocínio que é feito pelo empréstimo de um conteúdo cuja fonte não é o falante, mas um outro, ela “indica que o falante não está expressando seu próprio conteúdo cognitivo, mas está passando adiante a opinião de outros” (Hattner, 2018, p. 101).

Considerando-se a discussão exposta e tendo localizado o condicional reportativo nos conceitos necessários à sua compreensão, o capítulo seguinte se ocupa de apresentar e discutir conceitos fundamentais à compreensão da LCF e ao desenvolvimento de análises de ponto de vista e de perspectiva do discurso, bem como alguns dos principais trabalhos que têm sido desenvolvidos sobre o tema, sob essa abordagem. Seu principal objetivo será, portanto, apresentar discussões que possam contribuir para a análise do condicional reportativo enquanto um mecanismo de construção de ponto de vista e mudança de perspectiva no discurso.

(20). There is no contradiction in expressing a dubitative epistemic attitude (outside this domain) concerning a borrowed, and thus presented as positively oriented, cognitive content that the speaker refuses to epistemically endorse. Rather, there would be no point in referring to such an actively non-endorsed content if it were not pragmatically and argumentatively oriented towards “true” (Kronning, 2018, p. 78).

CAPÍTULO II: PONTO DE VISTA E PERSPECTIVA DO DISCURSO: MECANISMOS LINGUÍSTICOS DE CONSTRUÇÃO E MUDANÇA

As línguas do mundo disponibilizam a seus falantes uma série de mecanismos, em nível lexical, gramatical e discursivo/narrativo, que, à sua escolha, podem ser combinados de diferentes formas, a fim de construir pontos de vista em favor de suas intenções comunicativas (Dujin; Verhagen, 2019).

Sweetser (2012), Dancygier (2017), Dancygier e Vandelanotte (2016), Dujin e Verhagen (2019) e Vandelanotte (2019) concordam que mesmo construções que não aparentam interferir nas questões de ponto de vista e perspectiva do discurso, como, por exemplo, os determinantes e a negação, em verdade o fazem.

Neste trabalho, defende-se que o condicional reportativo é um desses mecanismos ou expedientes gramaticais que concorrem na construção de pontos de vista e que provocam uma mudança de perspectiva no discurso, o que se pode apreender não só por marcas dêiticas, mas também por evidências semântico-pragmáticas.

Este capítulo objetiva discutir conceitos fundamentais e, a partir disso, traçar possibilidades teórico-metodológicas para o tratamento do condicional reportativo como um fenômeno cognitivo-funcional no PB, a partir de alguns estudos desenvolvidos sobre o tema. No entanto, antes de abordar mais especificamente esses conceitos, a primeira seção apresenta um breve percurso de formação e os principais pilares da LCF, abordagem na qual está situado o presente estudo, e que, por isso, é de contextualização necessária.

2.1 A Linguística Cognitivo-Funcional

Ferrari e Pinheiro (2020) defendem que a Linguística Funcional (LF) contemporânea “se constituiu como uma reação à separação estrita entre competência e desempenho, isto é, entre conhecimento subjacente e uso desse conhecimento em situações comunicativas particulares” (Ferrari; Pinheiro, 2020, p. 597). Em outras palavras, é como uma reação à postulação do Gerativismo de que o saber linguístico internalizado, responsável pela capacidade de produção de enunciados, está dissociado da habilidade do falante de fazer escolhas linguísticas para essa produção, de acordo com cada situação de fala.

Influenciadas pelas ideias que surgiram no Círculo Linguístico de Praga, que defendiam a análise das estruturas da língua em conjunto com seus aspectos funcionais, entre as décadas

de 1960 e 1980, destacaram-se no campo dos estudos linguísticos as seguintes correntes teórico-metodológicas:

- A Gramática Funcional de Dik (1978);
- A Gramática Sistemico-Funcional de Halliday (1961, 1978);
- A Gramática de Papel e Referência de Foley e Van Valin (1984);
- O Funcionalismo Norte-Americano ou Funcionalismo da Costa Oeste associado, principalmente, aos nomes de Bybee, Croft, Givón, Hopper, Traugott e Thompson¹⁹.

Desse modo, o principal pilar da LF residiu, desde o princípio, no ideal de que a língua é um instrumento de comunicação e que a função desse ato não pode ser dissociada da forma gramatical. De maneira consecutiva, considera-se que o nível sintático da língua não pode ser estudado isoladamente, mas associado a fatores semânticos e, mais adiante, também a pragmático-discursivos.

Ferrari e Pinheiro (2020) consideram que, atualmente, a LF conta com três modelos gramaticais explicitamente funcionais:

- A Gramática Sistemico-Funcional de Halliday e Matthiessen (2004);
- A Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008);
- A Gramática de Papel e Referência de Van Valin e La Polla (1997).

Para os autores, as duas últimas gramáticas estão altamente relacionadas, na medida em que são consideradas, de acordo com a classificação de Nichols (1984), como modelos de funcionalismo moderado. Caracterizam-se pela realização de estudos tipológicos, “a ponto de rejeitar rótulos gramaticais que não sejam universalmente válidos” (Ferrari; Pinheiro, 2020, p. 608), e consideram a língua como instrumento de comunicação verbal e ação social, cuja estrutura formal é motivada pela semântica e pelas funções comunicativas.

Ferrari e Pinheiro (2020) sintetizam que (i) os três modelos elencados seguem em atividade; (ii) parte dos linguistas do funcionalismo norte-americano tem dado continuidade aos estudos iniciados na década de 1970, a saber: Hopper, Thompson e Talmy, por exemplo; (iii)

¹⁹Ferrari e Pinheiro (2020) apresentam, como explicação para que esse grupo não tenha se consolidado como um modelo gramatical explícito e sistemático, o fato de que seus estudiosos se preocuparam mais com a motivação, i.e., com fatores extralinguísticos que pudessem ser capazes de explicar a forma da língua, do que com uma arquitetura gramatical.

enquanto outra parte, a exemplo de Bybee e Croft, tem buscado relacionar a ideia central do funcionalismo norte-americano clássico de que “a experiência linguística molda e afeta continuamente a gramática internalizada” (Ferrari; Pinheiro, 2020, p. 609), a um modelo de representação gramatical recentemente chamado de Gramática de Construções Baseada no Uso.

É nesse último modelo que as assunções cognitivistas têm enorme importância e ganham relevância no panorama da Linguística de um modo geral. A Linguística Cognitiva (LC), que também emergiu de uma reação ao modelo gerativista, com o trabalho de autores como Ross, Postal, McCawley e Lakoff, é crucial para se entender os funcionalismos contemporâneos.

Ferrari e Pinheiro (2017) apresentam propostas de autores que contribuíram para fortalecer a relação entre significado e cognição na linguagem. Na antropologia, por exemplo, Berlin e Kay (1969) desenvolveram um estudo para a caracterização das cores. Sobre isso, Ferrari e Pinheiro (2017, p. 73-74) questionam: “Se não há cor no mundo, mas apenas na interação entre o mundo e o olho humano, como se pode tratar do significado a partir da correspondência entre o termo para cor e a cor efetivamente presente no mundo?”.

Na Psicologia, Rosch (1973, 1978) desenvolve a teoria dos protótipos, cujo pressuposto é o de que quanto mais características de um determinado grupo um elemento apresenta, mais relacionado este elemento é ao grupo, sendo, portanto, mais prototípico. Se apresenta menos características, é um exemplar mais distante e, assim, mais periférico do grupo.

Ferrari e Pinheiro (2017) mencionam o clássico exemplo da gaivota e do pinguim como membros da categoria das aves. Quando se fala em aves, as chances de o falante criar uma imagem mental de uma gaivota são mais altas do que as de criar a de um pinguim, porque a gaivota tem mais características de uma ave e, por isso, é mais prototípica. Esse espectro hierárquico, por sua vez, não é algo que se estabelece entre o mundo e o significado, mas entre o significado e a cognição humana, que processa as entidades do mundo.

Com o tempo, foram surgindo outras teorias como essas, que demonstravam a motivação cognitiva do significado, com base em uma relação estabelecida entre o corpo humano e o ambiente, e não objetivamente, ou seja, de modo vinculado à realidade do mundo. Esse movimento, com o tempo, deu origem à Semântica Cognitiva e ao nascimento do que viria a ser a ampla LC. São algumas dessas teorias:

- A Semântica de Frames (Fillmore, 1982; 1985);
- A Teoria da metáfora, metonímia e categorização (Lakoff; Johnson, 1980; Lakoff, 1987);

- A codificação linguística do espaço (*Space Grammar*) e, posteriormente, a Gramática Cognitiva (Langacker, 1987; 1988);
- As propostas sobre sistemas imagéticos (Talmy, 1985; 1998);
- A Teoria dos Espaços Mentais (Fauconnier, 1994; 1997) e a Teoria da Mesclagem Conceptual (Fauconnier; Turner, 2002).

Em suma, conforme Ferrari e Pinheiro (2017), essas noções

[...] têm em comum a ancoragem da cognição no corpo, deixando claro que o significado não surge de uma relação entre símbolos e conjuntos existentes no mundo, mas resulta de nossas interações corporais e estruturas cerebrais que refletem essas interações. Nossas conceptualizações, portanto, não são reflexos da realidade externa, mas são crucialmente moldadas por nossos padrões perceptuais e sistema sensorio-motor. Sob essa perspectiva, o mesmo sistema neural envolvido na percepção (ou em movimentos corporais, manipulação de objetos, etc.) exerce papel fundamental no modo pelo qual raciocinamos sobre o mundo (Ferrari; Pinheiro, 2017, p. 75)

Nesse contexto, postulam-se as premissas fundamentais para a nova concepção de linguagem que emergia, a generalização e a interdisciplinaridade, conforme explicam os autores:

[...] (i) busca de generalização, em que se espera que os mesmos princípios gerais atuem em todos os níveis de análise linguística; e (ii) interdisciplinaridade, que preconiza que esses princípios gerais devem ser compatíveis com o cabedal de conhecimentos disponíveis sobre a mente e o cérebro em disciplinas afins (Ferrari; Pinheiro, 2020, p. 602)²⁰

A LF, portanto, preocupa-se com os fatores cognitivos em geral e, por isso, funcionais, que motivam a estrutura da língua. Nesse aspecto, reside uma compatibilidade central entre o funcionalismo e o cognitivismo: a concepção fundamental de interdependência entre forma e função.

As correspondências entre essas duas correntes teóricas, mais recentemente, levaram ao que hoje se denomina LCF, que, conforme Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001), advém das

²⁰Cf. “[...] a Linguística Cognitiva se beneficiou, desde seus movimentos iniciais, de pesquisas sobre categorização, desenvolvidas no âmbito da Antropologia (BERLIN; HAY, 1969) e da Psicologia Experimental (ROSH, 1973; 1978), bem como de discussões sobre a corporificação da mente, desenvolvidas no âmbito da corrente filosófica denominada Realismo Experiencialista (PUTNAM, 1981)” (Pinheiro; Ferrari, 2020, p. 602).

propostas do funcionalismo norte-americano de, por exemplo, Givón (1979), Traugott (2008) e Bybee (2010).

Em sua fase inicial, afirmam Rosário e Oliveira (2016), a corrente teórica em questão, mesmo que fizesse menção à importância de fatores contextuais nos processos de gramaticalização, trazia esses fatores de maneira genérica, e não de uma forma que realmente se descrevessem suas propriedades sob critérios bem-estabelecidos. Atualmente, o Funcionalismo norte-americano tem caminhado em direção a um tratamento mais efetivo dos aspectos contextuais, assumindo

[...] de acordo com Traugott e Trousdale (2013), uma concepção mais ampla de contexto, que incorpora o entorno linguístico, incluindo sintaxe, morfologia, fonologia, semântica, inferência pragmática, modalidade (escrita/falada), e que leva em conta ainda propriedades mais amplas, como as sociolinguísticas (perfil de interlocutores, tempo e espaço da interação) e as discursivas (sequência tipológica, gênero discursivo) (Rosário; Oliveira, 2016, p. 236).

A consideração dessas propriedades contextuais, como comentam os autores, possibilitou, no último século, estreitar a relação do funcionalismo com os aspectos cognitivos, “no entendimento de que a cognição, derivada de pressões interacionais e da experiência sócio-histórica, é manifestada contextualmente” (Rosário; Oliveira, 2016, p. 236). Para Bybee (2010), o funcionalismo, hoje, compreende a estrutura da língua como uma derivação de processos cognitivos em geral, “como produto da experiência, da rotinização e da perspectivização na e pela linguagem, entre outras motivações” (Rosário; Oliveira, 2016, p. 236).

Conforme consideram Furtado da Cunha e Oliveira (2022):

[...] um modelo linguístico que pretenda descrever e explicar a gramática com base no uso que dela fazem os indivíduos em suas interações verbais tem, necessariamente, que levar em conta as situações e os contextos comunicativos em que esse uso se atualiza. Sendo assim, os modelos baseados no uso se interessam pelos fatores cognitivos e comunicativos presentes no discurso contextualizado (TRAUGOTT, 2004), os quais, em última instância, são responsáveis pela estruturação da gramática (Furtado da Cunha; Oliveira, 2022, p. 473).

A necessidade de recorrer a evidências empíricas tem exigido como método que a pesquisa seja baseada em *corpora* - tanto de situações faladas como de situações escritas, de uso real da língua -, porque essas coleções de textos permitem reunir uma quantidade significativa de dados, identificar a fixação de padrões baseados em frequência de uso, bem

como as características contextuais, sociointeracionais e cognitivas circundantes desses padrões. Esses são dados importantes para análises gramaticais baseadas no uso, uma vez que a gramática se mostra como um resultado da organização cognitiva do falante diante de suas experiências cognitivas, isto é, a maneira como ele organiza sua expressão linguística e faz escolhas em direção aos seus objetivos comunicativos reflete suas experiências e conhecimentos linguísticos.

Furtado da Cunha e Oliveira (2022) ressaltam, ainda, que:

[...] nas abordagens baseadas no uso, a linguagem é concebida como um repertório de construções simbólicas, entendidas como mapeamentos de formas e padrões lexicais, morfológicos, sintáticos e prosódicos, com funções discursivo-pragmáticas específicas (SLOBIN, 1997; TOMASELLO, 2003; TROUSDALE; HOFFMANN, 2013) (Furtado da Cunha; Oliveira, 2022, p. 474).

Segundo Furtado da Cunha e Bispo (2013), a LCF advoga pelo estabelecimento de uma relação entre a codificação linguística dos dados, em termos funcionais e formais, e a maneira como os falantes utilizam a língua em situações interativo-comunicacionais reais, relação essa que fica estabelecida por evidências de dados como a frequência, que permite identificar padrões emergentes, de acordo com situações comunicativas específicas.

Esta pesquisa se insere na abordagem discutida nesta seção, a LCF, uma vez que o tratamento do objeto de estudo, o condicional reportativo, como um mecanismo de expressão de ponto de vista e perspectiva no discurso, leva em consideração as funções e as motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas nos contextos analisados, de modo que se desenvolva uma análise dos aspectos da forma e da função de seu emprego nas ocorrências coletadas do *corpus* de Diários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal brasileiros, que apresentam registros escritos da língua em contextos e condições de uso reais.

Considerando-se o objetivo de analisar tal objeto como um mecanismo de expressão de ponto de vista e de perspectiva no discurso, a próxima seção encarrega-se de discutir questões terminológico-conceituais iniciais, primordiais às discussões subsequentes.

2.2 As noções de ponto de vista e perspectiva

Nem sempre os estudos sobre **ponto de vista** e **perspectiva** linguísticos explicitam uma distinção clara o bastante no uso desses termos. Tanto é assim que Parrill (2012) afirma:

O termo *ponto de vista* é frequentemente definido como a perspectiva de um conceitualizador sobre um evento ou cena (Chafe 1976; DeLancey 1981). Esta é uma definição problemática, pois não está claro o que é perspectiva. Muitos pesquisadores definem perspectiva como ponto de vista, e os dois termos são frequentemente usados de forma intercambiável, deixando-nos com uma definição circular e insatisfatória. O construto de ponto de vista é importante, embora mal definido (Parrill, 2012, p. 97, tradução nossa)²¹.

Além de serem utilizados de forma intercambiável, a autora menciona que os dois termos são definidos, muitas vezes, um pelo outro, resultando em explicações circulares e pouco esclarecedoras. Desse modo, Parrill (2012) traz considerações a respeito do “ponto de vista”, de uma maneira geral e ampla.

Segundo a autora, parece ser um consenso entre os pesquisadores que, em sua forma mais básica, o “ponto de vista” trata de um construto espacial, porque o conceito é pautado na ideia de que os seres humanos constroem representações por meio da perspectiva física de uma entidade percebida ou experienciada – e as escolhas linguísticas resultam dessa perspectiva –, e têm a capacidade de refletir suas perspectivas visuais, pensamentos e sentimentos em outras entidades.

Parrill (2012) afirma que o “ponto de vista” também pode envolver conhecimento, de modo a representar estados epistêmicos. Isso se deve ao fato de que, a depender da localização física da entidade, as informações às quais ele tem acesso podem diferir em relação a outra entidade. Entretanto, por se aplicar a uma imensa variedade de fenômenos, alguns deles dizem respeito a localizações físicas e outros a estruturas conceituais bem mais abstratas.

A autora desenvolve, ainda, um estudo sobre a representação de pontos de vista em gestos cofala²², um sistema de linguagem espacial ligado à fala, e parte do pressuposto de que o “ponto de vista” reflete no comportamento comunicativo, numa interação entre os pontos de vista físico e abstrato. Por essa razão, Parrill (2012) defende ser útil observar o fenômeno sob três dimensões: i. ponto de vista conceitual, baseado na localização física real ou imaginada de um conceitualizador; ii. ponto de vista linguístico, baseado nas manifestações linguísticas dessa localização; iii. ponto de vista gestual, baseado nas pistas espaciais dessa localização.

²¹Cf. o original: “The term *viewpoint* is often defined as a conceptualizer’s perspective on an event or scene (Chafe 1976; DeLancey 1981). This is a problematic definition, as it is unclear what perspective is. Many researchers define perspective as point of view, and the two terms are often used interchangeably, leaving us with a circular and unsatisfying definition. The construct of viewpoint is an important one, however ill-defined” (Parrill, 2012, p. 97).

²²Movimentos espontâneos que ocorrem simultaneamente à fala e carregam significado, complementando e influenciando a forma como a mensagem verbal é interpretada; podem variar de acordo com o contexto comunicativo.

O ponto de vista linguístico, foco desta pesquisa, é marcado por “dispositivos linguísticos”, o que, segundo a autora, “[...] servem como instruções para como um evento deve ser simulado durante a compreensão da linguagem ou como ele está sendo simulado durante a produção” (Parrill, 2012, p. 99, tradução nossa)²³. São alguns dos exemplos desses dispositivos, reflexos de ponto de vista, apresentados pela autora:

- Pronomes: os pronomes de segunda pessoa tendem a induzir o ouvinte à adoção de um ponto de vista interno ao evento; os de terceira pessoa, à adoção de um ponto de vista externo (Brunyé *et al.*, 2009);
- Um referente que serve como ponto de partida para elementos dêiticos: “*Cassandra veio à casa de Jane*”, em comparação com “*Cassandra foi à casa de Jane*”, sugere que o centro do ponto de vista está em Jane (Chafe, 1994; MacWhinney, 2005; Vandelanotte, 2012);
- Sujeito sintático e ordem das palavras: um referente utilizado com frequência como sujeito sintático de enunciados no discurso tem probabilidade de ser o centro do ponto de vista (Chafe, 1976, 1994; MacWhinney, 1977, 2005). Assim, estruturas sintáticas distintas, como construções clivadas, passivas e outras em que ocorre topicalização, podem permitir flexibilidade no centro do ponto de vista;
- Elementos modais, contrafactuais (como é o caso do condicional reportativo), verbos recíprocos e reflexivos, e outros itens que marcam definitude (Kuno, 1987; MacWhinney, 2005; Ferrari; Sweetser, 2012).

Esses dispositivos, como referências dêiticas, classes de verbos e estruturas sintáticas, citados por Parrill (2012), demonstram, portanto, as escolhas do falante para a construção do “ponto de vista” do seu discurso, que, direcionadas por suas intenções discursivo-pragmáticas, desempenham um papel crucial na orientação da interpretação e da compreensão do conteúdo pelo ouvinte.

Vandelanotte (2019) também afirma que vários linguistas e estudiosos da estilística assumem que os termos “ponto de vista” e “perspectiva” podem ser empregados de forma intercambiável, ainda que diferentes subáreas possam preferir um termo ao outro. Os linguistas cognitivistas, por exemplo, tendem a empregar “ponto de vista”, enquanto os tipologistas

²³Cf. o original: “[...] serve as instructions for how an event should be simulated during language comprehension or how it is being simulated during production” (Parrill, 2012, p. 99).

costumam utilizar “perspectiva”. O autor não apenas defende, como também considera que é possível e confiável não dar muita importância a essa distinção terminológica, com a ressalva de se manter o mesmo conceito subjacente. Apesar disso, ainda sinaliza: “O único risco, no entanto, pode ser que dimensões linguísticas importantes e úteis sejam negligenciadas como resultado de uma vagueza persistente e abrangente no uso de ‘perspectiva’ ou ‘ponto de vista’” (Vandelanotte, 2019, p. 172, tradução nossa)²⁴.

Assim como Parrill (2012), Vandelanotte (2019) considera que “qualquer aspecto da construção escolhida por um usuário de uma língua para uma determinada situação revela algum aspecto da perspectiva adotada” (Vandelanotte, 2019, p. 170, tradução nossa)²⁵, isto é, as escolhas linguísticas feitas pelo falante no processo de construção de seu enunciado não são aleatórias, mas intencionais e direcionadas a uma leitura específica e por ele desejada – a perspectiva adotada.

Assumindo essas noções como intercambiáveis, nesse artigo, Vandelanotte (2019) parece optar pelo termo “perspectiva” para se referir ao fenômeno e propõe uma distinção terminológica-conceitual ampla e útil, que visa trazer clareza “em um campo de pesquisa terminologicamente superlotado”, não entre o uso dos termos “ponto de vista” e “perspectiva”, mas entre aspectos relevantes às análises de construções desses fenômenos por meio de mecanismos linguísticos. Esses aspectos, bem como a distinção entre eles, proposta por Vandelanotte (2019), serão discutidos em uma parte subsequente. Por ora, esta seção se atém às questões de natureza terminológica entre “ponto de vista” e “perspectiva”, e suas características.

Ainda que o autor não apresente no artigo uma definição clara para o que seria considerado “perspectiva” (ou “ponto de vista”), de forma ampla, ele a considera relacionada ao “alinhamento de algum conceitualizador com a situação sendo construída” (Vandelanotte, 2019, p. 192, tradução nossa)²⁶. Contudo, em Dancygier e Vandelanotte (2016) encontra-se explicitamente que se tem a “compreensão do ponto de vista como o alinhamento de um participante do discurso com um aspecto de um quadro ou situação” (Dancygier; Vandelanotte,

²⁴Cf. o original: “The one risk, however, might be that linguistically important and useful dimensions get glossed over as a result of a lingering vagueness and all-inclusiveness in the use of ‘perspective’ or ‘viewpoint’” (Vandelanotte, 2019, p. 172).

²⁵Cf. o original: “[...] any aspect of a language user’s chosen construal of a given situation reveals some aspect of the perspective being adopted” (Vandelanotte, 2019, p. 170).

²⁶Cf. o original: “[...] some conceptualizer’s alignment with a situation being construed” (Vandelanotte, 2019, p. 192).

2016, p. 14, tradução nossa)²⁷. Essa definição, pelo emprego do termo “ponto de vista”, acaba também por demonstrar o uso intercambiável dos termos assumido por Vandelanotte (2019).

Dancygier e Sweetser (2012), por sua vez, não apresentam uma distinção explícita entre os termos, mas sinalizam compreender como “ponto de vista” “todas as diferentes formas pelas quais o conteúdo é apresentado e interpretado de forma linguisticamente diferente” (Dancygier; Sweetser, 2012, p. 4, tradução nossa)²⁸, e parecem ter preferência, nessa obra, por esse termo. Para as autoras, a apresentação e a interpretação do conteúdo dependem de certos fatores e, dentre outros possíveis, elas citam os seguintes:

- Marcadores como “aqui”, “ali”, “isto”, “aquilo”, “ao lado”: sinalizam as relações espaciais do falante e do ouvinte, isto é, dizem respeito aos sinais de localização, onde estão e o que eles têm a capacidade de ver, tocar, pegar;
- Tempos gramaticais e marcadores como “agora”, “então”, “amanhã”, “ano passado”: indicam a interpretação temporal do enunciado;
- Determinantes (“um”, “uma”, “uns”, “umas”, “o”, “os”, “a”, “as”), pronomes e formas de tratamento (“você”, “o(a) senhor(a)”, “professor João”), conectivos e marcadores evidenciais, itens lexicais pressupicionais (“Chris parou de fumar”, logo “Chris fumava”; ou “eles voltaram a se falar”, logo houve uma interrupção): presumem a relação social entre os interlocutores do discurso, o que o falante e o ouvinte sabem, pensam, supõem a respeito de algo ou alguém;
- Enquadramento (por exemplo, “parcimonioso” vs. “mão de vaca”): ambos são usados para descrever pessoas que não gastam muito dinheiro, porém denotam avaliações diferentes a respeito dessa característica) e marcadores afetivos (como “esperançosamente”, “talvez”, que denotam uma avaliação emocional e/ou epistêmica diante do enunciado): denotam o que o falante e o ouvinte sentem em relação ao conteúdo; expressam sua avaliação afetiva, cultural.

Dessa forma, o “ponto de vista” pode ser marcado, basicamente, por qualquer mecanismo que esteja contribuindo para a construção do enunciado, uma vez que, se há uma escolha entre

²⁷Cf. o original: “[...] understanding of viewpoint as a discourse participant’s alignment with an aspect of a frame or situation” (Dancygier; Vandelanotte, 2016, p. 14).

²⁸Cf. o original: “[...] all the different ways that content is linguistically presented and construed differently” (Dancygier; Sweetser, 2012, p. 4).

um elemento A e um elemento B, isso está relacionado aos motivos e objetivos semântico-pragmáticos do falante para com o ouvinte, assim como ao acesso cognitivo e perceptivo desses.

Nesse sentido, Dancygier e Sweetser (2012) argumentam:

Coletivamente, os dados linguísticos sugerem que devemos pensar o ponto de vista, de forma geral, como um fenômeno intersubjetivo (no sentido de Verhagen [2005]), em vez de um fenômeno unitário de primeira pessoa – isto é, os pontos de vista dos destinatários e dos outros são sempre relevantes, juntamente com o ponto de vista do falante, contribuindo para a escolha do ponto de vista expresso linguisticamente pelo falante. Sabemos que isso é verdade no que diz respeito à forma como negociamos o ponto de vista espacial e as possibilidades de interação; você não pediria a alguém para passar o sal, a menos que ele estivesse acessível para essa pessoa e inacessível para você (Dancygier; Sweetser, 2012, p. 12, tradução nossa)²⁹.

As autoras enfatizam que o “ponto de vista” deve ser compreendido como um **fenômeno intersubjetivo**, ou seja, uma construção conjunta entre os interlocutores, em vez de ser meramente uma perspectiva de primeira pessoa.

De acordo com Langacker (1987, 1990), a **subjetividade** é caracterizada pela presença de informações implícitas no enunciado. Quanto maior essa presença implícita, mais subjetiva se torna a interpretação. Por exemplo, quando, em um dado contexto, um falante A pergunta ao seu ouvinte, B, “Você quer vir jantar na minha casa?” e B responde “Legal! O que devo levar?”, o falante A, com base em suas experiências e no próprio contexto da comunicação, facilmente interpretaria que seu interlocutor B aceitou o convite, mesmo que o aceite não tenha sido expresso de forma direta.

No sentido de Verhagen (2005), a **intersubjetividade** envolve o compartilhamento e a negociação desses significados implícitos entre os interlocutores do discurso. Desse modo, tomando-se como exemplo um contexto em que alguém “A” peça a outro alguém “B” que lhe passe o sal, isso depende de o sal estar mais acessível a B do que a A. Os marcadores dêiticos, por sua vez, são formas linguísticas cujo significado depende desses implícitos (Levinson, 2003; Fillmore, 1997).

Além disso, Dancygier e Sweetser (2012) defendem que os seres humanos são incapazes de manter um único ponto de vista na presença de outros seres humanos, devido à maneira

²⁹Cf. o original: “Collectively, the linguistic data suggest that we should be thinking in general of viewpoint as an intersubjective phenomenon (in Verhagen’s [2005] sense), rather than as a unitary first-person phenomenon – that is, addressees’ and others’ viewpoints are always relevant, along with the speaker’s own viewpoint, in contributing to the speaker’s choice of linguistically expressed viewpoint. We know that this is true with respect to how we negotiate spatial viewpoint and affordances; you would not ask someone to pass the salt unless it were both accessible to him and inaccessible to you” (Dancygier; Sweetser, 2012, p. 12).

como as atividades dos outros são processadas em seus cérebros. Essa dinâmica revela a complexidade das interações humanas, em que a construção do significado é sempre influenciada pela presença e pelas perspectivas dos outros.

Para Dancygier (2017), ainda, “ponto de vista” e “perspectiva” são padrões conceituais difundidos na linguagem, motivados por uma diversidade de estruturas linguísticas, fundamentais para a expressão de significados de todos os tipos e não limitados a eventos ou circunstâncias específicas. Sendo assim, podem assumir formas muito diferentes, apresentando uma rica complexidade, uma vez que dependem da escolha dessa gama de mecanismos.

A linguista considera que o “ponto de vista” é um **fenômeno do discurso** e defende que ele não seja considerado apenas em nível sentencial, porque também está amplamente relacionado ao objetivo geral do discurso e aos padrões do gênero, às suas intenções, funções e finalidades comunicativas. Ela menciona como exemplos os romances, do gênero narrativo, em que o objetivo é a compreensão da história, e os discursos políticos, que se caracterizam como um gênero persuasivo, cujo objetivo é manipular os pontos de vista para fins retóricos.

Para Dancygier (2017), “o principal argumento é que, na maioria dos casos, as expressões linguísticas representam múltiplos pontos de vista, em vez de apenas um, e que esses múltiplos pontos de vista formam redes coerentes” (Dancygier, 2017, p. 1, tradução nossa)³⁰. Essas redes coerentes, formadas por múltiplos pontos de vista e orientadas pelo discurso, são o que Dancygier (2017) trata como “perspectiva”.

Em outras palavras, a autora argumenta que a análise do que nomeia como **Ponto de Vista do Discurso** depende de redes mais amplas de significado, incluindo o contexto discursivo, o gênero e a função do discurso. Assim, essas redes de ponto de vista (perspectiva), determinam as escolhas linguísticas (pontos de vista) e influenciam como os interlocutores constroem o significado a partir das relações entre as sentenças, de modo a atender às necessidades do Ponto de Vista do Discurso – em contexto mais amplo, o todo. Dancygier (2017) afirma que “trabalhar com a hipótese do Ponto de Vista do Discurso torna possível tratar uma gama de questões relativas à interpretação do discurso, incluindo questões de contexto, fundo conversacional, relevância e outras ferramentas pragmáticas importantes” (Dancygier, 2017, p.2, tradução nossa)³¹.

³⁰Cf. o original: “The main argument is that in most instances linguistic expressions represent multiple viewpoints, rather than just one, and that these multiple viewpoints form coherent networks” (Dancygier, 2017, p. 1).

³¹Cf. o original: “[...] working with the Discourse Viewpoint hypotheses allows us to address a range of questions regarding discourse interpretation, including issues of context, common ground, relevance, and other important pragmatic tools” (Dancygier, 2017, p.2).

A fim de ilustrar essa relação estabelecida entre os fenômenos apresenta-se a seguir um exemplo de um fragmento do discurso de John F. Kennedy, realizado na Universidade Rice em Houston, Texas, discutido em Dancygier (2017):

(44) *We meet at **a college** noted for knowledge, in **a city** noted for progress, in **a State** noted for strength, and we stand in need of all three, for we meet in **an hour** of change and challenge, in **a decade** of hope and fear, in **an age** of both knowledge and ignorance. The greater our knowledge increases, the greater our ignorance unfolds. So it is not surprising that some would have us stay where we are a little longer to rest, to wait. But **this city** of Houston, **this State** of Texas, **this country** of the United States was not built by those who waited and rested and wished to look behind them. This country was conquered by those who moved forward – and so will space (Dancygier, 2017, p. 6-8).*

Nós nos encontramos em **uma faculdade** famosa pelo conhecimento, em **uma cidade** famosa pelo progresso, em **um estado** famoso pela força, e precisamos de todos os três, pois nos encontramos em **um momento** de mudança e desafio, em **uma década** de esperança e medo, em **uma era** tanto de conhecimento como de ignorância. Quanto mais nosso conhecimento aumenta, maior nossa ignorância se revela. Então não é de se surpreender que alguns queiram que fiquemos onde estamos um pouco mais para descansar, para esperar. Mas **esta cidade** de Houston, **este estado** do Texas, **este país** dos Estados Unidos não foi construído por aqueles que esperaram, descansaram e desejaram olhar para trás. Esse país foi conquistado por aqueles que seguiram em frente – e o espaço também será.

Nesse discurso, cujo fragmento está apresentado em (44), Kennedy anuncia a intenção de enviar à Lua uma nave espacial tripulada. Assim, em se tratando de um texto de natureza argumentativa e persuasiva, Kennedy tem como objetivo convencer seus ouvintes da viabilidade de realizar essa missão. Esse é o Ponto de Vista do Discurso, que orienta a perspectiva a ser construída. A fim de alcançar esse objetivo, o político precisa, portanto, que a estrutura de cada ponto de vista seja construída e pensada em direção a essa perspectiva.

Então, em (44), Kennedy inicia seu discurso apresentando um contexto: as condições necessárias para a realização dessa missão, de maneira ampla e não específica, isto é, não a

respeito do seu centro dêitico, mas a respeito de qualquer outro “aqui-agora” em que desejasse enviar uma nave à Lua.

Para demarcar essa estratégia linguisticamente, no primeiro parágrafo, ele utiliza estruturas indefinidas e substantivos comuns e concretos, que expressam generalização, para demarcar aspectos espaciais (“uma faculdade”, “uma cidade”, “um estado”), condizentes às qualidades (“conhecimento”, “progresso”, “força”), e temporais (“um momento”, “uma década”, “uma era”) inseridos em um pano de fundo histórico de “mudança e desafio”, “esperança e medo”, “de conhecimento” e “de ignorância”. Essas escolhas não são aleatórias, tampouco indicam baixa acessibilidade dos ouvintes aos elementos empregados no discurso. Na verdade, o que fazem para corroborar a perspectiva é demonstrar o quão capazes falante e ouvintes (“nós”, pronome que aproxima o falante do discurso) são, enquanto nação, de enviar uma nave à Lua.

No parágrafo seguinte, essa avaliação fica confirmada por meio da reafirmação dos pontos de vista, linguisticamente marcada pela mudança dos usos indefinidos para pronomes demonstrativos, seguida da adição de substantivos próprios (“esta cidade de Houston, este estado do Texas, este país dos Estados Unidos”), transferindo o “aqui-agora” para o contexto específico e construindo uma perspectiva que atende às necessidades do Ponto de Vista do Discurso.

Finalmente, nesta pesquisa, considerando-se a ressalva feita por Vandelanotte (2019), de que, embora seja seguro utilizar esses termos como intercambiáveis, corre-se um risco de negligenciar dimensões linguisticamente importantes pelo uso excessivo e abrangente de um dos termos, é que se tomou a decisão metodológica de adotar os termos como distintos. Assim, com base nas definições e discussões apresentadas e na relação entre “ponto de vista” e “perspectiva” proposta por Dancygier (2017), este estudo considerará como

- (i) **ponto de vista:** um fenômeno intersubjetivo, constantemente difundido nas representações comunicativas. É construído por mecanismos linguísticos diversos, escolhidos intencionalmente pelo falante, com o objetivo de conduzir uma leitura orientada para a perspectiva adotada em relação à situação enunciada;
- (ii) **perspectiva:** redes coerentes de múltiplos pontos de vista, orientadas ao contexto, ao gênero e à função do discurso, a fim de atender seus objetivos como um todo. Influencia o modo como os participantes da interação constroem os pontos de vistas e é moldada pela experiência e por fatores ideológicos e culturais do falante.

Em resumo, assume-se que **pontos de vista** são manifestações especificamente localizadas, enquanto **perspectiva** diz respeito a redes mais amplas de significado, que orientam ao objetivo do discurso. Os inúmeros pontos de vista do discurso, por meio de escolhas linguísticas, formam redes coerentes alinhadas à perspectiva adotada, que se baseia nos objetivos gerais do discurso. Com essa ideia em mente é que se pretende avaliar a hipótese de que o condicional reportativo marca a construção de um ponto de vista, que reflete nas escolhas do falante, relacionadas às suas estratégias de perspectivização discursiva, com o objetivo de indexar o seu (des)comprometimento com a verdade e a confiabilidade do enunciado.

Nesta seção para apresentar e distinguir os termos “ponto de vista” e “perspectiva”, muito se falou sobre marcadores linguísticos e sua relação com a dêixis. Assim, na seção a seguir, objetiva-se abordar o conceito de dêixis, bem como outros que são importantes ao estudo de mecanismos linguísticos como marcadores de ponto de vista e perspectiva e, portanto, também o serão à análise deste trabalho.

2.3 Dêixis e cognição

Relevante às análises de mecanismos linguísticos como marcadores de ponto de vista e perspectiva, Vandelanotte (2019) propõe uma distinção terminológica-conceitual entre dois importantes aspectos: a dêixis e a cognição.

Essa proposta se baseia em Genette (1980, 1988), que atribui uma distinção narratológica entre voz narrativa (“quem fala?”) e focalização (“quem vê? quem percebe?”), relacionada à seleção de informações da narrativa. Pensando nessa distinção, de modo a torná-la aplicável e útil às questões de análise linguística, Vandelanotte (2019), então, propõe que a questão de “quem fala?” poderia ser pensada em termos de perspectiva dêitica, uma vez que aspectos de “quem fala?” podem ser analisados pelo centro dêítico - guiado pelas coordenadas “eu-você, aqui-agora”, a partir dos quais se constrói um ato de fala -, enquanto a questão de “quem percebe?” estaria relacionada à perspectiva cognitiva, que diz respeito aos estados cognitivos (pensamentos, crenças, atitudes, percepções) que podem ser observados no enunciado.

Sobre essa proposta de distinção, ainda, Vandelanotte (2019) completa:

Essa divisão básica dêítico-cognitiva reconhece que uma perspectiva dêitica constante pode oferecer acesso aos estados cognitivos de vários conceitualizadores, mas também, claro, que a própria perspectiva dêitica pode se deslocar para outro centro dêítico (por exemplo, Banfield, 1982; Galbraith, 1995), como ocorre em relatos de discurso direto. Embora nem sempre seja

necessário ou até mesmo possível destacar a distinção (veja Vandelanotte 2017, p. 171 para alguns casos que cruzam essa fronteira), com a terminologia adequada, ao menos torna-se possível fazê-lo sempre que for útil (Vandelanotte, 2019, p. 172-173, tradução nossa)³².

Para ilustrar sua proposta, Vandelanotte (2019) apresenta um excerto da obra *Never Mind* (2012 [1992])³³, de autoria de Edward St Aubyn. Essa passagem em (45) trata-se de uma interação entre David e sua cozinheira, Yvette, na mesa de jantar (Patrick é filho de David):

(45) *He rang the little bell beside his plate and Yvette came back into the dining room.*

'Excellent lamb,' said David.

'Would Monsieur like the tarte Tatin?'

He had no room left, alas, for tarte Tatin. Perhaps she could tempt Patrick to have some for tea. He just wanted coffee. Could she bring it to the drawing room? Of course she could. (Aubyn, 2012, p. 106, *apud* Vandelanotte, 2019, p. 173)

Ele tocou a campainha ao lado do seu prato e Yvette voltou para a sala de jantar.

'Excelente cordeiro', disse David.

'Monsieur gostaria da tarte Tatin?'

Ele não tinha espaço, infelizmente, para a tarte Tatin. Talvez ela pudesse tentar fazer Patrick tomar um pouco de chá. Ele só queria café. Ela poderia levar isso para a sala de estar? Claro que ela poderia.

Esse excerto, em (45), inicia-se ancorado no centro dêitico do narrador, ao qual também pertence a cognição, uma vez que as ações narradas são de sua própria percepção. Nas duas falas seguintes, as mudanças de perspectiva³⁴ podem ser identificadas pela construção de relato de discurso direto: as duas falas estão marcadas por aspas. Sabe-se que a primeira, "Excelente

³²Cf. o original: "This basic deictic-cognitive divide recognizes that a constant controlling deictic perspective can afford access to the cognitive states of various conceptualizers, but also, of course, that the deictic perspective itself can shift to another deictic centre (e.g. Banfield 1982; Galbraith 1995), as happens in direct speech reports. While it may not always be necessary or even possible to highlight the distinction (see Vandelanotte 2017, 171 for some cases straddling the boundary), with the terminology in place at least it becomes possible to do so wherever useful" (Vandelanotte, 2019, p. 172-173).

³³AUBYN, E. S. *Never mind*. London: Picador, 2012 [1992], p. 106.

³⁴O emprego do termo "perspectiva" tanto na explicação teórica quanto nas análises dos excertos em (41) e (42) se deve ao uso eleito pelo autor. Uma vez que a distinção proposta por Vandelanotte (2019) será relevante para a presente pesquisa, os conceitos de dêixis e cognição serão considerados de modo amplo, podendo acompanhar tanto a noção de "ponto de vista" como a de "perspectiva", sempre que necessário, conforme os entendimentos adotados para cada uma dessas noções na seção anterior desta pesquisa.

cordeiro”, embora não contenha marcações dêiticas, pertence deiticamente a David, pelo uso das aspas, e também cognitivamente, pela marcação de relato que a procede, indicando que, na fala entre aspas, observam-se os seus estados cognitivos. A segunda, pela forma de tratamento “*Monsieur*” (que indica o “você” de Yvette, em termos de coordenadas dêiticas), permite inferir que a perspectiva se alterou, tanto dêitica como cognitivamente, para Yvette, porque a construção se ancora em seu centro dêítico e, pelas aspas, reflete em seu conteúdo cognitivo, mesmo que a fala não esteja seguida de uma marcação de relato.

Na passagem seguinte, a perspectiva dêitica se altera para o centro dêítico do narrador, e isso pode ser identificado pelos pronomes “Ele”, “Ela” (o “você” do narrador) e pelos tempos verbais utilizados. A perspectiva cognitiva das personagens, por sua vez, volta a se ancorar na perspectiva dêitica do narrador. O autor demonstra que, se a narração estivesse localizada no respectivo centro dêítico das personagens, a correspondência seria como (45a):

(45a) David: Eu não tenho mais espaço, infelizmente, para a tarte Tatin. Talvez você possa tentar convencer Patrick a tomar um pouco de chá.

Patrick: Eu só quero café.

David: Você pode levar para a sala de estar?

Yvette: Claro que eu posso.

Essa transformação do discurso indireto livre de (45) para discurso direto em (45a), objeto de estudo de Vandelanotte (2019), demonstra que, nesse caso, a dêixis desempenha o papel principal na sinalização das mudanças de perspectiva, com os pronomes e os tempos verbais como os principais marcadores de ancoragem. Vandelanotte (2019), para exemplificar a distinção dêitico-cognitiva, apresenta um outro fragmento (46), retirado de *H is for Hawk* (2014)³⁵, de autoria de Helen Macdonald:

(46) *Watching her [= Mabel, the hawk] I begin to relax. And straight away the emptied world is full of people. But they are not people. They are things to shun, to fear, to turn from, shielding my hawk. (...) A minute later a woman swinging supermarket bags is upon us. There's nowhere to go. Where did all these bloody people come from? I look about in desperation. Mabel is now a pair of huge and haunted eyes, a ghost of bones and sinews, seconds from a bate. I hold her close to*

³⁵MACDONALD, H. *H is for Hawk*. London: Vintage Books, 2014, p. 100.

my chest and turn in a slow circle to block the woman from view. The woman doesn't see the hawk. What she sees is a weirdo in a tattered jacket and baggy corduroy trousers revolving on the spot for no good reason. (Macdonald, 2014, p. 100, apud Vandelanotte, 2019, p. 174)

Observando-a [= Mabel, o falcão] começo a relaxar. E imediatamente o mundo vazio se enche de pessoas. Mas elas não são pessoas. Elas são coisas a serem evitadas, temidas, para as quais virar as costas, protegendo meu falcão. [...] Um minuto depois, uma mulher balançando sacolas de supermercado chega a nós. Não há para onde ir. De onde surgiram todas essas malditas pessoas? Olho em volta em desespero. Mabel agora é um par de olhos enormes e assombrados, um fantasma de ossos e tendões, a segundos de um surto. Eu a seguro perto do meu peito e a giro lentamente para tirar a mulher de vista. A mulher não vê o falcão. O que ela vê é um esquisito com um casaco surrado e calças largas de veludo cotelê girando no lugar sem nenhum motivo aparente.

No excerto em (46), com uma narração em primeira pessoa, entende-se que esta é a primeira vez que o narrador está levando seu falcão, Mabel, para fora de casa. Para o autor, o trecho “o mundo vazio se enche de **pessoas**. Mas elas não são **pessoas**”, dotado de uma contradição, configura uma mudança sutil na perspectiva cognitiva do “eu” narrador para o “eu” experienciador do evento narrativo (aquele que está levando o falcão para fora pela primeira vez).

Outra mudança cognitiva sutil do “eu” narrador para o experienciador ocorre em “De onde **surgiram** todas essas malditas pessoas?”. Esse trecho sugere uma interpretação de pensamento direto, provavelmente pelo emprego do pretérito “surgiram” em uma narrativa construída no presente, o que configura, portanto, um deslocamento dêitico.

Vandelanotte (2019) apresenta também esse fragmento (46) para demonstrar mudanças na perspectiva cognitiva, que, ao contrário de (45), não podem ser percebidas por mudanças na perspectiva dêitica. Isso quer dizer que deslocamentos na perspectiva cognitiva podem ser sinalizadas na linguagem, mesmo que a perspectiva dêitica se mantenha constante. É o que ocorre em “**A mulher não vê** o falcão. O que **ela vê** é um esquisito com um casaco surrado e calças largas de veludo cotelê girando no lugar sem nenhum motivo aparente”, passagem em que o narrador transfere a localização da sua perspectiva cognitiva para a perspectiva cognitiva

da mulher, sem que haja, no entanto, qualquer deslocamento dêitico para ela. Desse modo, o centro dêitico ancorado no narrador se mantém constante.

Vandelanotte (2019), então, postula que, por meio dessa distinção entre dêixis e cognição, é possível reconhecer que o controle constante da perspectiva dêitica pode, por exemplo, dar acesso ao estado cognitivo de diferentes conceitualizadores (46), e, ainda, que a própria perspectiva dêitica pode mudar para um outro centro dêitico, deslocando também a perspectiva cognitiva (45).

Para atingir o objetivo deste trabalho, de analisar o condicional reportativo como um marcador gramatical de ponto de vista e perspectiva, sob a hipótese de que esse mecanismo constrói um ponto de vista que provoca uma alteração na perspectiva do discurso, pretende-se verificar, com base nessa distinção dêitico-cognitiva proposta por Vandelanotte (2019), justamente como se dá a distinção estabelecida entre a perspectiva dêitica e a perspectiva cognitiva nos contextos das ocorrências analisadas.

Casos como o de (46), em que a perspectiva dêitica permanece constantemente controlada e dá acesso ao estado cognitivo de diferentes contextualizadores (a dêixis em (46) está ancorada no narrador, enquanto a cognição de acesso é da mulher), demonstram que a perspectiva dêitica pode coincidir ou não com a perspectiva cognitiva. De acordo com Evans (2005), quando a perspectiva cognitiva difere da perspectiva dêitica em uma mesma construção, múltiplas perspectivas atuam simultaneamente nessa construção. Essas construções são chamadas de “construções de múltiplas perspectivas”. A seu respeito destina-se a próxima seção.

2.4 Construções de múltiplas perspectivas

De acordo com Evans (2005), construções de múltiplas perspectivas são “construções que codificam valores potencialmente distintos, em uma única dimensão semântica e que refletem duas ou mais [...] perspectivas ou pontos de referência distintos” (Evans, 2005, p. 99, tradução nossa)³⁶.

Gentens *et al.* (2019) afirmam que construções desse tipo ocorrem porque as mudanças de perspectiva do ponto de vista de um conceitualizador para o do outro nem sempre são marcadas de maneira clara. Para analisar como elas ocorrem, os autores consideram a distinção entre dêixis e cognição, proposta por Vandelanotte (2019), como um ponto de partida crucial,

³⁶Cf. o original: “[...] constructions that encode potentially distinct values, on a single semantic dimension, that reflect two or more [...] distinct perspectives or points of reference” (Evans, 2005, p. 99).

considerando que a perspectiva dêitica analisa em qual centro dêitico os mecanismos linguísticos da construção estão ancorados e a perspectiva cognitiva, à qual consciência mental o conteúdo pertence.

Tomando essa distinção como base, Gentens *et al.* (2019, p, 156-157) analisam o exemplo (47a) em contraste com (47b) para ilustrar o deslocamento³⁷:

(47a) *John said “I will be late.”*

João disse: “Eu chegarei atrasado.”

(47b) *John said he would be late.*

João disse que chegaria atrasado.

Em (47a), marcam-se na construção a terceira pessoa (“João disse” = **Ele** disse) e a primeira pessoa (“**Eu** chegarei atrasado”); o tempo verbal, no passado simples (“disse”) e no futuro simples (“chegarei”); e a pontuação, exigida pela forma de discurso direta, nesse caso, o sinal de dois-pontos e as aspas.

Essas marcações sinalizam o deslocamento da perspectiva dêitica explicitamente do centro dêitico do falante, em “João disse”, um momento passado em relação ao enunciado, para o centro dêitico de João (“Eu chegarei atrasado”), um momento futuro em relação ao evento relatado. Nota-se, ao mesmo tempo, uma alternância da voz discursiva, e, portanto, de conceitualizadores: “João disse:” tem como conceitualizador o falante, enquanto em “Eu chegarei atrasado”, a perspectiva cognitiva é de João. Assim, as mudanças de perspectiva são indicadas pelas mudanças dêiticas e, nesse caso, dêixis e cognição coincidem em cada oração, configurando um caso de mudança regular de perspectiva.

Em (47b), marca-se apenas a terceira pessoa (“João disse” = “Ele disse” e “que [ele = João] chegaria atrasado”), de modo que a dêixis se mantém completamente ancorada no centro dêitico do falante, já que, na oração relatada, João continua sendo mencionado em terceira pessoa. Assim, não há expressão de deslocamento dêitico. Apesar disso, ainda há mudança de

³⁷Benveniste (1988, 1989) já discutia casos de não coincidência entre um “eu-referente” (o “eu-enunciador”) e um “eu-referido” (o “eu-referente”, do qual se fala) para tratar de ocorrências em que o pronome “eu”, apesar de presente no enunciado, não se refere ao locutor que o enuncia, como em (47a), e de casos de coincidência entre “eu-referente” e “eu-referido”, como em (47b). Para o autor, os ajustes dêiticos do discurso direto para o indireto revelam aquilo que é da instância da categoria de pessoa e aquilo que não é, porque, para ele, a noção de pessoa é específica somente para a primeira e segunda pessoas (“eu” e “tu” / “você”), pois são as únicas que se referem aos interlocutores da interação comunicativa. Assim, a terceira pessoa (“ele/ela”), por sua vez, seria uma “não-pessoa”, pois se refere a um sujeito que está fora da interação.

perspectiva cognitiva: na oração “João disse”, o falante é o conceitualizador, mas na oração relatada “que chegaria atrasado”, a cognição se desloca para João, uma vez que o que ocorre é uma representação do conteúdo da sua fala.

Dessa forma, no exemplo (47b) há uma mudança de perspectiva cognitiva do falante para João, mas não se pode afirmar o mesmo da perspectiva dêitica, que permanece atrelada ao falante, de modo que dêixis e cognição não coincidem, permitindo que a perspectiva de mais de um conceitualizador esteja presente no enunciado. Isso a configura, portanto, como uma construção de múltiplas perspectivas.

No mesmo sentido, o excerto em (48) é mais um exemplo discutido em Gentens *et al.* (2019, p. 158), retirado do romance *Lady Chatterley 's Lover* (1928)³⁸, de David Herbert Lawrence:

(48) *Hilda drove in silence for some time after this piece of unheard-of insolence from that chit Connie.* (Lawrence, 1928, p. 217, *apud* Gentens *et al.*, 2019, p. 158)
Hilda dirigiu em silêncio por algum tempo após esse inesperado episódio de insolência daquela pirralha, Connie.

No excerto (48), toda a perspectiva dêitica é construída do ponto de vista do narrador, isto é, não há nenhuma marcação de mudança. A perspectiva cognitiva, no entanto, é tanto do narrador, que tem controle da distribuição dos eventos no espaço-tempo, quanto da personagem Hilda, pois é de conhecimento do leitor que a atribuição de “pirralha” à personagem Connie é uma perspectiva de Hilda, já que ela é quem enxerga a personagem dessa maneira, e não o narrador.

Zeman (2019), em um capítulo que compõe o volume organizado por Gentens *et al.* (2019), também discute as construções de múltiplas perspectivas. A autora entende os conceitos de ponto de vista e perspectiva como “categorias vinculadas à pessoa, uma vez que cada ato de perspectivização pressupõe um sujeito perspectivizador” (Zeman, 2019, p. 227, tradução nossa)³⁹. Assim, as define como

[...] aquelas que envolvem mais de um ‘sujeito perspectivizador’, conforme também formulado por Spronck (2015, p. 7), que afirma que “uma perspectiva

³⁸LAWRENCE, D. H. *Lady Chatterley's lover*. New York: Grove Press, 1928, p. 217.

³⁹Cf. o original: “[...] person-bound categories since every act of perspectivization presupposes a perspectivizing subject.” (Zeman, 2019, p. 227).

só pode ser interpretada de forma significativa se for atribuída a uma pessoa⁴⁰, e que construções de múltiplas perspectivas, portanto, envolvem pelo menos dois valores de pessoa [...] (Zeman, 2019, p. 227, tradução nossa)⁴¹.

Na tentativa de compreender como os pontos de vista emergem e interagem nas redes discursivas, Zeman (2019) focaliza o uso do elemento gramatical e marcador modal, do inglês, denominado *Future-of-Fate* (FoF) - uma estrutura proléptica limitada a narrativas e que apresenta eventos futuros com relação ao espaço-tempo do enredo -, para analisar construções de múltiplas perspectivas. A oração em (49) é um exemplo discutido em Zeman (2019, p. 228, grifos nossos):

(49) *Er sollte niemals aus Neapel zurückkehren.*

Ele nunca mais **deveria voltar** de Nápoles.

Do alemão, a marcação do *FoF* realizada pelo verbo modal “dever” (*sollen*), que indica um futuro no passado, isto é, um evento que projeta uma ocorrência futura com relação ao momento da narrativa, junto ao infinitivo “voltar” (*zurückkehren*), permite acessar a perspectiva cognitiva do discurso de duas formas distintas: pela perspectiva oculta do narrador, que tem conhecimento certo sobre o evento narrado, e pela perspectiva da personagem, que ainda não sabe o que irá acontecer.

De modo geral, Zeman (2019) assume que a análise da perspectiva depende da interação entre a perspectiva gramatical e a perspectiva oferecida pelo contexto discursivo.

Na medida em que o condicional reportativo trata de um tipo de construção de relato, é da natureza dessas construções dar acesso ao conteúdo cognitivo de um outro ou de outros. Desse modo, passam a coexistir no enunciado duas ou mais perspectivas: a do falante e a do(s) indivíduo(s) a respeito de quem se fala. Sendo essa a definição para o que se considera como construções de múltiplas perspectivas - que haja a presença da perspectiva de dois ou mais

⁴⁰No sentido de Spronck (2015), Zeman (2019) destaca que é preciso estar atento quanto ao fato de que a atribuição de “pessoa” não diz respeito a pessoas físicas e reais, mas deve ser entendida como um papel funcional do discurso. Isso, pois, a uma mesma pessoa pode ser atribuída mais de uma referência: como, p.ex., em narrativas de primeira pessoa, em que um narrador-personagem pode representar tanto o estado de conhecimento do narrador quanto do personagem. Chama-se a atenção para o que ocorre no caso apresentado em (46): o narrador assume não só essa perspectiva, mas também a do experienciador.

⁴¹Cf. o original: “[...] that involve more than one ‘perspectivizing subject’, as also formulated in Spronck (2015, 7) who states that “a perspective can only be meaningfully interpreted if it is attributed to a person, and that multiple-perspective constructions therefore involve at least two person values [...]” (Zeman, 2019, p. 227).

sujeitos perspectivizadores, nos termos de Zeman (2019) -, conclui-se, então, que o objeto do trabalho que ora se apresenta pode ser considerado como um exemplo dessas construções.

A subseção seguinte dedica-se a tratar dessas construções em casos de relato, especificamente, baseando-se em um estudo de Vandelanotte (2012).

2.4.1 Múltiplas perspectivas em construções de relato

Segundo Vandelanotte (2012), os indivíduos incorporam, cotidianamente, pontos de vistas alheios como fala ou pensamento em seus discursos:

Na conversa, por exemplo, a fala direta é frequentemente usada para destacar picos dramáticos (por exemplo, Mayes, 1990; Shuman, 1993; Holt; Clift, 2007); a reportagem noticiosa utiliza modos de reportagem de discurso explícitos e implícitos para incorporar os pontos de vista de diferentes fontes (por exemplo, Short, 1988; Semino; Short, 2004; Sanders, 2010); e a ficção faz uso extensivo de uma série de modos diretos e (livres) indiretos de apresentação do discurso, não apenas para levar a ação adiante, mas também para evocar a vida interior dos personagens (por exemplo, Banfield, 1982; Fludernik, 1993; Vandelanotte, 2009) (Vandelanotte, 2012, p. 198, tradução nossa)⁴².

O autor afirma que todas essas representações de fala e pensamento são definidas pelo envolvimento de dois eventos: um evento de fala ou de pensamento atual como base, a partir da qual uma fala ou pensamento é acessado. Considerando-se que os eventos são duplicados, naturalmente aspectos de tempo, lugar e interlocutores, isto é, as coordenadas do centro dêitico, diferem de uma situação para outra, o que permite ao autor distinguir o termo **falante atual**, que apresenta um conteúdo, do **falante representado**, e inferir em qual deles os marcadores dêiticos estão ancorados.

Assim, Vandelanotte (2012), valendo-se do ponto de vista⁴³ e do centro dêitico, desenvolve um estudo de casos de fala ou pensamento relatado - em que o material relatado é

⁴²Cf. o original: “In conversation, for instance, direct speech is often used to highlight dramatic peaks (e.g. Mayes 1990; Shuman 1993; Holt and Clift 2007); news reporting uses both explicit and implicit speech reporting modes to incorporate the viewpoints of different sources (e.g. Short 1988; Semino and Short 2004; Sanders 2010); and fiction makes extensive use of a range of direct and (free) indirect modes of discourse presentation, not just to move the action forward, but also to conjure up characters’ inner lives (e.g. Banfield 1982; Fludernik 1993; Vandelanotte 2009)” (Vandelanotte, 2012, p. 198).

⁴³Nesse estudo, Vandelanotte (2012) não emprega uma distinção clara entre dêixis e cognição; ao contrário, utiliza as noções de “centro dêitico” e “ponto de vista” como complementares. “Ponto de vista”, nessa análise, portanto, parece abrigar o que Vandelanotte (2019) compreende como “perspectiva cognitiva”, bem como o construto completo “dêixis e cognição”.

explícito - construídos sob três formas principais de discurso, a saber, direto, indireto e indireto livre (em termos de um *continuum* de dependência entre a oração relatada e o material relatado):

- Discurso ou pensamento direto (DPD)⁴⁴: caracteriza-se pela expressão da mudança dêitica completa do falante atual para o representado, de modo que a oração relatada se constrói a partir do centro dêitico do falante representado, permitindo, assim, construções em formato não declarativo, conforme o exemplo em (50):

(50) Ela abriu suas tesouras e disse: “Você se importa se eu apenas terminar o que estou fazendo em meu vestido?”⁴⁵

- Discurso ou pensamento indireto (DPI): caracteriza-se pela ausência de mudança dêitica do falante atual para o representado, de modo que a oração relatada permanece centrada no falante atual, conforme o caso em (51):

(51) Ela abriu suas tesouras e perguntou se ele se importava se ela apenas terminasse o que estava fazendo em seu vestido.

- Discurso ou pensamento indireto livre (DPIL): caracteriza-se pela ocorrência de um deslocamento dêitico parcial, isto é, a dêixis se mescla entre o falante atual e o representado. Entretanto, o ponto de vista localiza-se no falante representado, apesar de o centro dêitico estar ancorado no falante atual, como em (52), fragmento da obra *Mrs Dalloway* (1992)^{46 47}, de Virginia Woolf, apresentado por Vandelanotte (2012, p. 202):

(52) *She opened her scissors, and said, did he mind her just finishing what she was doing to her dress?* (Woolf, 1992, p. 45, *apud* Vandelanotte, 2019, p. 202)

⁴⁴Essas e as siglas seguintes foram adaptadas nesta pesquisa para o português do Brasil. No entanto, no inglês, o autor faz referência a elas como *Direct speech or thought (DST)*, *Indirect speech or thought (IST)* e *Free indirect speech or thought (FIST)*, respectivamente.

⁴⁵Apesar de construções em formato de DPD caracterizarem-se pela marcação completa da mudança dêitica, construções como “Eu esperei um pouco e disse a ele: ‘eu poderia passar?’” também configuram-se como DPD no PB. Em um caso como esse, de ambas as orações se referirem à primeira pessoa, há a marcação da mudança dêitica, mas, ela não ocorre de fato, porque as coordenadas do centro dêitico permanecem localizadas no enunciador, tanto em uma oração como na outra.

⁴⁶Os exemplos (50) e (51) são adaptações de (52), retirado de *Mrs Dalloway*, de Virginia Woolf.

⁴⁷WOOLF, V. *Mrs. Dalloway*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 45.

Ela abriu suas tesouras e disse, ele se importava se ela apenas terminasse o que estava fazendo em seu vestido?

Um dos objetivos de Vandelanotte (2012) é argumentar a favor do reconhecimento de mais um formato discursivo, além dos tradicionais, para situações em que o falante atual intervém no enunciado além das alterações dêiticas requeridas para a construção do DPI: o de distanciamento do discurso ou pensamento indireto (DDPI – tradução livre⁴⁸). Seriam incluídos nesses casos, representações em que o discurso relatado é apenas evocado pelo falante atual, ancorado em seu próprio centro dêítico e moldado de acordo com os seus propósitos discursivos – diferentemente do que ocorre no DPD, em que há uma mudança completa de ponto de vista; ou no DPIL, em que há uma mudança parcial do ponto de vista do falante atual para o do representado:

Podemos, portanto, postular um declínio do deslocamento dêítico completo (DST) sobre o parcial (FIST) para um deslocamento mínimo ou mesmo ausente (IST). O que esta seção argumenta é que DDPI representa um passo adicional nessa escala, em que tipicamente o material reportado é apresentado a partir do único ponto de vista dêítico do falante atual na sintaxe mais livre compartilhada com DPD e DPIL. Comparado com DPIL em particular, DDPI, envolve então o falante atual estruturando um pensamento ou enunciado “emprestado” e não afirmado a partir de seu próprio ponto de vista, em vez de localizar o ponto de vista com o personagem representado como em DPIL (Vandelanotte, 2012, p. 203, tradução nossa)⁴⁹.

Em outras palavras, construções em formato de DDPI são aquelas em que o falante atual se apropria em maior grau do discurso ou pensamento reportado, tratando-o como seu próprio ponto de vista, sem referenciar o ponto de vista do falante representado e, assim, distanciando-se dele.

Para exemplificar esses casos, Vandelanotte (2012, p. 203) apresenta o excerto a seguir (53), retirado de *The Adding Machine* (1965)⁵⁰, de autoria de Elmer Rice ((53a) e (53b) correspondem a um trecho de suas representações em DPD e DPIL, respectivamente):

⁴⁸Do inglês, *Distancing indirect speech or thought (DIST)*.

⁴⁹Cf. o original: “IST also allows this to some extent, though this seems less common. We can thus posit a cline from full deictic shift (DST) over partial (FIST) to a minimal or even absent shift (IST). What this section argues is that DIST represents a further step on this cline, where typically the reported material is presented from the single deictic viewpoint of the current speaker in the syntactically freer kind of syntax shared with DST and FIST. Compared with FIST in particular, DIST then involves the current speaker structuring a “borrowed,” non-asserted thought or utterance from his or her own viewpoint, rather than locating viewpoint with the represented character as in FIST” (Vandelanotte, 2012, p. 203).

⁵⁰RICE, E. *The adding machine*. In: *Three plays*. New York: Hill & Wang, 1965, p. 5.

(53) [Mrs. Zero:] *I was a fool for marryin' you . . . I wish I had it to do over again, I hope to tell you. **You** was goin' to do wonders, **you** was! **You** wasn't goin' to be a bookkeeper long – oh no, not **you**. Wait till **you** got started – **you** was goin' to show 'em. There wasn't a job in the store that was too big for **you**. Well, I've been waitin' – waitin' for you to get started – see? It's been a good long wait too.* (Rice, 1965, p. 5, *apud* Vandelanotte, 2012, p. 203)

[Mrs. Zero:] Eu fui uma tola por me casar com você... Eu queria poder fazer tudo de novo, eu te digo. **Você** ia fazer maravilhas, ia mesmo! **Você** não seria contador por muito tempo - ah não, **você** não. Era só esperar até que **você** começasse - **você** ia mostrar para eles. Não havia um trabalho na loja que fosse grande demais para **você**. Bem, tenho esperado - esperado para você começar - entende? Tem sido uma espera longa e boa também.

(53a) *DST: [...] I'm going to do wonders, I am! I'm not going to be a bookkeeper long [...]* (Vandelanotte, 2012, p. 203)

DPD: [...] Eu vou fazer maravilhas, eu vou! Não vou ser contador por muito tempo [...]

(53b) *FIST: [...] He was going to do wonders, he was! He wasn't going to be a bookkeeper long [...]* (Vandelanotte, 2012, p. 203)

DPIL: [...] Ele ia fazer maravilhas, ia sim! Ele não ia ser contador por muito tempo [...]

Em (53), a personagem Sra. Zero é a falante atual e “você”, em seu centro dêitico, refere-se ao seu marido. Vandelanotte (2012) contextualiza que ela condena o marido por não ter cumprido as promessas feitas quando ele era ainda seu pretendente, um jovem ambicioso. No excerto, o pronome “você”, que representa o marido como o destinatário atual, se confunde com o de falante representado do enunciado original, uma vez que o ponto de vista dêitico permanece constante e, não despretensiosamente, localizado em Sra. Zero.

Se a passagem tivesse sido escrita em DPD, como em (53a), a relação do falante atual com o falante representado seria outra, pois a dêixis estaria localizada, de fato, no falante representado. No DPIL, em (53b), por sua vez, apesar de a dêixis se manter ancorada no falante atual, estaria dizendo sobre o falante representado. Desse modo, em (53), Sra. Zero se apropria

do ponto de vista de seu marido, de modo que pareça que ele pertence ao ponto de vista dela mesma.

Relacionada ao domínio dêitico de pessoa (“eu”, “você”), de acordo com o autor, tanto o DPD quanto o DPIL, implicam variação na escolha do sintagma nominal. Essa escolha pode recair sobre pronomes, nomes próprios ou sintagmas nominais descritivos, especialmente no caso de falantes e ouvintes explícitos. O uso de pronomes significa que os referentes são bastante acessíveis; já os nomes próprios e os sintagmas nominais descritivos, como, por exemplo, “o ministro da educação”, denotam menor acessibilidade dos referentes e, por isso, são geralmente usados quando o falante deseja retomá-los após uma interrupção no fluxo discursivo ou quando presume que o referente não é muito conhecido. No DDPI, porém, é o falante atual, em quem a dêixis está ancorada, que decide qual sintagma nominal deseja empregar.

A respeito das construções de DDPI, Vandelanotte (2012, p. 207, tradução nossa)⁵¹ questiona: “O que o falante atual pretende ‘fazer’ com o discurso ajustado deiticamente, emprestado do falante representado?”, isto é, se o falante opta por se apropriar do discurso emprestado e não deslocar o centro dêitico total ou parcialmente para o falante representado, é porque existe alguma intenção comunicativa para isso. O autor argumenta que, embora os objetivos comunicativos do falante atual possam variar, o falante sempre expressa algum tipo de atitude ou postura em relação ao discurso que está emprestando ou apropriando do falante representado.

Essas atitudes podem variar das mais às menos associativas. Atitudes mais associativas de DDPI ocorrem, por exemplo, em diálogos, no jornalismo ou em prosa argumentativa. O falante atual incorpora, nesses casos, um ponto de vista ao seu discurso e, ao mesmo tempo, indica não ser a fonte original, que é, na verdade, um outro. Para exemplificá-las, Vandelanotte (2012, p. 208), apresenta (54a), em comparação com (54b), um exemplo de DPIL:

(54a) *John will be late, he said.*

João irá se atrasar, disse ele.

(54b) *He would be late, John said.*

Ele chegaria atrasado, disse João.

⁵¹Cf. o original: “[...] what is it that the current speaker aims to “do” with the deictically adjusted discourse borrowed from the represented speaker?” (Vandelanotte, 2012, p. 207).

A distinção entre (54a) e (54b) pode ser avaliada pela forma verbal empregada em cada um dos exemplos. A oração de (54a) tem como centro dêitico o falante atual. Assim, permite um emprego de forma verbal absoluta, o futuro “irá”. Essa forma verbal, em (54a), representa um futuro a partir do ponto de referência do falante atual, que formula o anúncio de que João chegará tarde a partir de alguma outra informação que João disse a ele anteriormente.

Já em (54b), o conteúdo também configura um empréstimo do falante representado e indica que a fonte original não é ele mesmo, mas um outro. No entanto, não ocorre uma apropriação do conteúdo, pois a forma verbal “chegaria”, um tempo relativo, denota um futuro em relação ao momento passado do evento de fala do falante representado, João, mas não em relação ao evento atual. Desse modo, (54a) se mostra mais associativo, porque o falante atual assume o ponto de vista do falante representado através do deslocamento do conteúdo para o seu centro dêitico; e o caso em (54b) é menos associativo, porque a informação se mantém localizada deiticamente em João.

Vandelanotte (2012) conclui que casos de DDPI possuem centro dêitico constante, localizado no falante atual, mas, ainda assim, envolvem eventos de fala atual e representado - esse último geralmente marcado pela oração de relato ou por elementos ligados ao falante representado, como o emprego do pronome “você”, em (53), que pode induzir o ouvinte a fazer uma leitura declarativa e não reportativa. De um modo geral, afirma o autor, todos os formatos de fala e pensamento representados são construções “não assertivas”, “sem compromisso”, porque elas dão oportunidade para que os indivíduos transmitam conteúdos sem precisar afirmá-los por eles mesmos.

A partir do estudo de Vandelanotte (2012) sobre relatos em seus diferentes formatos de construção, esta subseção teve como principal objetivo demonstrar como, ao relatar o discurso ou pensamento de um outro, o falante atual pode intervir na estrutura do enunciado, o que se estende ao objeto deste trabalho, o condicional reportativo – um tipo de construção de relato que, nos termos de Vandelanotte (2012), abriga a coexistência de dois eventos: um evento de fala atual, a partir do qual um outro, o representado, pode ser acessado. E, à medida em que um evento de fala diferente do atual pode ser evocado, o falante permite que seja dado o acesso aos estados cognitivos de um outro.

Após discutir questões terminológicas do tema, mecanismos conceituais relevantes ao âmbito das análises de expedientes linguísticos como marcadores de ponto de vista e perspectiva (sobretudo, no que diz respeito ao objeto de estudo deste trabalho, o condicional reportativo), e apresentado algumas investigações a esse respeito, passa-se ao próximo capítulo

da dissertação, que se dedica a apresentar os procedimentos metodológicos realizados para o desenvolvimento da análise da pesquisa.

CAPÍTULO III: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, serão descritos os procedimentos metodológicos realizados no desenvolvimento do presente trabalho, desde a composição do *corpus* aos critérios considerados na análise.

A próxima seção destina-se especificamente ao *corpus*, com uma breve justificativa para a escolha do gênero de sua composição e, em seguida, a apresentação das etapas e dos critérios envolvidos em sua compilação.

3.1 O *Corpus*

3.1.1 Justificativa para a escolha do gênero textual “discurso político”

Considerando-se que a LCF é a abordagem teórica adotada nesta pesquisa, era fundamental que a análise a ser apresentada fosse baseada em um *corpus* que fornecesse dados linguísticos reais e baseados no uso cotidiano dos falantes. Essa característica atribuída ao *corpus* linguístico faz com que os gêneros textuais se mostrem como uma rica e valiosa ferramenta para a análise, pois permitem explorar as mais variadas manifestações da linguagem em diferentes contextos sociais e comunicativos.

Conforme aponta Marcuschi (2005, 2008), os gêneros textuais são ações comunicativas que emergem do contexto social, sendo moldados pelas necessidades históricas e culturais. Assim, eles se desenvolvem a partir da prática da linguagem em uso, de acordo com as especificidades de cada situação comunicativa. Nas palavras do autor,

Os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa [...] (Marcuschi, 2005, p. 19).

Assim, os gêneros textuais são definidos pelas características específicas das esferas da vida em sociedade, de modo que certas práticas sociais e culturais projetam, historicamente, formas de comunicação também específicas. São essas esferas sociais, que permeiam o cotidiano com determinadas práticas – tal qual a jornalística, a religiosa e, neste caso, a política –, que produzem modelos comunicativos estáveis, originando diversos gêneros textuais.

Nesse sentido, a depender dos objetivos e das intenções dos falantes em determinada situação de comunicação, os gêneros textuais apresentam exigências, objetivos e regras distintas. Isso significa que a língua e os mecanismos por ela oferecidos são manipulados de diferentes maneiras, com escolhas linguísticas intencionadas e estratégias mobilizadas para atingir o objetivo da situação comunicativa, seja em modalidade oral ou escrita. Com isso, Marcuschi (2008, p. 154) afirma que “não dominamos uma forma linguística, e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”.

O discurso político é um gênero textual de natureza argumentativa, que tem a persuasão como uma de suas principais características, uma vez que o falante busca atingir a aprovação dos seus interlocutores. Charaudeau (2004) refere-se à arquitetura das estratégias discursivas para o alcance da persuasão como um “jogo de máscaras”. Para o autor, “é mais uma questão de veracidade que de verdade; trata-se de dizer não o que é verdadeiro, mas o que eu creio ser verdadeiro e que o outro deve acreditar ser verdadeiro” (Charaudeau, 2004, p. 265).

Nesse contexto, presumiu-se que, para o orador político, pudesse ser interessante se utilizar de uma estratégia linguística que lhe permitisse recusar uma avaliação epistêmica de uma informação recebida por meios indiretos, cuja confiabilidade, portanto, não pudesse ser assegurada de fato (Kronning, 2012, 2018). Dessa forma, o orador poderia incorporar ao seu discurso um conteúdo considerado relevante aos seus objetivos comunicativos sem se comprometer com a verdade e a confiabilidade dessa informação.

Com isso em mente, considerando-se a tradição dos estudos sobre o condicional evidencial em textos jornalísticos (em outras línguas, como também em Lourenço (2016) para o PB) e o interesse em expandir o escopo de análise do objeto, em avaliação de textos de discurso político, notou-se a presença desse tipo de uso, o que mostrou a viabilidade do estudo desse gênero em Mella (2020), bem como neste trabalho.

A próxima subseção dedica-se a descrever as etapas e os critérios de elaboração do *corpus*, composto por textos do gênero discurso político.

3.1.2 Etapas e critérios de elaboração

A pesquisa contou com um *corpus* composto por discursos políticos realizados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal brasileiros, mais especificamente, por diários das sessões que ocorreram nas respectivas Casas.

O projeto inicial da pesquisa previa um enriquecimento do *corpus* construído para o desenvolvimento da análise de Mella (2020), que era formado por fragmentos de discursos das mesmas Casas Legislativas e contava com apenas 225.345 palavras, para um *corpus* de aproximadamente um milhão de palavras - número que, baseando-se nas ocorrências encontradas no *corpus* de Mella (2020), se considerou suficiente para a análise pretendida, mas que poderia variar de acordo com as necessidades da pesquisa. No entanto, ao longo de seu desenvolvimento, notou-se a necessidade de um *corpus* mais robusto, compilado de forma minuciosa quanto aos critérios de seleção dos textos e de coleta dos dados.

Além disso, considerando-se os objetivos da pesquisa, também foi necessário que os fragmentos dos discursos analisados fossem mais extensos, de forma a conservar o contexto e os aspectos discursivos circundantes às ocorrências a serem analisadas. Esses fatores levaram à decisão de se compilar um novo *corpus*, mais amplo, para o estudo.

Desse modo, foram selecionados diários, documentos oficiais extensos, que contêm a transcrição completa de cada sessão realizada em cada Casa, dos anos de 2015, 2019 e 2022. A escolha desses anos específicos não foi aleatória, mas justificada pela intenção de coletar textos de anos em que as Casas tiveram presidências distintas (na Câmara dos Deputados, por exemplo, Rodrigo Maia presidiu a Casa de julho de 2016 a fevereiro de 2021) e, logo, uma maior alternância de oradores, bem como diferentes momentos políticos e temas de debate. Apresentam-se, a seguir, os passos necessários para acessar esses textos em cada um dos *sites*:

- **Câmara dos Deputados:**

(<<https://www.camara.leg.br/>>) > Atividade Legislativa > Discursos e Debates > Solicitam-se os critérios de pesquisa e, no que é de interesse desta pesquisa, basta informar o nome do orador para realizar a busca > Os resultados da busca são apresentados > Na coluna “Publicação”, ao clicar no discurso desejado, o documento completo do diário é aberto.

- **Senado Federal:**

(<<https://www12.senado.leg.br/hpsenado/>>) > Menu > Atividade Legislativa > Plenário > Pronunciamentos > Solicitam-se os critérios de pesquisa; insere-se o nome do orador para realizar a busca, da mesma forma que no site da Câmara dos Deputados > Os resultados são apresentados > Ao clicar na data do pronunciamento desejado, obtém-se o texto correspondente > No final de cada um deles, se apresenta

a mensagem “Este texto não substitui o publicado no DSF de XX/XX/XXXX - Página XX” > Ao clicar nessa mensagem, o documento completo é aberto.

Seguindo as etapas de busca descritas, os nomes de cada um dos presidentes, tanto na Câmara dos Deputados (2015: Eduardo Cunha/ 2019: Rodrigo Maia/ 2022: Arthur Lira) quanto no Senado Federal (2015: Renan Calheiros/ 2019: Davi Alcolumbre/ 2022: Rodrigo Pacheco), foram digitados no campo de busca dos *sites*. Os textos coletados, apesar de buscados pelos nomes dos presidentes das Casas, incluem discursos de diversos outros membros, uma vez que os demais políticos também são convidados a falar durante as sessões, compondo um diálogo. Para reduzir o número de resultados de busca, o campo referente ao período desejado também foi preenchido, considerando-se sempre o primeiro dia do ano como data inicial e o último como data final.

Quanto à seleção dos diários, foi coletado geralmente o primeiro resultado de cada mês, salvo os meses que não apresentaram resultados, o que justifica o número total de discursos coletados. De acordo com esses critérios, obtiveram-se 57 diários. A relação completa dos diários coletados, com informações como data da sessão, número do diário e número de páginas, pode ser visualizada no “Apêndice A”, ao final da dissertação.

Primeiramente, considerando-se a proposta inicial do projeto desta pesquisa, que previa um *corpus* com aproximadamente um milhão de palavras, foram coletados fragmentos de vinte a trinta e uma páginas dos Diários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal brasileiros. Essa extensão específica se justificou pela intenção de reunir uma maior variedade de temáticas e de momentos políticos, mas, para além disso, levou em consideração que, dentre os 57 diários selecionados, a extensão dos documentos poderia variar de 90 a 1.206 páginas - sendo muitas das palavras, presentes nessas páginas, irrelevantes para a análise, em função de não serem, de fato, parte da transcrição do discurso, mas empregadas apenas para cumprir as exigências de informação do documento.

Desse modo, foi coletada sempre a primeira subseção da transcrição de cada diário que tivesse um mínimo de vinte páginas, sendo de trinta e uma páginas a extensão máxima encontrada e considerada. O *corpus*, assim, foi composto de forma inteiramente manual no processador de textos *Microsoft Word* (Microsoft, 2019), e a coleta dos textos foi finalizada ao alcançar o total de 987.789 palavras.

Após essa primeira etapa, de nova compilação do *corpus*, algumas reconsiderações metodológicas foram feitas, a fim de garantir a coerência da pesquisa com os pressupostos teóricos que a norteiam e estabelecer mais condições de análise para o próprio objeto.

Notou-se que, para uma pesquisa cognitivo-funcional baseada em *corpus*, que tem este como ferramenta essencial para o desenvolvimento da análise, seria metodologicamente viável trabalhar não apenas com fragmentos dos textos, mas com os textos em sua íntegra, uma vez que, em certa medida, os critérios considerados para a seleção da extensão dos fragmentos poderiam ser frágeis, enviesando, de alguma forma, a coleta.

Assim, para conservar a variabilidade de oradores, momentos políticos e temas, e para que não fosse necessário alterar os critérios já estabelecidos para a seleção dos diários, foram mantidos os 57 textos selecionados, ainda que o número de palavras desse conjunto se elevasse significativamente e, conseqüentemente, o número de ocorrências válidas do fenômeno a ser analisado.

Cada um dos diários foi baixado em formato PDF e, posteriormente, convertido em formato .txt (codificado em UTF-8), por meio do conversor gratuito disponível em <<https://tools.pdf24.org/pt/converter-de-pdf>>. Em seguida, os arquivos individuais em .txt foram unificados em um outro documento .txt, por meio do prompt de comando⁵² nativo do *Windows*.

Além disso, neste momento, por sua precisão, tomou-se a decisão de adotar a contagem de *tokens* ao invés de palavras. A contagem do arquivo foi realizada pelo concordanciador *AntConc*, um *software* utilizado para análise textual e linguística de *corpora* em geral, totalizando, assim, 10.612.737 *tokens*⁵³.

A próxima seção trata de descrever os procedimentos referentes à coleta dos dados.

3.2 Coleta de dados

Os dados foram extraídos com o auxílio da plataforma *R* (R Core Team, 2023), uma linguagem de programação voltada para manipulação, análise e visualização de dados. Foi

⁵²Linha de comando: `type *.txt > corpusmestrado.txt + enter`.

⁵³Aqui, considera-se *token* em sua definição computacional, i.e, como critério do que é considerado como palavra para a contagem do documento de texto, ou seja, do *corpus* compilado, e não uma distinção conceitual entre o que é *token* e o que é palavra. Em sua configuração padrão, o *AntConc* considera como *token* e, nesse caso, como palavra, somente letras separadas por um espaço em branco (prévia e posteriormente). Por ser um concordanciador linguístico, sua contagem é mais precisa se comparada à de outros programas, como o *Microsoft Word* (2019), que é um processador de textos.

utilizada a função `extracao()`⁵⁴ do pacote *dmsocio* (Oushiro, 2018) para coletar as ocorrências, a partir de um critério morfológico: os sufixos permitidos pela forma verbal analisada. Além de retornar os dados em si, a função permitiu também obter os contextos precedentes e subsequentes e indicou o parágrafo em que cada ocorrência foi encontrada no *corpus*. Todas essas informações foram reunidas pelo *R* em um arquivo `.txt` para cada sufixo extraído, conforme mostra a Figura 2, da extração do sufixo `-aria`:

Figura 2 – Output da extração dos dados de sufixo `-aria`, obtidos por meio da função `extracao()` do pacote *dmsocio* (Oushiro, 2018) e reunidas pela plataforma *R* (R Core Team, 2023) em arquivo `.txt`

Contexto.Precedente	Ocorrencia	Contexto.Seguente	Localizacao
credenciados.			Paragrafo: 103
4º do Regimento Interno; Arnaldo	Faria de Sá; Bacelar, Gonzaga Patriota		Paragrafo: 103
SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA – Deputada	Maria Helena. A SRA. MARIA		Paragrafo: 183
Deputada Maria Helena. A SRA. MARIA	HELENA (PSB-RR) – Assim o		Paragrafo: 184
BONIFÁCIO DE ANDRADA – Deputado Fábio	Faria. O SR. FÁBIO FARIA		Paragrafo: 425
Fábio Faria. O SR. FÁBIO	FARIA (PSD-RN) – Assim o prometo.		Paragrafo: 426
Tibé. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando	Faria. O SR. LUIZ FERNANDO		Paragrafo: 696
Faria. O SR. LUIZ FERNANDO	FARIA (PP-MG) – Assim o prometo.		Paragrafo: 697
SR. SARNEY FILHO – Deputado Arnaldo	Faria de Sá. O SR.		Paragrafo: 894
de Sá. O SR. ARNALDO	FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Assim		Paragrafo: 895
SR. AROLDE DE OLIVEIRA – Deputada	Maria do Rosário. A SRA.		Paragrafo: 1258
Maria do Rosário. A SRA.	DO ROSÁRIO (PT-RS)– Assim o		Paragrafo: 1259
que é ocupada pelo Sr. Arnaldo	Faria de Sá. O SR.		Paragrafo: 1449
Sá. O SR. PRESIDENTE (Arnaldo	Faria de Sá) – Está reabenta		Paragrafo: 1450
Segunda-feira O SR. PRESIDENTE (Arnaldo	Faria de Sá) – Declaro empossado		Paragrafo: 1459
Obrigado. O SR. PRESIDENTE (Arnaldo	Faria de Sá) – Suspendo a		Paragrafo: 1461
é suspensa.) O Sr. Arnaldo	Faria de Sá deixa a cadeia		Paragrafo: 1468
de valores da política – e	gostaria que os outros candidatos		Paragrafo: 1575
– promessas que eu também não	faria se pudesse e não faço		Paragrafo: 1580
uma candidatura patrocinada pelo	Governo, colocaria em pauta para votar um		Paragrafo: 1817
Siqueira, que está aqui. Eu	gostaria também de saudar os nossos		Paragrafo: 1851
discussão e neste processo. Eu	gostaria de cumprimentar todos os colegas		Paragrafo: 1857
meu amigo Deputado Chico Alencar,	eu gostaria de usar uma frase, um		Paragrafo: 1925
da sessão. E eu não	gostaria de ver esta sessão terminar		Paragrafo: 1996
participação no pleito. (Palmas.) Eu	gostaria de dizer que nós estamos		Paragrafo: 2066
– RJ) 6ª-feira 10: Arnaldo	Faria de Sá (PTB – SP)		Paragrafo: 2268
de Ministro de Estado Chefe da	Secretaria de Re- lações Institucionais		Paragrafo: 2331
PRB Sibá Machado – PT	Maria Helena – PSB Wherles Rocha		Paragrafo: 2462
Cruz Mitidieri – PSD Fábio	Faria – PSD Fabio Reis –		Paragrafo: 2535
Costa – PSD Luiz Fernando	Faria – PP Jair Bolsonaro –		Paragrafo: 2610
Carlos Manato – SD Arnaldo	Faria de Sá – PTB		Paragrafo: 2642
PT Marcon – PT	Maria do Rosário – PT		Paragrafo: 2768
hoje: páginas (O.S. 10134/2015)	Secretaria de Editoração e Publicações		Paragrafo: 2968
Caminho- neiros.			
de reunião com o Ministro-Chefe da	Secretaria de Portos da Presidência da		Paragrafo: 3109

Fonte: elaboração própria

Conforme a Figura 2, os dados extraídos de sufixo `-aria`, correspondem à coluna “Ocorrencia”. À esquerda dessa coluna está o “Contexto.Precedente” e à direita, o “Contexto.Seguente”. Por último, está a “Localizacao”, isto é, o parágrafo do *corpus* em que o dado ocorre. A extração automática retornou muitos dados inválidos, conforme se nota na Figura 2, em casos como “Faria”, que não é um verbo, mas um sobrenome de alguém, e “Secretaria”, um substantivo.

Para que esses dados pudessem ser descartados, os arquivos em `.txt` foram transferidos para o *Microsoft Excel* (Microsoft, 2019) e, por meio da função “filtro”, realizou-se uma

⁵⁴Linha de comando: `extracao(padrao="aria\\b")`; `extracao(padrao="arias\\b")`; `extracao(padrao="ariam\\b")`; e assim por diante, ou seja, foi necessário rodar a linha de comando para cada uma das terminações separadamente.

limpeza. As ocorrências que geraram dúvidas a respeito de sua natureza foram conferidas manualmente, para a observação do contexto mais amplo. Durante a manipulação dos dados do trabalho, também foram encontrados alguns poucos casos em que a ocorrência sofreu uma quebra de palavra no texto original e, por isso, foi equivocadamente identificada como um verbo, o que também foi reparado manualmente.

Ao final, foram encontradas no *corpus* 4.105 ocorrências de verbos no condicional, morfologicamente distribuídas conforme se apresenta na Tabela 1:

Tabela 1 - Distribuição do número de ocorrências de verbos no condicional presentes no *corpus*, de acordo com o sufixo verbal

Sufixo	Ocorrências
-aria	1.183
-ariam	144
-aríamos	128
-eria	1.608
-eriam	526
-eríamos	160
-iria	266
-iriam	71
-iríamos	12
-oria	2
-oriam	4
-oríamos	1
Total	4.105

Fonte: elaboração própria

A Tabela 1 demonstra que, no *corpus*, foram encontrados 4.105 verbos no condicional, distribuídos em 1.183 com sufixo -aria, 144 com -ariam, 128 com -aríamos, 1.608 com -eria, 526 com -eriam, 128 com -eríamos, 266 com -iria, 71 com -iriam, 12 com -iríamos, 2 com -oria, 4 com -oriam, e apenas 1 com -oríamos. As terminações -arias, -erias, -irias e -orias não retornaram nenhuma ocorrência válida à pesquisa. De modo similar, não houve dados recuperados na extração com as terminações -aréis, -eréis, -iréis e -oréis.

O fato de não haver ocorrências válidas (isto é, somente dados descartados) para os sufixos -arias, -erias, -irias e -orias, e de esses só poderem ocorrer se acompanhados da segunda pessoa do singular (“tu”), e de não terem sido retornados dados com as terminações -aréis, -

eríeis, -iríeis e -oríeis, que, por sua vez, dizem respeito somente à segunda pessoa do plural (“vós”), permitiu, já neste momento, verificar que não foram encontradas ocorrências das pessoas “tu” e “vós” no *corpus*⁵⁵.

Além disso, apesar de os sufixos -aríamos, -eríamos, -iríamos e -oríamos se aplicarem apenas à primeira pessoa do plural, os sufixos -aria, -eria, -iria e -oria se apresentam ambíguos do ponto de vista morfológico, tanto em pessoa como em número, assim como -ariam, -eriam, -iriam e -oriam em pessoa. Isso porque, o primeiro grupo pode corresponder tanto a primeira quanto a terceira pessoas gramaticais do singular ou, ainda, a “você”, que se refere à segunda pessoa do discurso (mas a flexão corresponde à terceira pessoa gramatical do singular), e a “a gente”, que concorre com a primeira pessoa do plural (mas flexiona como terceira pessoa gramatical do singular); e o segundo grupo, a “vocês”, que concorre com a segunda pessoa do plural do discurso, mas flexiona como terceira pessoa gramatical do plural.

Assim, para verificar a distribuição em pessoa e número desses sufixos, foi necessária a codificação “dado a dado”. As 4.105 ocorrências válidas do *corpus* foram, então, reunidas em uma única planilha, em formato .csv, para uma verificação inicial quanto à pessoa e ao número do sujeito verbal.

A partir das características dos dados extraídos, no que diz respeito a esse parâmetro, as ocorrências poderiam, então, ser classificadas em primeira, segunda e terceira pessoas do singular ou do plural, considerando-se os pronomes possíveis para cada uma delas (e ausência de correspondentes às pessoas “tu” e “vós”), de acordo com os respectivos morfemas da terminação verbal, conforme o Quadro 1:

⁵⁵Entende-se que essa pode ser uma evidência interessante a respeito do gênero textual analisado, bem como da língua em uso. Em geral, esperar-se-ia que, por ser um gênero textual formal, pudessem ocorrer usos mais eruditos da língua. No entanto, a não ocorrência dessas formas pode ser um indicativo de uma tendência diacrônica do PB, de que pessoas verbais como “tu” e “vós” já não fazem parte do cotidiano dos falantes, salvo em contextos específicos, como, por exemplo, o religioso.

Quadro 1 - Classificação de pessoa e número em relação ao morfema da terminação verbal⁵⁶

Morfema	Pronome	Pessoa	Número
-ria	<i>eu</i>	1 ^a	Singular
	<i>ocê</i>	2 ^a	
	<i>ele, ela</i>	3 ^a	
	<i>a gente</i>	1 ^a	Plural
-ríamos	<i>Nós</i>		
-riam	<i>ocês</i>	2 ^a	
	<i>eles, elas</i>	3 ^a	

Fonte: elaboração própria

Conforme o Quadro 1, com exceção do morfema -ríamos, que necessariamente acompanha a primeira pessoa do plural “nós”, os demais morfemas, -ria e -riam, tiveram de ser codificados dado a dado, para que se pudesse distinguir, nos casos de -ria, entre “eu”, “ocê”, “ele, ela”, e “a gente”, que divergem na pessoa gramatical, e, em virtude de “a gente”, também em número; e, nos casos de -riam, entre “ocês” e “eles/elas” divergentes em pessoa.

Após esse primeiro levantamento, identificou-se que não havia ocorrências no *corpus* com sufixos de terceira pessoa que fossem correspondentes a “ocês(s)” e a “a gente”.

Com base nisso, tomou-se a decisão metodológica de se analisar a metade dos dados encontrados para cada um dos sufixos, seguindo a ordem de ocorrência no *corpus*, o que resultou em 2.051 dados⁵⁷, distribuídos conforme a Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 - Distribuição do número de ocorrências de verbos no condicional presentes no *corpus* consideradas para o desenvolvimento da análise, de acordo com o sufixo verbal

Sufixo	Ocorrências
-aria	591
-ariam	72
-aríamos	64
-eria	804
-eriam	263
-eríamos	80

⁵⁶Os morfemas -rias e -ríveis, que correspondem à segunda pessoa do singular (“tu”) e à segunda do plural (“vós”), respectivamente, não compõem o Quadro 1, porque não foram encontradas ocorrências de condicionais com essas terminações no *corpus*.

⁵⁷Nos casos de -aria, -iriam e -oríamos, que apresentaram um número ímpar de ocorrências, o valor foi arredondado para baixo, o que justifica o total de 2.051 dados.

Sufixo	Ocorrências
-iria	133
-iriam	35
-iríamos	6
-oria	1
-oriam	2
Total	2.051

Fonte: elaboração própria

Na próxima seção, apresentam-se os processos metodológicos realizados para a classificação desses 2.051 dados de verbos no condicional.

3.3 Classificação dos dados

Nesta seção, apresentam-se os métodos adotados para a classificação dos 2.051 dados de verbos no condicional.

Como sendo também objetivo da pesquisa contribuir para a descrição do condicional com valor de evidencialidade e elucidar a caracterização do condicional reportativo no PB, na próxima subseção descrevem-se os usos do condicional considerados na classificação dos dados, de acordo com cada contexto. Em subseção subsequente, são apresentados os parâmetros de codificação de análise dos dados reportativos.

3.3.1 Quanto aos usos da forma verbal

Esta subseção tem como foco apresentar os usos da forma verbal considerados na classificação dos dados da pesquisa, a partir das classificações adotadas para tanto, com o objetivo de verificar:

- (i) da totalidade de ocorrências de verbos no condicional identificadas, como elas se distribuem entre os seus diferentes usos? Quantas delas expressam evidencialidade e quantas expressam evidencialidade reportativa?

Considerando-se que, segundo Oliveira (2013), o condicional no francês apresenta características semelhantes ao condicional no PB, e, por contar com uma gama de estudos, pode

contribuir para os estudos desse objeto nessa língua, adotou-se a classificação do condicional proposta por Dendale (2010) para o francês na classificação das ocorrências.

Essa classificação divide o condicional em três grupos: significado temporal, exemplificado em (55), significado modal, em (56), e significado evidencial, subdividido em retomada de informação, em (57), e inferencial, em (58):

- Temporal (um evento localizado no futuro com relação a outro situado no passado):

(55) *Les Argentins pensaient que les Anglais se **contenteraient** de faire un peu de bruit pour la forme* (Dendale, 2010, p. 292)

Os argentinos pensavam que os ingleses se **contentariam** em fazer um pouco de barulho apenas para manter as aparências.

Em (55), o condicional “contentariam” expressa um evento que ainda estaria para acontecer em relação ao momento, anterior à fala, em que os argentinos estavam pensando que os ingleses agiriam de determinada maneira.

- Modal ou condicional de eventualidade (marca o estado-de-coisas com relação a uma determinada ocorrência):

(56) *Il n'aurait rien dit, on n'**aurait pas su** qu'il était malade.* (Dendale, 2010, p.293)

Se ele não tivesse dito, nós não **saberíamos** que ele estava doente.

O exemplo (56) representa uma condicional irreal, isto é, algo que não aconteceu e que reflete uma condição contrafactual: “se ele não tivesse dito, nós não saberíamos”, mas, como ele disse, então, nós sabemos. Em outras palavras, a declaração contida na segunda oração depende da declaração da primeira para ocorrer.

- Evidencial ou mediativo de retomada de informação (57) e de conjectura ou inferencial (58):

(57) *Les américains **auraient capturé** ce matin Bin Laden á la frontiere afeghane.* (Dendale, 2010, p. 293)

Os americanos **teriam capturado** Bin Laden essa manhã na fronteira afegã.

(58) *Bin Laden reste introuvable. Aurait-il été tué dans une des dernières compagnes militaires?* (Dendale, 2010, p.293)

Bin Laden continua desaparecido. **Teria** ele **sido** morto em uma das últimas campanhas militares?

Em (57), o jornalista emprega o condicional reportativo para indicar que a informação não foi verificada por ele próprio, mas é um empréstimo de um outro, o qual não se sabe exatamente quem é, e, desse modo, convém não avaliar a confiabilidade dessa fonte.

Em (58), o condicional inferencial é utilizado para denotar uma suposição do próprio jornalista, por um processo lógico baseado na evidência de que “Bin Laden continua desaparecido”.

Dendale (1993, 2010) considera que os condicionais de retomada de informação são obtidos a partir de uma terceira pessoa por relato, caracterizados por incerteza e não confirmação da informação, contribuindo para o não comprometimento do locutor com o enunciado. Para a análise, esse subgrupo será equivalente ao que é considerado como condicional reportativo nesta pesquisa. Nos condicionais de conjectura ou inferenciais, a informação vem do próprio falante, que a obteve por premissas e/ou evidências indiretas, que, por serem indiretas, não são categóricas, mas estão mais próximas de uma hipótese, de lógica ou de crença, e são motivadas por seu conhecimento prévio relacionado à situação.

Além dos usos considerados na classificação de Dendale (2010), esta pesquisa optou por considerar também os usos atenuados, exemplificados em (59), e polidos, em (60), da forma verbal analisada no PB, pela hipótese de haver uma frequência significativa desse uso no gênero em análise. A classificação de Vatrican (2013, 2014), para o espanhol, foi utilizada como referência:

(59) *¿De qué color es este jersey? –Yo **diría** que es azul* (Vatrican, 2014, p. 255)

De que cor é este suéter? – Eu **diria** que é azul.

(60) *Me **encantaría** que me acompañaras al cine* (Vatrican, 2014, p. 255)

Eu **adoraria** que você me acompanhasse ao cinema.

Para Vatrican (2014), os usos polidos, conforme o nome sugere, indicam um pedido e/ou um desejo do falante que, com o emprego do condicional, se tornam mais corteses. Os atenuados, por sua vez, estão relacionados à força ilocutiva depositada no enunciado, que tende a ser minimizada com o emprego dessa forma verbal. Vatrican (2014) afirma que, nesses casos, o objetivo do falante é que o ouvinte aceite o que ele está dizendo.

Além disso, em consonância com Rivero (1978) e Escandell (1995), a autora pontua que ambos os usos têm duas leituras, uma literal e uma implicatura, sendo a última aquela que atribui o significado da real intenção do falante.

Em (59), o falante está, na verdade, afirmando que o suéter é azul. Em (60), ele constrói uma maneira educada de dizer “Me acompanhe ao cinema”.

Nesta pesquisa, no entanto, observou-se que casos de polidez, como (60), denotam uma estreita relação entre esses usos, porque, tanto permitem uma interpretação de polidez como automaticamente reduzem a força ilocucionária do enunciado, uma vez que dizer “eu adoraria” é diferente de dizer “eu quero” (embora seja isso o que o falante veicula). Em outras palavras, avalia-se que, nesses casos, a redução da força ilocucionária torna o enunciado mais cortês, em uma relação de ação e resultado.

Ainda que não sejam todos os casos que caibam na avaliação feita para (60), porque existem aqueles, como (59), que podem exprimir somente atenuação, e, embora as intenções enunciativas por parte do falante sejam diferentes, se comparados esses casos, esses usos se apresentam próximos e, por isso, optou-se por considerar os usos atenuados e polidos como uma única classificação.

Em suma, para verificar a distribuição dos dados e a fim de coletar apenas as ocorrências de condicional reportativo, objeto da pesquisa, com base em Dendale (2010) e Vatrican (2013, 2014), por fim, foram considerados os seguintes usos: **(i) Temporal; (ii) Condicional de eventualidade; (iii) Reportativo; (iv) Conjectura ou inferencial; e (v) Atenuados e polidos.**

Passa-se à próxima subseção, que tem como foco os parâmetros de codificação mobilizados na análise do condicional reportativo.

3.3.2 Quanto aos parâmetros de codificação e de análise dos dados reportativos

Nesta subseção, apresentam-se os processos metodológicos utilizados especificamente para o tratamento dos dados que permitiram uma leitura reportativa nos contextos analisados, sendo apresentados os parâmetros de análise adotados para a codificação e caracterização do objeto, os quais foram levados em consideração na análise a ser apresentada.

A fim de contribuir para a descrição do comportamento do fenômeno, a partir dos parâmetros a serem apresentados, este trabalho teve interesse em verificar as seguintes questões:

- (ii) qual é a pessoa do sujeito verbal nas ocorrências encontradas?
- (iii) qual forma verbal é mais frequentemente empregada como reportativa nas ocorrências do *corpus*?
- (iv) nas ocorrências analisadas, há casos em que o condicional é o único mecanismo utilizado pelo falante para a construção da reportatividade?

Tomando-se essas perguntas como norteadoras para caracterizar os padrões dos dados reportativos e proceder com a análise do objeto enquanto um marcador linguístico de construção e mudança de ponto de vista e perspectiva no discurso, com base nos pressupostos teóricos de Kronning (2012, 2018) das propriedades do condicional reportativo, foram considerados para a codificação dos dados os parâmetros de análise apresentados no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Parâmetros de codificação e de análise dos dados condicionais reportativos encontrados no *corpus* e seus respectivos níveis linguísticos

Nível linguístico	Parâmetro		
Morfossintático	Pessoa e número do sujeito verbal	1ª pessoa	Singular
		2ª pessoa	
		3ª pessoa	
		1ª pessoa	Plural
		2ª pessoa	
		3ª pessoa	
Forma verbal	Sintética		
	Perifrástica		
Semântico-pragmático	Fonte da informação	Específica	Explícita
		Genérica	
			Implícita

Fonte: elaboração própria

Conforme já apresentado na seção 3.2 deste capítulo, quanto à pessoa e ao número do sujeito verbal, as ocorrências foram classificadas em primeira, segunda e terceira pessoas do singular ou do plural.

Em conformidade com Zeman (2019), considerando-se que cada ato de perspectivização necessita de um sujeito perspectivizador, ponto de vista e perspectiva são categorias que se relacionam à pessoa. Por mais que construções condicionais reportativas se deem a partir de um relato do falante da informação de uma terceira pessoa, específica ou não, essa informação repassada não necessariamente indica que o sujeito do verbo condicional seja também uma terceira pessoa – no singular, como em (61), ou plural (61e) –, uma vez que construções com outras pessoas verbais como sujeito do verbo não são menos reportativas, pois todas elas relatam o que disse, supostamente, um terceiro (nos exemplos seguintes, “Lucas”), vide os exemplos de (61a) a (61d) e (61f):

(61) O Lucas disse que **o Paulo [ele]** teria feito o bolo de aniversário da Melissa.

(61a) O Lucas disse que **eu** teria feito [...]

(61b) O Lucas disse que **você** teria feito [...]

(61c) O Lucas disse que **nós** teríamos feito [...]

(61d) O Lucas disse que **a gente** teria feito [...]

(61e) O Lucas disse que **o Paulo e a Gabi [eles]** teriam feito [...]

(61f) O Lucas disse que **vocês** teriam feito [...]

De acordo com Brunyé *et al.* (2009, *apud* Parrill, 2012), o uso de pronomes de segunda pessoa no enunciado, como o caso de (61b) e (61f), induzem um ponto de vista interno à situação de fala, enquanto o emprego de terceira pessoa, tal qual (61) e (61e), um ponto de vista externo ao ato comunicativo. Já construções como (61a), com pronome de primeira pessoa do singular, incluem o falante na situação relatada, e em (61c) e (61d), de primeira pessoa do plural, não somente o incluem, como incluem também o ouvinte, o que as torna mais (inter)subjetivas em comparação às demais.

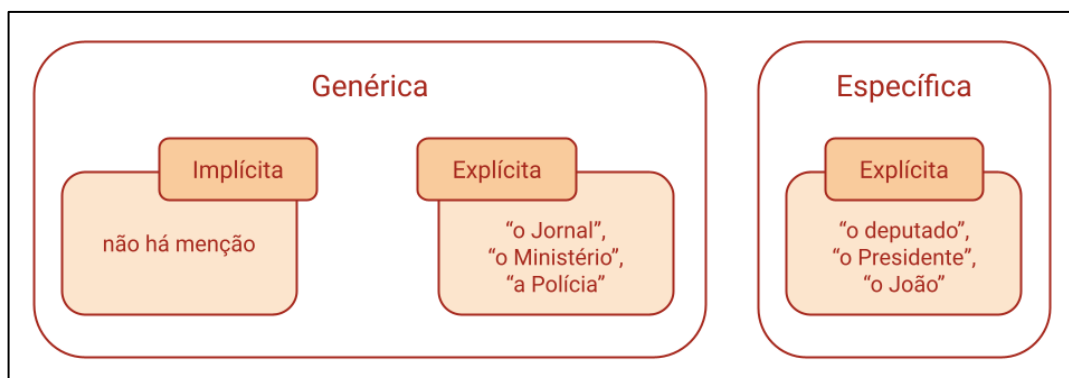
Diante do exposto, a fim de avaliar as características do condicional reportativo quanto à pessoa e ao número do sujeito verbal, mesmo que, de antemão, já se soubesse que não havia no

corpus ocorrências para “você”, “vocês” e “a gente” - respectivamente, (61b), (61f) e (61d) -, foi de interesse deste trabalho verificar se seriam encontrados no *corpus* enunciados com o uso do condicional reportativo regido pela primeira pessoa do singular “eu” ou do plural “nós” (ainda que, aparentemente, essas construções não sejam possíveis, se não acompanhadas por marcadores de discurso indireto).

Outro parâmetro adotado, também de nível morfossintático, conforme o Quadro 2, foi a forma verbal das ocorrências, se sintética ou perifrástica. Esse critério fundamenta-se em Kronning (2018): tal característica influencia na localização temporal do evento relatado pelo verbo no condicional, o que é dependente do seu aspecto verbal. As formas sintéticas podem indicar eventos tanto simultâneos ao momento da fala como posteriores (verbos atéticos sugerem simultaneidade, enquanto télicos, posterioridade). As formas perifrásticas, por sua vez, indicam que a eventualidade relatada é anterior ao momento da fala (com exceção dos verbos de “*accomplishment*” que, sendo télicos, podem expressar tanto posterioridade, quando sintéticos, como simultaneidade, quando perifrásticos).

Nesse sentido, há uma razão para que o falante faça a escolha entre o uso de uma forma sintética e de uma perifrástica. Assim, esse parâmetro de análise visa verificar, pela codificação entre forma sintética ou perífrase, se há equivalência entre as formas e se alguma delas é mais frequente nas ocorrências condicionais reportativas do *corpus* - e, tão logo, se levantam evidências a respeito do comportamento do objeto: se o relato de eventos simultâneos ou posteriores ao momento da fala é mais característico das construções reportativas, ou se, ao contrário, o relato de eventos anteriores se sobressai.

Por fim, seguindo-se ainda o Quadro 2, o terceiro parâmetro, de natureza semântico-pragmática, elencado para a codificação e análise dos dados de condicional reportativo encontrados no *corpus* foi a característica da fonte da informação. Com base também em Kronning (2018), é uma propriedade do condicional reportativo permitir que a fonte da informação permaneça inespecífica. Assim, este trabalho adotou as terminologias (i) “genérica” para classificar os casos nos quais a fonte está: “implícita”, ou seja, não há menção alguma; ou “explícita”, sem especificação (“o jornal”, “o Ministério”, “a Secretaria”, “a Polícia”); e (ii) “específica”, casos de fonte necessariamente “explícita” (“o deputado”, “o Presidente”, “o João”), conforme ilustra o esquema da Figura 3 a seguir:

Figura 3 – Subcategorias do parâmetro da fonte da informação

Fonte: elaboração própria

O interesse em codificar esse parâmetro reside no objetivo de verificar os valores de frequência e proporção quanto ao comportamento das ocorrências encontradas em relação aos marcadores reportativos presentes no enunciado, distinguindo-as entre aquelas que somente apresentam o condicional como marcador da reportatividade e aquelas em que coexistem esse e outro (ou outros) marcadores de outra natureza. Isso é relevante para que se possa analisar se há casos no *corpus* em que o condicional é o único marcador no enunciado que permite ao ouvinte inferir que esse se trata de um relato e a informação não advém diretamente do falante. Nesses casos, a reportatividade estaria sendo marcada gramaticalmente, somente.

A codificação desses parâmetros de análise dos dados de condicional reportativo foi realizada em planilha do *Microsoft Excel* (Microsoft, 2019) e salva, posteriormente, em formato .csv, para que os valores de frequência e proporção pudessem ser calculados com o auxílio da plataforma *R* (R Core Team, 2023).

A próxima seção destina-se a apresentar os critérios que fundamentaram a análise do condicional reportativo enquanto um marcador dêitico-cognitivo, que contribui para a construção do ponto de vista e para a mudança de perspectiva no discurso.

3.4 Critérios de análise do condicional reportativo como um marcador gramatical de construção de ponto de vista e de perspectiva no discurso

Esta seção tem como foco apresentar os critérios utilizados para o tratamento dos dados do condicional reportativo como um mecanismo de construção de ponto de vista e de mudança

de perspectiva no discurso. Retomam-se as perguntas de pesquisa relacionadas a esse objetivo da pesquisa:

- (i) como se dá a construção de pontos de vista em discursos com o emprego do condicional reportativo?
- (ii) a perspectiva se altera quando há a emergência desse ponto de vista, isto é, quando o condicional reportativo é utilizado?
- (iii) se sim, como?

Levando-se em consideração (i) os apontamentos teóricos de Kronning (2018) e, a partir deles, considerando-se o condicional reportativo como um marcador gramatical bicategorial, que permite a expressão da modalização zero e a expressão da reportatividade (e, por isso, a recusa do falante em endossar por ele mesmo o conteúdo enunciado); (ii) a partir de Vandelanotte (2012) que, como sendo uma construção de relato, enunciados reportativos envolvem dois eventos, um de fala atual como base, a partir do qual uma outra fala é acessada, de modo a permitir a observação dos estados cognitivos de um outro, que não o falante; (iii) e, com base nas definições de Evans (2005), Spronck (2015), Gentens *et al.* (2019) e Zeman (2019), que construções desse tipo envolvem duas ou mais perspectivas e, portanto, mais de um valor de pessoa, sendo entendidas como construções de múltiplas perspectivas, para buscar responder às três perguntas motivadoras e, tão logo, cumprir com o objetivo do trabalho, outras duas perguntas, mais específicas e direcionadas pela revisão bibliográfica, nortearam o desenvolvimento da análise:

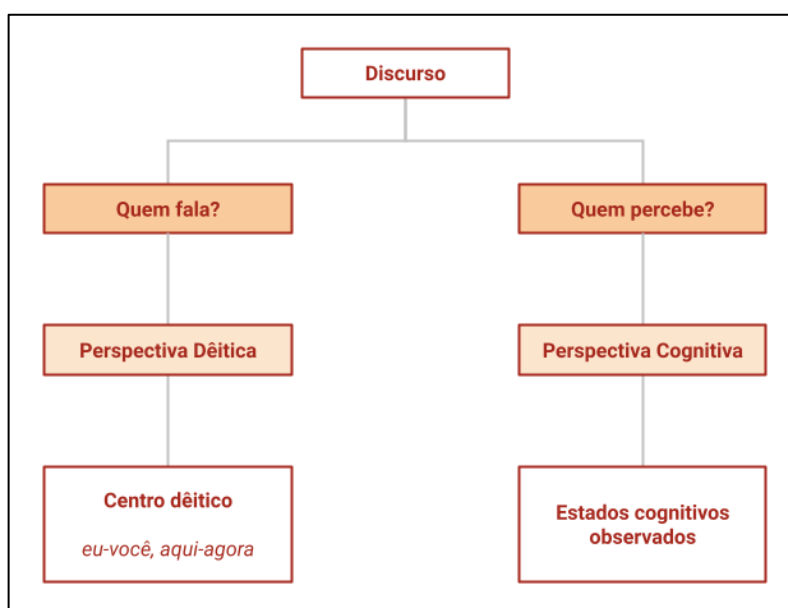
- (iv) qual é a relação estabelecida entre a estrutura dêitica dos elementos gramaticais presentes no enunciado e a estrutura da perspectiva do contexto do discurso?
- (v) qual é a distinção entre a perspectiva dêitica e a perspectiva cognitiva nos contextos analisados?

Quanto à pergunta (iv), em um estudo de ponto de vista e perspectiva a partir de uma construção de múltiplas perspectivas, a necessidade de se considerar a relação entre as estruturas dêiticas dos elementos gramaticais do enunciado e da perspectiva do contexto discursivo – essa última como sendo influenciada pelas características da situação comunicativa, envolvendo a relação entre os interlocutores e o conhecimento prévio que eles têm sobre o evento, que influencia a compreensão e a exposição enunciativa, entre outros

aspectos – se fundamenta e se baseia em Zeman (2019), que afirma que a construção dos pontos de vista no discurso se dá a partir de uma relação mútua entre essas estruturas.

Já a pergunta (v), foi motivada pela distinção dêitico-cognitiva proposta por Vandelanotte (2019), utilizada por Gentens *et al.* (2019) para a realização da análise de enunciados de múltiplas perspectivas, e também crucial no desenvolvimento dessa análise. A Figura 4, apresentada a seguir, esquematiza essa relação de distinção:

Figura 4 - Distinção dêitico-cognitiva, com base em Vandelanotte (2019)



Fonte: elaboração própria

Conforme apresentado na Figura 4, Vandelanotte (2019), com base em Genette (1980, 1988), propõe que os fenômenos de pontos de vista e perspectiva do discurso sejam, sempre que possível, analisados em termos da perspectiva dêitica (“quem fala?”) e da perspectiva cognitiva (“quem percebe?”). A primeira diz respeito às coordenadas do centro dêitico da construção do enunciado e a segunda, aos estados cognitivos observados nessa construção.

Essas perguntas, sustentadas pelos pressupostos teóricos apontados, visam direcionar a análise em direção ao objetivo do trabalho de tratar o condicional reportativo como um marcador gramatical de ponto de vista e perspectiva no discurso, sob a hipótese de que esse elemento constrói um ponto de vista que sinaliza uma mudança na perspectiva discursiva e reflete as intenções discursivas do falante de se (des)comprometer com o conteúdo enunciado.

Apresentados os procedimentos metodológicos desta pesquisa, do *corpus* à análise dos dados, o próximo capítulo destina-se à análise de dados e à discussão dos resultados.

CAPÍTULO IV: ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os resultados obtidos a partir da análise dos dados de verbos condicionais encontrados no *corpus*.

Primeiramente, com vistas a cumprir com o objetivo deste trabalho de contribuir com o panorama das pesquisas acerca do condicional evidencial desenvolvidas no PB, a partir do comportamento da forma verbal, e de elucidar a caracterização do condicional reportativo na mesma língua, apresentam-se, na primeira seção deste capítulo, a distribuição dos dados de verbos no condicional entre os usos considerado. Em seguida, na segunda seção, discutem-se os resultados alcançados a partir da codificação realizada dos dados reportativos, conforme os parâmetros descritos na subseção 3.3.2.

Por fim, na terceira seção, de modo a cumprir com o objetivo de analisar o condicional reportativo como um marcador gramatical de construção de ponto de vista e de mudança de perspectiva, discute-se a contribuição de seu emprego para a construção desses fenômenos discursivos, com base em critérios também descritos anteriormente, na seção 3.4, que relacionam a perspectiva do contexto do discurso e a estrutura dêitica (Zeman, 2019), bem como dêixis e cognição no discurso (Vandelanotte, 2019).

4.1 Distribuição dos dados gerais entre os usos considerados

Conforme mencionado, esta parte tem como objetivo apresentar o cenário de distribuição das ocorrências de verbos no condicional entre os usos considerados para a classificação, a fim de responder:

- (i) da totalidade de ocorrências de verbos no condicional identificadas, como elas se distribuem entre os seus diferentes usos? Quantas delas expressam evidencialidade e quantas expressam evidencialidade reportativa?

Espera-se, com isso, que os dados encontrados no *corpus* deste trabalho possam trazer considerações relevantes quanto ao comportamento dessa forma verbal, de modo a contribuir para sua descrição como um marcador evidencial gramatical no PB.

As 2.051 ocorrências de verbos analisadas do *corpus* distribuíram-se entre os usos descritos anteriormente da seguinte maneira: 716 casos apresentaram-se como inferenciais (IF);

583, do interesse central desta pesquisa, permitiram uma interpretação reportativa (CR); 440 expressaram um uso atenuado ou polido (AP); 185, eram construções de eventualidade (CE), e 127, de temporalidade (TP).

A Tabela 3, apresentada a seguir, apresenta os valores de frequência e proporção a partir da distribuição dos dados analisados entre os usos considerados da forma verbal:

Tabela 3 - Frequências e proporções dos cinco usos de condicional considerados na classificação das ocorrências de verbos no condicional do *corpus* de pesquisa

Uso	Frequência	Proporção
IF	716	34,9%
CR	583	28,4%
AP	440	21,5%
CE	185	9%
TP	127	6,2%
Total	2.051	100%

Fonte: elaboração própria

Como pode ser observado na Tabela 3, os usos evidenciais do condicional foram os mais frequentes no *corpus*, sendo 34,9% das ocorrências inferenciais e 28,4% reportativas, que, juntas, totalizam 63,3% dos 2.051 dados analisados. Em seguida, estão os usos atenuados e polidos, com 21,5% das ocorrências; os condicionais de eventualidade, com 9%; e, por último, o significado temporal prototípico da forma verbal, com apenas 6,2% dos dados.

Considerando-se os cinco usos descritos e a segunda posição do reportativo no *ranking* dos usos no *corpus*, com a proporção de 28,4% da amostra de dados, pode-se dizer que esse uso apresentou uma frequência satisfatória, se comparado, principalmente, aos usos condicionais de eventualidade (9%) e aos significados temporais (6,2%) e, se observado, ainda, que esse valor corresponde a um pouco mais que a quarta parte dos dados.

A proporção de 34,9% de usos inferenciais, a categoria de uso mais frequente, provavelmente se deve ao fato de esta abarcar significados relacionados à projeção, à hipótese, a inferências lógicas, entre outros processos cognitivos indiretos provenientes do próprio falante, o que favorece o emprego de verbos modais. Esses processos envolvem a formulação de suposições, opiniões e conclusões baseadas em conhecimentos prévios ou crenças do falante.

Os fragmentos em (62) e (63) exemplificam enunciados que contêm verbos condicionais modais com valor inferencial:

(62) Como o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano é prerrogativa do município, nos termos do art. 30, caput, inciso VIII, da Constituição Federal, defendo que as agrovilas sejam implantadas apenas em áreas rurais, mesmo que a tendência natural seja sua implantação nas proximidades das cidades. A inclusão nos perímetros urbanos **poderia** gerar conflitos com as municipalidades e, também, problemas na área da tributação imobiliária. (DCD, 08/abr/2015, p. 691)

(63) Os empréstimos ao BNDES servem, teoricamente, para ampliar a oferta de fundos emprestáveis ao setor privado. Portanto, é uma aplicação financeira do Tesouro Nacional e, como tal, **deveria** constar do orçamento federal. (DCD, 08/abr/2015, p. 413)

Nos exemplos (62) e (63), o condicional evidencial é utilizado como mecanismo para sinalizar o processo de inferência do falante, que, a partir do conhecimento adquirido ou da crença que ele tem diante de uma situação, chega a uma determinada opinião, conclusão e/ou suposição, e a menciona, de forma a reduzir seu compromisso enunciativo.

Oliveira (2015) argumenta que os verbos modais são **potenciais**, porque carregam significados relativamente imprecisos, que dependem do contexto em que são empregados. Desse modo, esses verbos podem permitir uma interpretação de modalização, estando o verbo “poder”, como em (62), ligado à ideia de possibilidade, e “dever”, em (63), à noção de obrigação.

No entanto, Oliveira (2015) afirma que esses verbos podem permitir também uma interpretação de um processo de inferência, em que “poder” presume a possibilidade de haver outras premissas além da escolhida, e “dever” transmite a ideia de que apenas uma premissa é válida. Por essa segunda perspectiva, no exemplo (62), o falante acredita que a inclusão das agrovilas nos perímetros urbanos tem um potencial para a geração de conflitos e problemas, mas há chances de que isso não seja necessariamente o que vai acontecer; em (63), não há abertura para uma outra premissa, a não ser a de constar no orçamento federal.

Dendale (1993) também discute essas possibilidades de valores desses verbos, colocando o valor evidencial como base e o modal como secundário. O presente trabalho considera a relação estreita de significado existente entre essas categorias e, portanto, a possibilidade de coexistência dos dois valores, modal e evidencial, em um mesmo enunciado, mas sem, por isso, tratá-los como hierárquicos – ao contrário, como possíveis de coexistir, mas de forma paralela. Assim, por entendê-los como distintos, optou-se por interpretar esses casos como resultantes de um processo de inferência do falante.

Apesar de 325 ocorrências corresponderem ao emprego dos verbos “poder” e “dever” (45,39%), dentre as 716 ocorrências classificadas como inferenciais (100%), outros diversos verbos plenos apresentaram, ainda, evidencialidade inferencial nos dados analisados, tal qual o exemplo (64):

(64) Outra questão essencial, Sr. Presidente, diz respeito ao fator previdenciário. Instituído pelo Governo FHC, não cumpriu o papel de retardar as aposentadorias precoces e prejudica os trabalhadores. Já a ideia de uma idade mínima para a aposentadoria, defendida por outros setores, penaliza os segmentos menos favorecidos, pois na prática os mais pobres entram no mercado de trabalho muito mais cedo, o que os **obrigaria** a trabalhar muito mais do que os mais privilegiados para ter direito à aposentadoria. (DCD, 08/abr/2015, p. 57)

Observa-se, em (64), que, assim como nos exemplos anteriores, a informação enunciada pelo condicional também advém de um processo de inferência do falante, que, a partir de um raciocínio lógico, apresenta uma conclusão: a de que, considerando-se o objetivo não cumprido, os fatos socioeconômicos e a penalização dos segmentos menos favorecidos, informações advindas de seu conhecimento prévio sobre o assunto, esse grupo teria de trabalhar por muito mais tempo, se comparado a grupos privilegiados.

Os casos reportativos, por serem o objeto de estudo deste trabalho, serão abordados separadamente na seção seguinte, voltada à apresentação dos resultados encontrados a partir da codificação dos parâmetros elencados para a análise desses dados especificamente.

Após os usos evidenciais inferenciais e reportativos, em terceiro lugar estão os usos atenuados e polidos, com 21,5% das ocorrências. Sua frequência, também considerável, se deve, principalmente, ao verbo “gostar”, que, no PB, quando conjugado nessa forma verbal, configura um uso prototípico de ênfase do comportamento polido, nos mais diversos contextos

situacionais, expressando, geralmente, um desejo ou pedido. Das 440 ocorrências classificadas como atenuadas e polidas (100%), 328 derivam desse verbo (74,5%). O trecho em (65) é um exemplo:

(65) **Gostaria** de registrar que é triste ver a extrema Direita vir ao microfone fazer críticas infundadas e calúnias. (DCD, 02/out/2019, p. 230)

O exemplo (65) pode tanto denotar uma intenção de polidez como de atenuação, já que o uso de “gostaria” expressa o desejo do falante em registrar algo. Esse uso, em específico, permite a ele fazer a solicitação de um modo mais polido, o que não seria alcançado pela forma “quero”, por exemplo, que representaria uma forma ilocucionária mais forte se comparada ao condicional. Apesar da forte recorrência dos casos do verbo “gostar” como uso de atenuação e polidez, também há outros casos semelhantes expressos por outros verbos no *corpus*, como em (66):

(66) **Pediria** só que respeitassem o Plenário, seus oradores, os seus discursos. (DCD, 06/mai/2015, p. 75)

O exemplo (66), embora seja um pedido, não tem a intenção de dar aos ouvintes a possibilidade de se fazer o contrário do que é solicitado, isto é, de não respeitar o Plenário, de modo que o falante está, de fato, pedindo por respeito. A partir do condicional, no entanto, o faz com uma força ilocutória mais fraca, como também de uma forma mais cortês.

Outros casos com verbos diferentes de “gostar” podem ser avaliados como expressão de atenuação, somente. São casos em que o falante deseja não fazer uma afirmação categórica e alcança isso reduzindo a força ilocutória do enunciado, como em (67) e (68):

(67) Note-se, além, que o serviço público adota – não **saberia** dizer se universalmente, mas por experiência própria sei que é prática corrente – a jornada de 30 horas. (DCD, 04/mar/2015, p. 156)

(68) Eu **diria** que, em 10 setores da sociedade brasileira, nos serviços públicos, os consórcios têm otimizado os recursos e produzido serviço ao povo brasileiro. (DCD, 02/out/2019, p. 83)

Em (67), o falante atenua a sua fala através do condicional, minimizando sua força ilocutória, suavizando o fato de que, no final das contas, ele realmente não sabe afirmar o que está dizendo, o que contribui para evitar a difusão de algo impreciso.

Em (68), ele emprega o condicional na mesma intenção de atenuar sua fala. Ao fim e ao cabo, ele está exatamente dizendo que acredita no que diz, porém de um modo cauteloso, já que esse uso permite uma margem de incerteza, apresentando a informação como uma avaliação subjetiva e não comprometida, em vez de uma declaração assertiva, abrindo espaço para possíveis discordâncias e reconsiderações.

Depois dos usos atenuados e polidos, estão os condicionais de eventualidade, que representam somente 9% das ocorrências. Os enunciados (69) e (70) exemplificam esses casos:

(69) Se não fosse assim, o benefício **terminaria** por ser devolvido em parte para o próprio Tesouro Nacional, responsável pelo benefício, reduzindo-se seu alcance. (DCD, 08/out/2015, p. 477)

(70) Sr. Presidente, o Deputado Marco Feliciano, na votação anterior, se estivesse presente, **votaria** com o partido. (DCD, 04/mar/2015, p. 124)

Os casos que configuram esse uso correspondem às sentenças construídas pela combinação de uma oração principal, a apódose – em (69), “o benefício terminaria”; em (70), “votaria com o partido” –, e uma subordinada, a prótase, iniciada pela conjunção “se” – em (69), “Se não fosse assim”; em (70), “se estivesse presente”. Nessa relação de dependência, a realização do evento da apódose está condicionado ao da prótase, isto é, em (69), o benefício seria devolvido apenas se a situação fosse outra e, em (70), o deputado só votaria com o partido se não houvesse se ausentado na ocasião.

Esse tipo de construção contempla uma gama de orações condicionais do PB, mas aquela em que se emprega o futuro do pretérito na apódose exige, conforme os exemplos (69) e (70) apresentados, o uso do pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase, indicando uma eventualidade que se opõe ao esperado pelo falante e, por isso, se caracteriza como contrafactual.

Por fim, estão os usos temporais, responsáveis pela definição prototípica da forma verbal apresentada em diversas gramáticas normativas do PB, a exemplo de Faraco e Moura (2000). Eles representaram o menor percentual dos usos considerados para a forma verbal no *corpus*,

correspondente a 6,2% dos dados. A seguir, em (71) e (72), apresentam-se exemplos de construções baseadas em uma relação de temporalidade expressa por esse modo verbal:

(71) Foi na terra das Cirandas, onde ele treinou o lendário lutador de vale-tudo Charlie Brown – já falecido -, e, onde também, ele descobriu um garoto prodígio que **chegaria** a lutar no UFC, Ronys Torres. (DCD, 02/jun/2015, p. 328)

(72) Foi no dia 12 de maio de 1959 que uma reunião com 71 trabalhadores fundou a Associação dos Metalúrgicos de São Bernardo, que em agosto já se **transformaria** em sindicato. (DCD, 05/ago/2015, p. 173)

Esses trechos enunciam eventos que eram futuros em relação a um momento demarcado no passado. Em (71), há uma referência a um momento no passado, em relação ao presente da fala: o garoto Ronys ainda não havia se tornado um lutador do UFC, evento que, nesse momento, era desconhecido e representa uma projeção futura a partir do momento de referência. Em (72), ocorre a mesma disposição de eventos no tempo: a Associação apenas se tornou sindicato um tempo após sua fundação na referida data, um marco no passado em relação ao momento de fala.

É interessante observar a discrepância entre a frequência dos usos evidenciais (inferenciais e reportativos) no *corpus*, um valor do condicional ainda muito pouco explorado no PB e que representou 63,3% dos dados, e do uso temporal, prototípico da forma verbal, quando consideradas as definições das gramáticas normativas, que teve uma frequência de apenas 6,2%. Esse resultado, obtido a partir de um *corpus* representativo de textos de uso real da língua, apenas confirma a relevância de se ampliarem os estudos dessa forma verbal enquanto um marcador gramatical de evidencialidade no PB.

Após apresentar essa distribuição entre os usos, a próxima seção dedica-se à apresentação e discussão dos resultados encontrados a partir da codificação dos parâmetros definidos para a análise dos dados de condicional reportativo.

4.2 Caracterização do objeto de estudo

Dentre outros resultados, a classificação das ocorrências de acordo com seu uso em cada contexto, apresentada na seção anterior, permitiu verificar que, dos 2.051 dados analisados, 583

receberam uma interpretação condicional reportativa (28,4%). Os resultados e análises apresentados nesta seção se voltam especificamente para esse recorte. Eles serão apresentados com base na codificação de parâmetros previamente definidos e descritos subseção 3.3.2, elencados para traçar o comportamento desse marcador sob critérios específicos, a saber: pessoa e número do sujeito verbal, forma verbal e característica da fonte da informação. Espera-se, com isso, elucidar as características desse fenômeno no PB, contribuindo para a sua descrição nessa língua, e identificar padrões que contribuam para a sua análise como um marcador cognitivo.

As discussões serão direcionadas a responder aos seguintes questionamentos:

- (ii) qual é a pessoa do sujeito verbal nas ocorrências encontradas?
- (iii) qual forma verbal é mais frequentemente empregada como reportativa nas ocorrências do *corpus*?
- (iv) nas ocorrências analisadas, há casos em que o condicional é o único mecanismo utilizado pelo falante para a construção da reportatividade?

A subseção a seguir apresenta os resultados a partir da análise de dados relacionada aos parâmetros de natureza morfossintática.

4.2.1 Dos parâmetros de natureza morfossintática

Considerando-se as características do objeto, foram analisadas a pessoa e o número do sujeito verbal e sua forma, se sintética ou perifrástica.

4.2.1.1 Pessoa e número do sujeito verbal

Dois dos critérios utilizados para a codificação dos dados na caracterização do objeto de estudo foram a pessoa e o número do sujeito verbal. A análise desses parâmetros verificou qual é a pessoa verbal do condicional nas ocorrências encontradas, a fim de identificar se há ou não um padrão em relação a esse elemento nesses tipos de construções, considerando-se que os sufixos dos verbos condicionais reportativos analisados no *corpus* não permitiam essa verificação por si mesmos.

Neste ponto, acerca da definição do condicional reportativo, é relevante destacar que, por definição, uma construção condicional reportativa transmite um relato de uma informação advinda de um terceiro, entretanto, isso revela o processo de raciocínio pelo qual o falante obteve a informação. De acordo com Kronning (2018), pelo fato de a informação ser um empréstimo desse terceiro, esse processo está relacionado, portanto, à fonte do conteúdo, que pode estar especificada ou não no enunciado.

No entanto, o fato de a informação provir de um terceiro não torna regra que o sujeito da forma verbal condicional esteja também em terceira pessoa, justamente porque não se trata do mesmo elemento referenciado, nem de sua função no enunciado. Em outras palavras, embora a fonte, explícita ou implícita, esteja em terceira pessoa, o sujeito do condicional no enunciado não se restringe obrigatoriamente a ela. Outras formas são passíveis de serem empregadas sem prejudicar seu valor reportativo no enunciado, o que, assim, justifica a análise desse parâmetro.

Dentre os 583 casos de condicional reportativo analisados, somente foram encontradas ocorrências terminadas em *-ria* ou *-riam*: 435 de *-ria* (74,6%) e 148 de *-riam* (25,4%). Não houve resultados para o sufixo *-ríamos*. Como demonstrado no Quadro 1, apresentado na página 88, para que fosse possível verificar as pessoas gramaticais do sujeito desses verbos reportativos, aqueles terminados nesses sufixos, devido à ambiguidade morfológica, precisariam de codificação.

A codificação dos dados permitiu observar que todas as ocorrências das 435 terminadas em *-ria* correspondiam à terceira pessoa do singular, bem como todas das 148 terminadas em *-riam* foram de terceira pessoa do plural. Isso significa que não foram encontrados dados em que os pronomes correspondentes ao verbo no condicional terminado em *-ria* ou *-riam* fossem de primeira pessoa gramatical do singular (“eu”) ou de terceira do singular (primeira do discurso, do plural, “a gente”); e de terceira pessoa gramatical do singular e do plural (segunda do discurso, do singular, “você”, ou do plural, “vocês”).

A Tabela 4, a seguir, apresenta a distribuição dos 583 dados codificados, conforme o parâmetro de pessoa e número do sujeito verbal:

Tabela 4 - Frequências e proporções dos dados condicionais reportativos encontrados no *corpus* quanto à pessoa e ao número do sujeito verbal

Pessoa	Número	Frequência	Proporção
3 ^a	Singular	435	74,6%
3 ^a	Plural	148	25,4%
Total		583	100%

Fonte: elaboração própria

De acordo com a Tabela 4, 435 das ocorrências reportativas do *corpus* correspondem à terceira pessoa do singular (74,6%); 148 delas, à terceira pessoa do plural (25,4%). Os exemplos (73) e (74) representam, respectivamente, esses casos:

(73) “Um dos integrantes do Conselho de Administração do banco, João Inácio Puga, **teria acertado** pagar R\$ 28 milhões ao esquema para encerrar o processo questionado no Carf.” (DCD, 05/mai/2015, p. 495)

(74) “De acordo com o andamento das investigações da polícia, as mortes **teriam sido cometidas** por vingança.” (DCD, 06/mai/2015, p. 123)

Em (73), a informação transmitida é proveniente de uma terceira parte, que seria a fonte desse conteúdo; no entanto, ela não é mencionada e permanece inespecífica. A função de indicar a reportatividade é realizada pelo condicional, que, por meio de um distanciamento alcançado pela recusa do falante em avaliar epistemicamente o enunciado e sua confiabilidade (Kronning, 2018), indica que a informação não se origina do falante, mas de algum outro. Também em (74), mesmo havendo uma menção à fonte da informação, a propriedade reportativa do condicional “teriam sido” cumpre o papel de permitir que o falante não faça avaliação alguma a respeito da procedência dessa informação, mantendo-se alheio a ela.

Quanto à pessoa e ao número verbal, (73) e (74), enquanto sujeitos correspondentes à terceira pessoa do singular e do plural, respectivamente, enunciam uma informação emprestada de um terceiro que diz respeito, ainda, a um outro terceiro, ambos não participantes do ato comunicativo. Essa análise está em consonância com Brunyé *et al.* (2009, *apud* Parrill, 2012), que afirmam que os pronomes de terceira pessoa induzem a um ponto de vista externo ao evento.

Em (73), “Um dos integrantes do Conselho de Administração do banco, João Inácio Puga” é o sujeito da forma verbal condicional “teria acertado”. Tem como núcleo “um dos integrantes”, e “João Inácio Puga” como aposto explicativo, porque tem a função de explicar e identificar o núcleo do sujeito, como mostra (73a):

(73a) “Um dos integrantes^[NÚC.] do Conselho de Administração do banco, João Inácio Puga^[AP.]_[SUJ.], **teria acertado**_[CR.] pagar R\$ 28 milhões [...]” (DCD, 05/mai/2015, p. 495)

Para que haja concordância, é esse sujeito o elemento sintático que modifica o verbo em relação à pessoa e ao número, tornando-o correspondente à terceira pessoa do singular, conforme a substituição em (73b):

(73b) Ele_[SUJ.] **teria acertado**_[CR.] pagar R\$ 28 milhões [...]

Nesse trecho (73), o sujeito é caracterizado por seu núcleo “integrantes” e por seu aposto “João Inácio Puga” como concreto e determinado. Esse tipo de sujeito, em terceira pessoa do singular, permite analisar que o falante passa adiante uma informação, obtida por ele de alguma forma indireta (por exemplo, por um veículo de comunicação ou por uma pessoa específica que não necessariamente seja a fonte-primeira desse conteúdo), que diz respeito a um terceiro indivíduo, específico e alheio ao ato comunicativo. Não se trata, portanto, de “quem fala” e nem de “com quem se fala”, mas “sobre quem se fala”. Em outras palavras, o falante transmite uma informação que obteve de alguém a respeito de um outro alguém – o que justifica o fato de algumas teorias classificarem o condicional reportativo como uma construção “de boato”.

Em (74), “as mortes” assume a função de sujeito da perífrase condicional “teriam sido”, conforme (74a):

(74a) “[...] as mortes_[SUJ.] **teriam sido**_[CR.] cometidas por vingança.” (DCD, 06/mai/2015, p. 123)

Esse sujeito flexiona o verbo na terceira pessoa do plural, conforme demonstra (74b):

(74b) [...] elas_[SUJ.] **teriam sido**_[CR.] cometidas por vingança.

Como sendo “mortes” um substantivo abstrato, considera-se que para haver mortes por vingança é necessário que alguém as cause, tão logo, é preciso que exista uma ou mais pessoas por trás dessa ação. Assim, nesse caso o falante também acaba transmitindo uma informação obtida por meio de outro(s), a respeito de uma terceira pessoa ou coletivo.

A partir desses resultados apresentados, sob o parâmetro da pessoa e do número do sujeito verbal, o uso do condicional reportativo no *corpus* revela uma preferência categórica pela terceira pessoa, sobretudo, do singular. Com base nos exemplos dados, tais resultados corroboram a característica de distanciamento de enunciados reportados: o emprego de sujeitos verbais em terceira pessoa intensifica a distância do falante em relação à informação, uma vez que este repassa uma informação de um outro acerca de um terceiro⁵⁸. Isso não aconteceria se fossem empregadas outras pessoas como sujeito do verbo condicional, considerando-se que elas não seriam externas ao discurso.

Em suma, pode-se dizer que esse resultado categórico de terceira pessoa do sujeito verbal parece reforçar a função do condicional reportativo em manter o falante alheio à responsabilidade sobre o conteúdo relatado.

A próxima subseção destina-se a discutir outros fragmentos quanto à forma verbal das ocorrências reportativas analisadas, critério de natureza também morfossintática.

4.2.1.2 Forma verbal

Os 583 dados reportativos coletados foram submetidos à codificação sob o parâmetro da forma verbal, se sintética ou perifrástica. A Tabela 5, a seguir, apresenta a frequência e a proporção dos dados, de acordo com esse critério:

⁵⁸Avalia-se a possibilidade de existir um *continuum* de distanciamento entre esses próprios sujeitos de terceira pessoa, por exemplo, quando comparadas formas como “a empresa” e “o diretor da empresa”: “a empresa” é um sujeito concreto e determinado tanto quanto “o diretor da empresa”, mas o primeiro é mais genérico do que o segundo, de modo que a escolha entre um ou outro pode revelar no enunciado algum aspecto dos objetivos comunicativos do falante. O número também pode influenciar esse distanciamento, uma vez que sujeitos no plural podem vir a apresentar um grau de inespecificidade maior do que sujeitos no singular.

Tabela 5 – Frequências e proporções dos dados condicionais reportativos encontrados no *corpus* quanto ao tipo de fonte da informação

Forma	Frequência	Proporção
Sintética	305	52,3%
Perifrástica	278	47,7%
Total	583	100%

Fonte: elaboração própria

De acordo com a Tabela 5, dos 583 dados analisados, 305 são construções verbais sintéticas (52,3%) e 278 se caracterizam como perifrásticas (47,7%). Esse resultado demonstra uma distribuição relativamente equilibrada entre as duas formas verbais, o que pode significar que nenhuma ou nem outra necessariamente favorecem uma leitura condicional reportativa, mas que a escolha entre elas, feita pelo falante, tem relação com aspectos discursivos e contextuais do enunciado, como se verá adiante.

Os exemplos (75) e (76), a seguir, exemplificam as formas verbais sintética e perifrástica, respectivamente:

(75) “Sobre o acúmulo irregular de cargos, a denúncia dá conta de que o Diretor Marcelo Mendes é concursado da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde **ocuparia**_[CR.] cargo de professor com dedicação exclusiva [...]” (DCD, 02/out/2015, p. 97)

(76) “Ele **teria**^[AUX.] **descoberto**^[PR.]_[CR.] dívidas junto ao INSS, ao FGTS e à Receita Federal e **[teria]**^[AUX.] **diminuído**^[PR.]_[CR.] despesas geradas pela diretoria do sindicato.” (DCD, 05/ago/2015, p. 141)

Em (75), a forma verbal “ocuparia” é sintética, também chamada de forma simples. Essa forma é caracterizada por um único verbo, que reúne em si mesmo expressões gramaticais de pessoa, número, tempo, modo e aspecto, e detém todo o conteúdo semântico da informação. Por ser autônomo e completo de significado, verbos como esse são chamados de “plenos”.

Já em (76), “teria descoberto” e “teria diminuído” são perífrases verbais (ou formas compostas). Elas caracterizam-se por um ou mais verbos auxiliares (“teria”, nesse exemplo), e um verbo principal em uma das formas nominais - infinitivo, gerúndio e particípio - (nesse trecho, “descoberto” e “diminuído”, que ocorrem no particípio).

Os verbos auxiliares dessas construções exercem funções gramaticais sobre os verbos principais, que detêm o significado da ação. De maneira geral, em um *continuum* de conteúdo semântico próprio, do mais ao menos gramaticalizado, os verbos auxiliares podem expressar tempo, modo, aspecto e diátese (Duran; Aluísio, 2010).

De acordo com Kronning (2018), como não representa o ato de enunciação original, a localização temporal do evento descrito pelo condicional reportativo depende dessas formas verbais, isto é, de acordo com o aspecto verbal: as formas sintéticas podem indicar eventos reportativos tanto simultâneos ao enunciado, que, por natureza, fazem referência a um momento no passado, como sendo posteriores a esse momento; e as formas perifrásticas, por sua vez, indicam que a eventualidade relatada é anterior ao momento passado do enunciado, com exceção dos verbos *accomplishment*, que podem também indicar simultaneidade, nesses casos.

Em (75), o condicional “ocuparia”, de natureza atética, isto é, que não exprime um ponto de conclusão específico para a ação denotada, localiza a eventualidade relatada como simultânea ao momento do enunciado. Isso, porque, no momento da fala, o diretor ainda ocupa o referido cargo, o que é sugerido pelo verbo “ser” no presente (“é concursado”). Assim, como esse evento ainda não terminou, não pode se localizar somente no passado. Para além disso, também não se apresenta uma previsão exata de término para tal. O falante não faz o uso do verbo no presente (“ocupa”) para expressar essa continuidade, porque esse uso, especificamente, não atribuiria um significado reportativo ao enunciado e, assim, não atenderia às suas intenções comunicativas.

No exemplo (75a) apresenta-se a substituição da forma sintética pela perifrástica, para fins de comparação de sentido:

(75a) [...] a denúncia dá conta de que o Diretor Marcelo Mendes é concursado da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde **teria ocupado**⁵⁹[CR.] cargo de professor com dedicação exclusiva [...]

Com (75a), fica clara a não equivalência entre as formas verbais: a troca da forma sintética “ocuparia”, de (75), para a perífrase “teria ocupado” altera o sentido da informação, que passa a transmitir a ideia de que o diretor, se ocupou o cargo mencionado, já não ocupa mais. Assim,

⁵⁹Na transformação de uma forma sintética para uma forma perifrástica, o verbo da forma sintética ocupa a posição de verbo principal na perífrase.

em consonância com a análise de Kronning (2018), a eventualidade parece ficar localizada no passado, isto é, em um momento anterior ao enunciado.

De forma semelhante se dá a interpretação de (76), exemplo no qual o indivíduo a respeito de quem se fala já havia descoberto as dívidas e diminuído as despesas no momento do enunciado. Observa-se a substituição das perífrases de (76) por formas sintéticas em (76a):

(76a) Ele **descobriria**⁶⁰ dívidas junto ao INSS, ao FGTS e à Receita Federal e **diminuiria** despesas geradas pela diretoria do sindicato.

Nota-se, a partir de (76a), que essa troca também não conserva o sentido original do enunciado, pois, se em (76), com as perífrases, as eventualidades da descoberta e da diminuição ficavam localizadas em um momento anterior ao da enunciação, em (76a), as formas sintéticas passam a sugerir uma interpretação de que o indivíduo de quem se fala ainda viria a descobrir as dívidas e a diminuir as despesas. Em consonância com Kronning (2018), no que se refere ao aspecto verbal, os verbos télicos – aqueles que descrevem ações com um ponto final claro e determinado – apresentam a característica de localizar a temporalidade do evento relatado pelo condicional reportativo sintético como posterior ao momento da fala. Isso é evidenciado no exemplo (77):

(77) “Os recursos necessários para cobrir os custos financeiros desse refinanciamento **sairiam**_[CR.] do Tesouro Nacional.” (DCD, 08/abr/2015, p. 483)

Em (77), o condicional “sairiam”, por sua natureza télica e por indicar um processo pontual no contexto dado, transmite o sentido de que a retirada dos recursos do Tesouro Nacional é algo a ainda ser realizado em relação ao momento da enunciação. A substituição por uma forma perifrástica desse verbo, em (77a), demonstra que, mais uma vez, as formas não são equivalentes:

(77a) Os recursos necessários para cobrir os custos financeiros desse refinanciamento **teriam saído** do Tesouro Nacional.

⁶⁰Na transformação de uma perífrase para uma síntese, a forma é condensada no verbo principal.

Em (77a), a substituição da forma sintética “sairiam” pela perífrase “teriam saído” também faz com que a temporalidade do evento deixe de estar localizada posteriormente ao enunciado e passe a apresentar a ideia de que essa estaria localizada em momento anterior a ele, como se os recursos financeiros já tivessem sido retirados do Tesouro Nacional, em concordância com a teoria de Kronning (2018).

Ainda de acordo com o autor, a simultaneidade da eventualidade em relação ao momento do enunciado pode ser expressa por meio de construções perifrásticas que combinam um auxiliar condicional com um verbo de *accomplishment*. Verbos classificados como *accomplishment* denotam um tipo de evento télico em que “[...] um agente transfere algo, no sentido concreto ou abstrato, para um alvo” (Cançado; Amaral; Meirelles, 2022)⁶¹. São exemplos “pedir”, “solicitar”⁶², entre outros. O exemplo (78), a seguir, apresenta justamente uma construção perifrástica com o condicional como auxiliar e o verbo “solicitar”:

(78) “Segundo as notícias veiculadas, que contam inclusive com manifestações do próprio ministro, o MAPA **estaria**^[AUX.] **solicitando**^[PR.]_[CR] uma alteração em um ponto fundamental da minuta [...]” (DCD, 06/mai/2015, p. 502)

⁶¹Tal definição relacionada ao aspecto semântico desses verbos encontra-se na Classificação sintático-semântica de verbos do português brasileiro, a *VerboWeb*, disponível gratuitamente em <<http://verboweb.letas.ufmg.br/>>.

⁶²Em função do lançamento relativamente recente da classificação sintático-semântica de verbos mencionada, a *VerboWeb*, o verbo “solicitar” ainda não se encontra disponível para a consulta na base de dados. A estrutura argumental e o significado desse verbo, no entanto, são similares aos do verbo “pedir”, conforme apresentado nas acepções de ambos os verbos, retiradas do Dicionário Houaiss:

“solicitar (sXV cf. FichIVPM)

verbo

[...]

2 t.d.bit. (prep.: a, de) pedir com insistência, agenciar com vivo empenho; rogar, diligenciar <s. ajuda> <s. das autoridades uma solução para o caso> <correu a s.-lhe um emprego>

[...]

5 bit. (prep.: a, de) pedir (algo) com educação e urbanidade, ou de acordo com fórmulas preestabelecidas” (<https://houaiss.uol.com.br/houaiss/apps/uol_www/v7-0/html/index.php#6>)

“pedir (1077 cf. RLor)

verbo

1 t.d.bit.int. (prep.: a) solicitar que conceda; rogar; fazer pedidos <p. aumento salarial> <pediu-lhe dinheiro emprestado> <tem o mau hábito de p.>

2 t.d.bit. (prep.: a, por) solicitar insistentemente; suplicar, implorar <p. clemência> <p. perdão pelos pecados cometidos>” (<https://houaiss.uol.com.br/houaiss/apps/uol_www/v7-0/html/index.php#5>)

Desse modo, pela similaridade atestada entre os verbos, considera-se que ambos pertencem à mesma categoria, de *accomplishment*.

O verbo “solicitar”, no gerúndio, junto do auxiliar “estaria” (condicional) denota, em (78), justamente a simultaneidade do evento descrito e do momento da fala. Desse modo, a interpretação é a de que o MAPA ainda está solicitando a alteração na minuta. A substituição em (78a) pela forma sintética, isto é, excluindo-se o auxiliar e passando-se o verbo principal para o condicional, demonstra que o emprego dessa forma alteraria o sentido da construção, uma vez que transmitiria a ideia de posterioridade, por ser um verbo télico:

(78a) [...] o MAPA **solicitaria** uma alteração em um ponto fundamental da minuta
[...]

A análise desse parâmetro da forma verbal, de natureza morfossintática, permitiu concluir, a partir da observação do pareamento entre forma e função, que, embora a forma verbal não tenha se mostrado um fator relevante para o favorecimento da leitura condicional reportativa no *corpus* utilizado, uma vez que os resultados indicaram um certo equilíbrio entre as ocorrências de formas sintéticas (52,3%) e perifrásticas (47,7%) (vide a Tabela 5, p. 111), essas formas não são equivalentes e seu emprego depende das intenções comunicativas do falante, de acordo com o contexto de uso.

Outras discussões interessantes podem ser levantadas quando considerado o fato de que essas formas verbais apontam para diferentes localizações temporais da eventualidade relatada em relação ao momento da fala, o que está também relacionado, em certos casos, às características aspectuais do verbo, conforme verificou Kronning (2018) em outras línguas românicas como o espanhol, o francês e o italiano.

A próxima subseção destina-se a discutir os resultados encontrados quanto à fonte da informação das ocorrências reportativas analisadas, parâmetro de nível semântico-pragmático.

4.2.2 Do parâmetro de natureza semântico-pragmático

Nesta parte, serão apresentados os resultados a partir da análise das características da fonte da informação, aspecto definido como parâmetro semântico-pragmático para contribuir com a caracterização do objeto deste trabalho.

Uma análise do nível semântico-pragmático permite ao pesquisador relacionar aspectos referentes ao significado das estruturas (campo semântico), com os fatores contextuais extralinguísticos da comunicação (campo pragmático). Assim, permite unir, na investigação, o

significado dessas estruturas à sua interpretação em uma dada situação comunicativa, considerando-se as intenções do falante e as relações entre os interlocutores naquele dado contexto.

4.2.2.1 Fonte da informação

Os 583 dados reportativos analisados foram submetidos à codificação sob o parâmetro da fonte da informação, se genérica (implícita ou explícita) ou específica (necessariamente explícita). Essas categorias permitiram verificar a natureza das fontes, quando empregadas, nos enunciados analisados. A partir da codificação desse parâmetro, teve-se como objetivo verificar o cenário de distribuição dos dados quanto aos marcadores reportativos utilizados em cada caso: se o condicional foi o único ou se ele aparece acompanhado de outros nas ocorrências analisadas.

A Tabela 6, a seguir, apresenta a frequência e a proporção das ocorrências, de acordo com as categorias definidas para esse critério:

Tabela 6 – Frequências e proporções dos dados condicionais reportativos encontrados no *corpus* quanto ao tipo de fonte da informação

Tipo de fonte	Frequência	Proporção
Genérica e implícita	45	7,7%
Genérica e explícita	245	42%
Específica e explícita	293	50,3%
Total	583	100%

Fonte: elaboração própria

De acordo com a Tabela 6, das 583 ocorrências de condicionais reportativas, 45 não apresentaram menção alguma à fonte da informação, mantendo-a implícita (7,7%); 245 a mencionaram explicitamente de forma genérica (42%); e 293 continham menção explícita à fonte de maneira específica (50,3%). Os exemplos (79) a (81) representam cada um desses casos, respectivamente:

(79) “A execução **teria sido**[CR.] feita pelos funcionários identificados como Daílton Jesus, Edilson Araújo e Wagner Souza.” (DCD, 05/ago/2015, p. 141)

(80) “**Notícias de jornais**_[FL.] trazem-nos informações de que o atual Presidente da Bolívia **estaria envolvido**_[CR.] no narcotráfico, junto com o Presidente da Venezuela, denunciado por um general boliviano.” (DCD, 02/jun/2015, p. 118)

(81) “Em adição, **o Senhor Deputado Mendonça Filho**_[FL.] **alega**_[VD.] que a admissão dos referidos destaques **violariam** **[sic]**_[CR.] o disposto no § 2º do art. 60 da Constituição Federal, pois eles **inverteriam**_[CR.] e **desvirtuariam**_[CR.] o texto aprovado em primeiro turno, que, **segundo**_[LP.] **[ele]**_[FT.] **defende**_[VD.], **teria incorporado**_[CR.] “a possibilidade de financiamento empresarial de campanha” para partidos políticos, [...]” (DCD, 05/ago/2015, p. 70)

O exemplo (79) foi classificado como implícito, porque não há menção alguma à qual seria a fonte a ter informado que os funcionários nomeados fizeram a execução. Assim, em casos como esse, o condicional, em virtude de sua função reportativa, é o único marcador do enunciado a cumprir o papel de indicar que a informação foi obtida por meio do empréstimo de um outro.

O trecho (80) representa uma fonte classificada como genérica e explícita, porque “Notícias de jornais” representa um campo amplo de possibilidades. Ela é mencionada, mas não se sabe exatamente quais notícias, de quais jornais e, muito menos, por quais redatores desses jornais. Mesmo que a fonte mencionada fosse “o Jornal Folha de São Paulo”, por exemplo, ela ainda permaneceria genérica, porque “o Jornal” representa um coletivo de indivíduos e, por isso, não há como saber ao certo qual desses indivíduos foi o responsável pelo conteúdo original. Em função do léxico utilizado em “Notícias de jornais **trazem-nos informações**”, esse é um exemplo de coexistência de outro marcador reportativo junto ao condicional, neste caso de (80), a perífrase “estaria envolvido”.

Já em (81), a fonte das informações contidas no enunciado é declarada na pessoa do deputado Mendonça Filho e, por isso, classificada como específica e explícita. Esse também é um caso em que mais de um marcador cumpre a função de promover a leitura da reportatividade: além da menção da fonte, os verbos declarativos “alega” e “defende”, a preposição “segundo”, bem como as construções verbais condicionais “violariam”, “inverteriam”, “desvirtuariam” e “teria incorporado”.

Segundo Kronning (2018), em casos como (80) e (81), em que há a presença de outros tipos de marcação de reportatividade, com a recusa do falante em avaliar a verdade e a

confiabilidade do que está sendo repassado permitida pelo condicional, é possível que ele possa concordar ou discordar da informação mais adiante em seu discurso, caso o deseje. Isso não seria permitido por outras formas verbais do indicativo, porque essas não expressariam um questionamento de sua parte quanto à confiabilidade da informação.

Kronning (2018) também discute que o grau de confiabilidade expresso por uma fonte é avaliado pela combinação dos elementos nela contidos: se são quantitativas, seu alto ou baixo grau de confiabilidade depende do número de indivíduos que a confirmam ou a apoiam; se, qualitativas, dependem do prestígio da fonte citada. A combinação das duas naturezas pode, portanto, resultar em uma análise positiva ou negativa da fonte. É essa avaliação que regulará o grau da confiabilidade da fonte mencionada, de forma a torná-la mais ou menos confiável.

Com base nesses pressupostos, pode-se dizer que a fonte de (80), é tanto quantitativa, por serem várias notícias de mais de um jornal, como qualitativa, por sua autoridade; e a fonte de (81), o deputado Mendonça Filho, é uma fonte de natureza somente qualitativa. Em uma avaliação baseada na ideia de *continuum*, pode-se dizer que a menção feita em (80) soa como algo amplo e vago, por não serem mencionados quais jornais, menção essa que poderia trazer um maior ou um menor nível de confiabilidade à fonte, a depender da forma como são avaliados esses jornais; em (81), por haver menção direta ao indivíduo a quem pertence o conteúdo relatado, a confiabilidade pode ser maior, se comparada à uma menção como a de (80), mas isso dependerá da imagem, positiva ou negativa, que cada pessoa tem desse indivíduo.

Conforme mencionado, a codificação dos dados, com base no parâmetro da fonte da informação, permitiu verificar a distribuição dos condicionais reportativos entre enunciados que apresentavam apenas esse elemento como marcador de reportatividade e aqueles que continham outros marcadores desse tipo de evidencialidade, uma vez que a coocorrência ou não de marcadores é fator subcategorizado pelo tipo de fonte. Assim, para que o condicional fosse o único marcador, a fonte da informação precisaria ser necessariamente classificada como genérica e implícita, ou seja, não ser mencionada; e, se a fonte fosse explícita (genérica ou específica), conseqüentemente haveria a expressão de dois ou mais marcadores reportativos no enunciado. De acordo com esse raciocínio, a Tabela 7 apresenta dados de frequência e proporção do cenário encontrado quanto aos marcadores reportativos presentes nas ocorrências, a partir dos resultados da codificação do parâmetro da fonte da informação:

Tabela 7 – Frequências e proporções dos dados condicionais reportativos encontrados no *corpus* quanto aos marcadores reportativos utilizados, com base no tipo de fonte da informação

Tipo de fonte	Marcadores	Natureza	Frequência	Proporção
Implícita	Somente o condicional	Gramatical	45	7,7%
Explícita	Condicional e outros	Gramatical e lexical	538	92,3%
Total			583	100%

Fonte: elaboração própria

Conforme demonstra a Tabela 7, as 45 ocorrências que não apresentaram menção à fonte, correspondem às que continham somente o condicional como marcador de reportatividade (7,7%); e 538 delas tiveram o condicional como um dentre outros marcadores utilizados pelo falante na construção de seu enunciado reportativo (92,8%), uma vez que apresentaram fonte explícita (245 genéricas e 293 específicas, 42% e 50,3% dos dados, respectivamente).

Pode-se concluir, portanto, com base nesses dados, que construções reportativas em que o condicional coexiste com outros marcadores são prototípicas, não tendo sido a construção cujo condicional é o único marcador tão frequente no *corpus*. No entanto, ainda assim, a função reportativa do condicional se confirma pela existência desses 45 casos (7,7%), que demonstram que, no PB, essa forma verbal é capaz de permitir uma leitura reportativa do enunciado, mesmo quando a única marcação utilizada para a construção desse tipo de evidencialidade - sem menção explícita à fonte, portanto -, o que permite avaliá-la como um marcador gramatical de evidencialidade reportativa nessa língua.

Esta seção teve como objetivo cumprir com a caracterização do objeto de estudo, a partir dos resultados alcançados pela codificação dos dados reportativos obtidos no *corpus*. A próxima seção se dedica a cumprir o objetivo do trabalho de analisar o condicional reportativo como um marcador gramatical de ponto de vista e mudança de perspectiva no discurso, utilizando para tanto, especialmente, as teorias de Zeman (2019) e de Vandelanotte (2019).

4.3 O Condicional Reportativo como um marcador gramatical de ponto de vista e mudança de perspectiva no discurso

A partir de exemplos retirados do *corpus* utilizado para a realização da pesquisa, esta seção terá como foco a análise do condicional reportativo como um marcador gramatical de ponto de vista e mudança de perspectiva no discurso.

Utilizam-se como base os pressupostos teóricos de Kronning (2018), para o tratamento funcional do condicional reportativo; a interação entre a estrutura gramatical e o contexto discursivo, conforme Zeman (2019); e a distinção entre as perspectivas dêitica e cognitiva proposta por Vandelanotte (2019), para o tratamento do objeto estudado enquanto um marcador gramatical reportativo também cognitivo. A análise se encaminhará com vistas a compreender:

- (i) como se dá a construção de pontos de vista em discursos com o emprego do condicional reportativo;
- (ii) se e como a perspectiva se altera quando há a emergência desse ponto de vista;
- (iii) qual é a relação estabelecida entre a estrutura dêitica dos elementos gramaticais presentes no enunciado e a estrutura da perspectiva do contexto do discurso;
- (iv) qual é a distinção entre a perspectiva dêitica e a perspectiva cognitiva nos contextos analisados.

Antes de dar início à discussão, vale retomar brevemente como são compreendidos os fenômenos de ponto de vista e perspectiva nesta pesquisa. O Quadro 3, a seguir, condensa as características desses fenômenos:

Quadro 3 – Os fenômenos de ponto de vista e perspectiva e suas respectivas características

Ponto de vista	Perspectiva
(i) Fenômeno intersubjetivo;	(i) Redes coerentes de múltiplos pontos de vista;
(ii) Difundido nas representações comunicativas;	(ii) Orientada ao contexto e aos objetivos do discurso;
(iii) Construído pelos mais diversos mecanismos linguísticos;	(iii) Influencia o modo como os participantes do discurso constroem os pontos de vista;
(iv) Estruturas pontuais orientadas à perspectiva discursiva.	(iv) Moldada pelas experiências e por fatores sociais e culturais do falante.

Fonte: elaboração própria

Em resumo, pontos de vista são entendidos como estruturas pontuais direcionadas a atender aos objetivos da perspectiva, fenômeno mais amplo, que engloba as finalidades discursivas. A clareza dessas definições é importante para a condução, desenvolvimento e compreensão da análise a ser apresentada.

Considerando-se que um discurso é formado por inúmeros pontos de vista, sendo, um deles, aquele marcado pelo condicional reportativo; e que a análise da perspectiva depende da compreensão dos objetivos discursivos, para que se possa observar qual o efeito provocado pelo emprego desse marcador gramatical no discurso, os exemplos a serem discutidos nessa seção, diferentemente dos demais que foram expostos até aqui, não se limitarão ao nível da sentença ou de alguns poucos períodos, mas serão expostos de maneira mais ampla, com o objetivo de conservar, tanto quanto possível, o contexto de ocorrência, e, assim, permitir que a construção dos pontos de vista possa ser efetivamente analisada. Feitas essas considerações, em subseção seguinte, apresenta-se a análise do primeiro fragmento.

4.3.1 Análise do fragmento 1

O fragmento 1, a ser analisado nesta subseção, teve algumas de suas partes recortadas, devido à extensão do trecho selecionado. Para que aspectos relevantes da estrutura dêitica e do contexto não fossem prejudicados, esses recortes foram realizados de maneira criteriosa. O trecho completo do fragmento 1 encontra-se disponível para leitura no “Anexo A” da dissertação. Abaixo, apresenta-se o fragmento 1:

“**Nobres pares**_[VOCÊ], Mato Grosso do Sul é um Estado com uma história republicana **recente**_[AGORA], uma história fundiária **recente**_[AGORA], um Estado de convivência pacífica entre os brasileiros que **lá**_[AQUI] vivem. [...]

Na semana passada_[AGORA], **Deputado Chico**_[VOCÊ], chegou a informação de que a comunidade indígena da cidade de Antônio João, cansada de aguardar a decisão do STF, que está **há 10 anos**_[AGORA] debruçado sobre aquela questão e não se manifesta, decidiu entrar na área que, na sua ótica, havia sido homologada, para ocupar as fazendas do perímetro que seria homologada.

Os proprietários convocaram uma reunião. **Eu**_[EU] para **lá**_[AQUI] **me**_[EU] dirigi **na sexta-feira**_[AGORA], **para Campo Grande**_[AQUI], com o Senador Moka, a Deputada Federal Tereza Cristina, do PSB desta Casa, e o Deputado Carlos Marun. [...]

Bem, chegando **lá**_[AQUI], **[nós]**_[EU] sentamos à mesa, o Senador Moka, eu e a Deputada Tereza, com a Presidente do Sindicato, que é proprietária de uma dessas áreas ocupadas e fez um desabafo sobre tudo que entende que ocorreu de desmando na sua vida, na situação em que ela estava. [...]

Ela decidiu **naquele momento**_[AGORA] ir em direção à sua casa, para morrer, ou para o que fosse acontecer, e **naquele momento**_[AGORA] chamou as pessoas para irem à sua propriedade. [...]

Como Parlamentar e como médico, **[eu]**_[EU] senti-**me**_[EU] impelido a ir. [...]

E **[eu]**_[EU] fui **àquele local**_[AQUI]. No meio do caminho, **[eu]**_[EU] encontrei um camburão da Polícia Militar. **[Eu]**_[EU] Parei, e disseram-**me**_[EU] para entrar. [...] **[Eu]**_[EU] Fui com eles, e ao chegar **[eu]**_[EU] encontrei a seguinte cena: os proprietários com seus carros parados, uma fila com mais ou menos 30, 40 carros, **a sede da fazenda**_[AQUI] cercada,

um pátio, um pequeno mata-burro, uma barricada, algo em torno de 15 índios e de 10 a 15 índias, muitas com crianças no colo. [...]

Após **40 minutos**_[AGORA] de negociação os proprietários entraram **nesse pátio**_[AQUI], e houve uma cena de barbárie. [...]

Após **5 ou 10 minutos**_[AGORA] de batalha campal, essas pessoas saíram, os índios saíram.

[...] **[Eu]**_[EU] Conversei com o Senador Waldemir Moka, que me disse que a força de segurança estava a caminho. **[Eu]**_[EU] Aguardei por **2 horas**_[AGORA]. [...]

Nesse íterim_[AQUI], esses proprietários saíram para defender uma ponte de madeira na qual **teria sido jogado**_[CR] **óleo diesel**, que ia ser incendiada, e ninguém mais **entraria**_[CR] **nem sairia**_[CR]. **Eu**_[EU] permaneci **nessa sede**_[AQUI].

Quando a Força de Segurança chegou_[AGORA], rapidamente viu que **ali**_[AQUI] já não havia conflito. **[Nós]**_[EU] Fomos em direção a **essa ponte, a mil metros de uma segunda sede**_[AQUI], onde já tinha havido outro conflito. [...]

Após **15 ou 20 minutos**_[AGORA], **em uma mata a 800 metros**_[AQUI], ouviu-se um estampido, **Deputado Ivan**_[VOCÊ], um único estampido. [...] Os índios começaram a se movimentar. Depois de **10 ou 15 minutos**_[AGORA], aproximadamente, vieram de **lá**_[AQUI], pelo fundo, trazendo um corpo. Se houvesse alguém ferido, **eu**_[EU] faria o primeiro atendimento. Não **me**_[EU] foi permitido ir. [...]

Eu_[EU] saí de **lá**_[AQUI] por volta de **5 horas da tarde**_[AGORA] e **[eu]**_[EU] presenciei a total ausência do Estado brasileiro, federal, estadual e municipal. [...] **Eu**_[EU] faço **aqui**_[AQUI] um apelo **aos Parlamentares**_[VOCÊ], ao juízo **desta Casa**_[AQUI], no sentido de que não haja extremismos, mas que haja a construção de um entendimento no Parlamento para pacificar essa relação, porque houve mais uma morte, mais um dia de violência **no campo**_[AQUI].

Desculpe-**me**_[EU], **Deputada Alice Portugal**_[VOCÊ]. Perdoem-**me**_[EU] por ter extrapolado o tempo, mas **eu**_[EU] tinha de fazer este relato **desta tribuna**_[AQUI].

Muito obrigado, **Sr. Presidente**_[VOCÊ].”

(DCD, 02/set/2015, p. 117-118)

Zeman (2019) considera que uma análise de perspectiva é resultado da interação existente entre as perspectivas da estrutura gramatical do enunciado e do contexto discursivo. Esse contexto e o posicionamento do falante frente a ele, motivado por sua ideologia e por seus conhecimentos prévios, é que determinam a perspectiva que orienta o modo como se dá a construção dos pontos de vista particulares em cada um dos eventos enunciados.

No fragmento 1, o tema central do discurso é o conflito de terras entre proprietários rurais e indígenas da cidade de Antônio João, no Mato Grosso do Sul. Com base no relato dos acontecimentos que presenciou no local, o objetivo geral do falante é solicitar aos Parlamentares a atenção ao caso e denunciar a ausência do Estado brasileiro e o descaso do Supremo Tribunal Federal com os conflitos de terras na região, tanto com relação a medidas eficazes que contribuam para a solução do problema quanto com intervenções de segurança, de modo a evitar episódios como esse.

Para atingir esses objetivos, portanto, o falante, colocando-se como testemunha direta do conflito descrito, constrói pontos de vista que se orientam em direção a uma perspectiva de crítica às instituições responsáveis e de apelo urgente aos seus colegas, demonstrando-se preocupado com as violências nessas regiões desamparadas pelo Estado.

Considerando-se a interação, apontada por Zeman (2019), entre estrutura gramatical e contexto discursivo (apresentado nesses primeiros parágrafos da análise); e, baseado em Vandelanotte (2019), a distinção entre dêixis e cognição, adequada às análises de mecanismos linguísticos como marcadores de ponto de vista e perspectiva do discurso, o Quadro 4 organiza os principais marcadores dêiticos observados no fragmento 1, a partir das coordenadas do centro dêitico (“eu, você – aqui, agora”):

Quadro 4 – Principais marcadores dêiticos localizados no fragmento 1, classificados de acordo com as suas respectivas coordenadas

Coordenadas	Classe/Função Gramatical	Marcadores dêiticos
“eu” (falante)	Pronomes pessoais, possessivo, clítico, flexões verbais de 1ª pessoa	<ul style="list-style-type: none"> • Eu • [nós] • Me
“você” (interlocutores)	Vocativo e imperativo de 2ª pessoa	<ul style="list-style-type: none"> • Nobres pares • Deputado Chico • Deputado Ivan • aos Parlamentares • Deputada Alice Portugal • Sr. Presidente
“aqui” (onde)	Advérbios de lugar	<ul style="list-style-type: none"> • lá • para Campo Grande • desta Casa • ali • àquele local • a sede da Fazenda • nesse pátio • Nesse ínterim • nessa sede • ali

Coordenadas	Classe/Função Gramatical	Marcadores dêiticos
		<ul style="list-style-type: none"> • a essa ponte, a mil metros de uma segunda sede • em uma mata a 800 metros • aqui • desta Casa • no campo • desta tribuna
“agora” (quando)	Adjetivos, advérbios de tempo e orações adverbiais	<ul style="list-style-type: none"> • recente • há 10 anos • Na semana passada • na sexta-feira • naquele momento • 40 minutos / 5 ou 10 minutos / 2 horas / 15 ou 20 minutos/ 10 ou 15 minutos / 5 horas da tarde • Quando a Força de Segurança chegou
	Tempos verbais	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos organizados no passado com relação ao momento de fala • Retorno ao presente de fala na conclusão

Fonte: elaboração própria

Em consonância com a distinção de Vandelanotte (2019) entre dêixis e cognição para análises desses fenômenos sociocognitivos, a perspectiva dêitica pode ser aferida a partir das perguntas “Quem fala?”, “Qual centro dêitico?”, isto é, em qual indivíduo, interno ou externo ao ato comunicativo, as coordenadas (“eu, você – aqui, agora”) estão ancoradas.

Seguindo os marcadores elencados no Quadro 4, destacam-se trechos do fragmento 1, iniciando por (82a), apresentado a seguir:

(82a) “**Nobres pares**_[VOCÊ], Mato Grosso do Sul é [...] um Estado de convivência pacífica entre os brasileiros que **lá**_[AQUI] vivem. [...]”

No trecho (82a), “Nobres pares”, elemento coordenado pelo “você” do falante, indica os ouvintes do discurso. O elemento “lá” sinaliza o lugar sobre o qual se fala, Mato Grosso do Sul, com relação ao “aqui” do falante. Apresenta-se, então, (82b):

(82b) “**Na semana passada**_[AGORA], **Deputado Chico**_[VOCÊ], chegou a informação_[PC] de que a comunidade indígena da cidade de Antônio João, cansada de aguardar a decisão do STF, que está **há 10 anos**_[AGORA] debruçado sobre aquela questão e não se manifesta, decidi entrar na área que, na sua ótica_[PC], havia sido homologada, para ocupar as fazendas do perímetro que seria homologado.

Em (82b), “Na semana passada” é um marcador que localiza no tempo o evento a ser descrito com relação ao momento de fala, o “agora” do falante; e “Deputado Chico”, a quem o falante dirige o trecho, ou seja, ao “você” de seu centro dêitico.

Baseando-se em Vandelanotte (2019), a perspectiva cognitiva, na distinção dêixis-cognição, pode ser aferida por meio da pergunta “Quem percebe?”, que deve ter como resposta aquele a quem os pontos de vista permitem acesso aos estados cognitivos (atitudes, pensamentos, sentimentos, opiniões).

Em (82a), a perspectiva cognitiva é do falante, isto é, as informações refletem o seu próprio conteúdo cognitivo, suas próprias percepções, com base em seus conhecimentos prévios. Desse modo, no referido trecho, as duas perspectivas coincidem no falante.

Já em (82b), conforme se analisou, a dêixis é de domínio do falante, mas há dois deslocamentos da perspectiva cognitiva do falante para um outro. Na construção “chegou a informação”, através do domínio dêitico, o falante sinaliza que o conteúdo a ser apresentado foi obtido por ele por algum meio indireto, e que, até então, não era de seu testemunho próprio; a expressão “na sua ótica”, indica um conteúdo baseado na crença dos moradores da comunidade indígena. Em (82b), portanto, as perspectivas dêitica e cognitiva não coincidem.

A seguir, apresenta-se o próximo trecho, (82c):

(82c) “Bem, chegando **lá**_[AQUI], **[nós]**_[EU] sentamos à mesa, o Senador Moka, eu e a Deputada Tereza, com a Presidente do Sindicato, que é proprietária de uma dessas áreas ocupadas e fez um desabafo sobre tudo que entende que ocorreu de desmando na sua vida, na situação em que ela estava. [...] Ela decidiu **naquele momento**_[AGORA] ir em direção à sua casa, para morrer, ou para o que fosse

acontecer, e **naquele momento**_[AGORA] chamou as pessoas para irem à sua propriedade. [...] Como Parlamentar e como médico, **[eu]**_[EU] senti-**me**_[EU] impelido a ir. [...] E **[eu]**_[EU] fui **àquele local**_[AQUI].”

Em (82c), “lá”, mais uma vez, faz referência ao lugar referido na situação, que não é o mesmo do local de fala do enunciador, que está em Brasília. A expressão “naquele momento” sinaliza uma localização temporal de um evento passado com relação ao “agora” do momento de fala; “àquele local”, uma localização espacial, e os usos do pronome pessoal “eu” indicam o envolvimento direto do falante na situação descrita.

Quanto à perspectiva cognitiva, em (82c), mesmo na parte iniciada por “ela decidiu”, que parece fazer referência à cognição desse terceiro, o falante retoma, pela dêixis, o domínio da cognição, porque a situação é descrita com base em sua percepção.

Analisando-se o excerto em (82d):

(82d) “Após **40 minutos**_[AGORA] de negociação os proprietários entraram **nesse pátio**_[AQUI], e houve uma cena de barbárie. [...] Após **5 ou 10 minutos**_[AGORA] de batalha campal, essas pessoas saíram, os índios saíram. [...]”

Em (82d), verifica-se que “40 minutos” e “5 ou 10 minutos” são marcações de natureza temporal baseadas na percepção de tempo do falante naquela situação, anterior ao momento de fala, conforme indicam os verbos no passado absoluto “entraram”, “houve”, “saíram” e “aguardei”. Nos trechos anteriores, (82a) a (82c), a grande maioria dos verbos empregados na descrição da situação também estão no pretérito perfeito, o que indica uma situação anterior ao momento de fala.

Analisa-se o excerto (82e):

(82e) “**Nesse íterim**_[AQUI], esses proprietários saíram para defender **uma ponte de madeira**_[SUJ.] na qual **teria sido jogado**_[CR] óleo diesel, que ia⁶³ ser incendiada, e ninguém mais **entraria**_[CR] nem **sairia**_[CR]. [...]”

⁶³Na linguagem cotidiana, é comum que o pretérito imperfeito seja empregado com valor de condicional. Nesse caso, a forma “ia” é equivalente a “iria”, em termos semântico-pragmáticos, mas difere quanto à forma. Assim, por uma questão de escopo, este trabalho não considerou ocorrências dessa natureza como válidas.

Em (82e), são empregados verbos no condicional. A dêixis permanece sob domínio do falante, nesse trecho, que continua narrado pelo seu centro dêitico, com eventos localizados no passado, como também são os demarcados pelos verbos condicionais.

Segundo Kronning (2018), por permitir ser empregado como um marcador gramatical bicategorial, o condicional é capaz de indicar o empréstimo de uma informação e de submeter, ao mesmo tempo, a modalização epistêmica invariavelmente a zero. Isso permite ao falante, além de indicar a reportatividade, expressar sua total recusa em endossar a verdade e a confiabilidade da informação.

Desse modo, pode-se avaliar que as formas verbais “teria sido jogado”, “entraria” e “sairia”, em (82e), são marcadores de uma construção de relato. Como afirma Vandelanotte (2012), à medida que uma construção se trata de um relato, ela envolve dois eventos de fala - um atual e, por meio desse último, acessado -, o que faz com que coexistam duas ou mais perspectivas em um mesmo enunciado, ou seja, uma construção de múltiplas perspectivas (Evans, 2005).

Isso significa dizer que, se a dêixis está localizada no falante atual, em (82e), e ele está transmitindo uma informação da qual não é a fonte, na emergência do ponto de vista de “teria sido jogado” há um deslocamento da perspectiva cognitiva de seu domínio para o domínio de algum outro representado, embora não haja menção alguma a esse outro.

Por não haver nenhuma menção à fonte da informação em (82e), o caso enquadra-se entre os 45 dos 583 dados reportativos analisados, em que a fonte foi classificada como genérica e implícita (7,7%). Nesses casos, a expressão da reportatividade depende exclusivamente do condicional, que a marca gramaticalmente. Embora menos frequentes do que aqueles em que, junto ao condicional, outros marcadores reportativos estão presentes no enunciado, ocorrências como (82e) comprovam que o condicional é capaz de atribuir uma função reportativa ao enunciado, mesmo quando não acompanhado por outros mecanismos reportativos. Quanto à pessoa e ao número do sujeito verbal, em (82e), “ponte de madeira” ocupa essa função, estando entre as 435 ocorrências reportativas de terceira pessoa do singular, que representaram 74,6% das 583 analisadas. Sendo um substantivo abstrato, é preciso que alguém ou um grupo tenha informado o falante sobre esse acontecimento. Desse modo, o falante transmite uma informação obtida por alguém não mencionado, a respeito de uma ação realizada por uma outra pessoa.

Essas características da construção condicional reportativa, em (82e), corroboram para demonstrar que o falante não quer se comprometer, de forma alguma, com a informação

transmitida, nesse trecho, especificamente. A comparação da forma “decidiu”, em (82b’), com “teria sido jogado”, em (82e’), apresentados a seguir, evidencia isso:

(82b’) “[...] chegou a informação_[PC] de que a comunidade indígena [...] **decidiu** entrar na área [...]”

(82e’) “[...] esses proprietários saíram para defender uma ponte de madeira na qual **teria sido jogado**_[CR] óleo diesel, [...]”

Tanto (82b’) como (82e’) são construções que apresentam eventos que não pertencem ao domínio cognitivo do falante atual, mas a um outro. No entanto, o falante assume posturas diferentes em relação a elas e isso é evidenciado pelas formas verbais empregadas. Em (82b’), a forma verbal “decidiu” é evidencialmente neutra, por isso, não é capaz de transmitir a existência de questionamentos por parte do falante em relação à informação. Já em (82e’), se fosse empregada outra forma verbal, equivalente à forma de (82b’) e às demais ao longo do discurso, como em (82e’’)

(82e’’) “[...] esses proprietários saíram para defender uma ponte de madeira na qual **foi jogado** óleo diesel, [...]”

o efeito de sentido não seria o mesmo, porque se perderia a reportatividade marcada gramaticalmente pelo verbo e, tão logo, a dissociação do falante alcançada pelo condicional, em específico.

Quanto à forma verbal dos condicionais empregados em (82e), “teria sido jogado” se classifica como uma perífrase, representando uma dentre as 278 ocorrências características dessa classificação (47,7%); e “entraria” e “sairia”, são sintéticas, forma que se apresentou em 305 dos dados (52,3%). Em (82e’’) é feita uma inversão de uma forma pela outra, a título de comparação, conforme a análise desenvolvida em 4.2.1.2:

(82e’’) Nesse ínterim, esses proprietários saíram para defender uma ponte de madeira na qual **jogaria-se**_[CR] óleo diesel, que ia ser incendiada, e ninguém mais **teria entrado**_[CR] nem **teria saído**_[CR]. [...]”

Em (82e’”), são empregadas formas perifrásticas em lugar das sintéticas, e vice-versa, o que provoca a interpretação de que de que as ações de entrar e sair são posteriores à de jogar óleo diesel, o que não permite nem mesmo atribuir sentido ao enunciado. Já, em (82e), correspondente ao trecho em formato original, pode-se dizer que “entraria” e “sairia”, por seu aspecto de natureza pontual, são posteriores em relação à eventualidade demarcada pela perífrase “teria sido jogado”, demonstrando, mais uma vez, que essas formas não são equivalentes entre si.

Apresenta-se, agora, o trecho (82f):

(82f) “**Quando a Força de Segurança chegou**_[AGORA], rapidamente viu que **ali**_[AQUI] já não havia conflito. **[Nós]**_[EU] fomos em direção a **essa ponte, a mil metros de uma segunda sede**_[AQUI], onde já tinha havido outro conflito. [...]”

Em (82f), o falante, permanecendo com o domínio da dêixis, retoma o controle da perspectiva cognitiva, pois volta a relatar os fatos com base em sua própria percepção, fazendo coincidir, então, novamente, dêixis e cognição.

Assim também ocorre no trecho subsequente, em (82g):

(82g) “[...] **Eu**_[EU] faço **aqui**_[AQUI] um apelo aos Parlamentares, ao juízo **desta Casa**_[AQUI], no sentido de que não haja extremismos, mas que haja a construção de um entendimento no Parlamento para pacificar essa relação, porque houve mais uma morte, mais um dia de violência **no campo**_[AQUI]. [...]”

No trecho (82g), que indica que o discurso está se encaminhando para o fim, as perspectivas dêitica e cognitiva permanecem coincidindo. Ao fazer o seu pedido para os demais Parlamentares, o falante aproxima o seu centro dêitico para a situação de fala atual, o que fica evidente também pelas marcações dos verbos no presente, e a cognição, logo no início do parágrafo (“Eu faço aqui um apelo”), é declaradamente baseada em seus próprios estados cognitivos.

A análise do fragmento 1 demonstra que o condicional reportativo, com suas propriedades semântico-pragmáticas, ao emergir como marcador de ponto de vista, é capaz de alterar a perspectiva do discurso. Mais especificamente, com o controle do domínio dêitico, por meio desse mecanismo linguístico e gramatical de marcação de ponto de vista, o falante consegue

sinalizar, em sem próprio centro dêitico, uma mudança na perspectiva cognitiva do discurso, de modo que elas se tornam não coincidentes. Assim, a hipótese desta pesquisa em relação ao condicional reportativo como um marcador gramatical de ponto de vista e perspectiva fica comprovada. Na subseção seguinte, apresenta-se a análise do fragmento 2.

4.3.2 Análise do fragmento 2

A seguir, apresenta-se o fragmento 2, a ser analisado nesta subseção:

“Sr. Presidente[VOCÊ], Sras. e Srs. Deputados[VOCÊ], na próxima sexta-feira[AGORA], nós[EU] da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público desta Casa[AQUI], presidida pelo Deputado Benjamin Maranhão, [nós][EU] vamos a Pernambuco[AQUI], meu Estado[EU], visitar o Complexo Industrial Portuário de Suape. Lá[AQUI] nós[EU] estamos vivenciando um grave problema, um sério problema oriundo dessas questões da PETROBRAS.

Nós[EU] temos hoje[AGORA] a Refinaria Abreu e Lima suspendendo o pagamento a seus fornecedores. Muitas empresas que prestam serviços à Refinaria, envolvidas ou não na roubalheira do petróleo, estão prejudicadas, e muitos trabalhadores estão sem receber os salários, em virtude da suspensão dos pagamentos.

Paralelamente a isso, outro problema grave: o Estaleiro Atlântico Sul, que amarga enormes prejuízos, segundo dados que temos, **hoje[AGORA]** caminha para a recuperação judicial. Segundo o próprio Sindicato dos Metalúrgicos, é preciso capitalização de 100 milhões de reais dos sócios Camargo Corrêa e Queiroz Galvão e da japonesa IHI Marine.

De acordo com o próprio Sindicato, **Sr. Presidente[VOCÊ], desde outubro do ano passado[AGORA]**, mais de 1.400 trabalhadores já foram demitidos do Estaleiro Atlântico Sul, trabalhadores que foram preparados, mão de obra qualificada, para que pudessem, **ali em Pernambuco[AQUI]**, ser construídos e produzidos navios de grande porte.

Quando se envolveu no petróleo[AGORA], a Sete Brasil parou de pagar ao Estaleiro Atlântico Sul. Segundo informações, do contrato de sete navios-sonda, que totaliza 6 bilhões de reais, **a Sete Brasil já teria desembolsado[CR] 1,6 bilhão de reais, e desde outubro[AGORA] parou de pagar.**

O Estaleiro passa e amarga enormes dificuldades, deixando de pagar e demitindo trabalhadores. Os fornecedores de toda a cadeia, tanto da Refinaria como do Estaleiro, consequentemente, vivem enormes dificuldades.

É isto que **nós[EU] vamos fazer na próxima sexta-feira[AGORA]:** ir à Refinaria Abreu e Lima, ir ao Estaleiro Atlântico Sul, para que **[nós][EU]** possamos, in loco, verificar a dimensão, **Sr. Presidente[VOCÊ]**, do que está acontecendo **no Complexo de Suape[AQUI]**. O problema é muito grave.

O Governo precisa responder. **Nós[EU]** já fomos ao Ministro, **[nós][EU]** já pedimos ao Governo, **[nós][EU]** já fizemos audiência pública. O Governo não pode, apesar de toda essa roubalheira que envolveu a PETROBRAS, deixar que os trabalhadores pernambucanos paguem a conta do descalabro que está se vendo **na PETROBRAS[AQUI]**, sob o comando do Partido dos Trabalhadores.

Dessa forma, **nós[EU]** estaremos, com toda a Comissão do Trabalho, andando, como falei, pela **Refinaria Abreu e Lima[AQUI]**, pelo **Estaleiro Atlântico Sul[AQUI]**, ouvindo

os trabalhadores, ouvindo as empresas, ouvindo todas as pessoas envolvidas, para que **esta Casa**_[AQUI] tenha, **Sr. Presidente**_[VOCÊ], a real dimensão do problema que **[nós]**_[EU] estamos vivenciando **no nosso**_[EU] **Estado de Pernambuco**_[AQUI].

Era só isso.

Muito obrigado.”

(DCD, 06/mai/2015, p. 41-42)

O tema central do fragmento 2 é a crise econômica, trabalhista e, conseqüentemente, social causada pelos problemas financeiros e administrativos da Refinaria Abreu e Lima e do Estaleiro Atlântico Sul em Pernambuco, ocasionados pelos escândalos de corrupção da Petrobras, especificamente o “petrolão”, e pelo envolvimento de prestadores de serviço no caso.

O objetivo geral do falante é chamar a atenção para a grave situação enfrentada por essas instituições e seus funcionários, que acabam ficando sem salário ou sendo demitidos, destacando a urgência de uma intervenção governamental efetiva e informando sobre a visita ao local que será feita por ele e por outros membros da comissão. O falante adota uma perspectiva crítica em relação ao governo, que permite que os trabalhadores sofram as graves conseqüências da corrupção política, posicionando-se como um defensor da classe e de sua causa.

Para atender aos seus objetivos e, tão logo, à perspectiva assumida, o falante precisa orientar a construção dos pontos de vista discursivos nessa direção. Com base na interrelação entre estrutura dêitica e contexto discursivo, apresentada anteriormente, e na distinção entre dêixis (“quem fala?”) e cognição (“quem percebe?”) (Vandelanotte, 2019), a ser discutida nos parágrafos seguintes, considera-se, mais uma vez, a importância da análise dêitica para um estudo de construção de pontos de vista linguísticos. Sendo assim, o Quadro 5, na seqüência, apresenta os principais marcadores dêiticos encontrados no fragmento 2:

Quadro 5 - Principais marcadores dêiticos localizados no fragmento 2, classificados de acordo com as suas respectivas coordenadas

Coordenada	Classe/Função Gramatical	Marcadores dêiticos
“eu” (falante)	Pronomes pessoais e possessivos	<ul style="list-style-type: none"> • nós • meu Estado • nosso Estado
“você” (ouvintes)	Vocativo	<ul style="list-style-type: none"> • Sr. Presidente • Sras. e Srs. Deputados
“aqui” (onde)	Advérbios de lugar	<ul style="list-style-type: none"> • desta Casa

Coordenada	Classe/Função Gramatical	Marcadores dêiticos
		<ul style="list-style-type: none"> • a Pernambuco • lá • ali em Pernambuco • esta Casa • Complexo de Suape • na PETROBRAS • pela Refinaria Abreu e Lima • pelo Estaleiro Atlântico Sul • esta Casa • no [nosso] Estado de Pernambuco
“agora” (quando)	Advérbios de tempo e orações adverbiais	<ul style="list-style-type: none"> • na próxima sexta-feira • hoje • desde outubro do ano passado • Quando se envolveu no petróleo • desde outubro
	Tempos verbais	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos organizados com relação ao presente do momento de fala

Fonte: elaboração própria

Conforme demonstra o Quadro 5, sob a coordenada “eu”, todo o discurso analisado está construído na primeira pessoa do plural, “nós”, o que demonstra uma perspectiva de inclusão do falante nos conteúdos enunciados. Em outras palavras, com pontos de vista assim marcados, o falante corrobora a construção de uma situação na qual ele se envolve explicitamente. Outra observação é que esse pronome pessoal constrói pontos de vista que ora incluem o falante na “Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público”, ora o incluem na esfera de cidadão pernambucano, o que é demarcado também pelo possessivo em “meu Estado” e, de certa maneira, justifica a preocupação do deputado com o local.

Para facilitar a visualização desses e de outros elementos a serem comentados, destaque-se, inicialmente, o trecho (83a):

(83a) “**Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados**[VOCÊ], **na próxima sexta-feira**[AGORA], **nós**[EU] da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

desta Casa_[AQUI], presidida pelo Deputado Benjamin Maranhão, vamos **a Pernambuco**_[AQUI], **meu**_[EU] Estado, visitar o Complexo Industrial Portuário de Suape. **Lá**_[AQUI] **nós**_[EU] estamos vivenciando um grave problema, um sério problema oriundo dessas questões da PETROBRAS.

Nós_[EU] temos **hoje**_[AGORA] a Refinaria Abreu e Lima suspendendo o pagamento a seus fornecedores. Muitas empresas que prestam serviços à Refinaria, envolvidas ou não na roubalheira do petrolão, estão prejudicadas, e muitos trabalhadores estão sem receber os salários, em virtude da suspensão dos pagamentos. [...]"

Conforme o exemplo (83a), o fragmento 2 inicia-se com o falante se dirigindo aos seus ouvintes com “Sr. Presidente” e “Sras. e Srs. Deputados”. Esse direcionamento indica um ponto de vista ancorado no centro dêitico do falante atual, pois esses marcadores apontam para o seu “você”.

Com relação à coordenada “agora”, marcadores de tempo como “na próxima sexta-feira” e “hoje” são empregados em relação ao momento de fala e, tão logo, ao presente do falante atual.

No que diz respeito às marcações de lugar, “Lá” é um advérbio que cumpre a função de demarcar que o lugar sobre o qual se fala difere do lugar de referência (“desta Casa”), isto é, onde a fala está efetivamente acontecendo. O “aqui” do centro dêitico do falante é a cidade de Brasília, enquanto o “lá” faz referência a Pernambuco. Também se observa que, até aqui, todos os eventos demarcados pelos verbos estão organizados em relação ao presente do momento de fala, conforme os exemplos de (83a’) a (83a’’’):

(83a’) “[...] nós da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público desta Casa, presidida pelo Deputado Benjamin Maranhão, **vamos** a Pernambuco [...]"

(83a’’) “[...] Lá nós **estamos vivenciando** um grave problema, [...]"

(83a’’’) “[...] Nós **temos** hoje a Refinaria Abreu e Lima **suspendendo** o pagamento a seus fornecedores. [...]"

(83a''') “[...] Muitas empresas que **prestam** serviços à Refinaria, envolvidas ou não na roubalheira do petrolão, **estão** prejudicadas, e muitos trabalhadores **estão** sem receber os salários, em virtude da suspensão dos pagamentos. [...]”

Em (83a'), “vamos” é um verbo no presente com função de futuro, a partir do momento de fala. Em (83a''), “estamos vivenciando” e, em (83a'''), “temos” e “suspendendo” denotam um presente contínuo, com a indicação de que o evento teve início anteriormente e ainda está em processo no momento de fala.

Em (83a'''), “prestam” e “estão” demarcam o presente com ideia de estabilidade, isto é, o evento não ocorre necessariamente no presente ou apenas naquele momento, mas apresenta uma durabilidade e persistência.

Todos os marcadores dêiticos discutidos, conforme o Quadro 5, permitem avaliar que, até o momento em análise, isto é, os dois primeiros parágrafos do fragmento 2, a perspectiva dêitica é controlada pelo falante atual, isto é, organizada a partir de seu centro dêitico.

Em termos de perspectiva cognitiva, ao considerar a questão “Quem percebe?” na distinção proposta por Vandelanotte (2019), relacionada a quais estados cognitivos podem ser observados no discurso, avalia-se que a cognição a que se tem acesso, até esse ponto, é do falante atual. Embora as informações que ele traz, até aqui, sejam oriundas de um conhecimento prévio, que culminam na perspectiva que ele tem sobre o assunto tratado e que o faz colocar a situação como “um grave problema, um sério problema”, o conteúdo cognitivo expresso nos enunciados não é de nenhum outro, senão dele próprio. Em outras palavras, em uma primeira instância, as informações podem não ter tido origem no falante - ao fim e ao cabo, tudo aquilo que dizem os seres humanos é influenciado por alguma experiência ou conhecimento prévio -, mas ele as assume, as transmite, as avalia como fatos, sem empregar quaisquer marcadores de relatos.

Assim, pode-se dizer que, até o momento, as perspectivas dêitica e cognitiva estão ambas localizadas no falante e são, portanto, coincidentes, de modo que apenas uma perspectiva compõe o discurso, de um único sujeito – o próprio falante atual.

Nos parágrafos seguintes, no entanto, essa relação entre as duas perspectivas se altera, em virtude das construções de relato empregadas: a perspectiva dêitica permanece sob domínio do falante atual, mas a perspectiva cognitiva passa a ser de um outro (ou outros), nesse caso, não especificado(s), de modo que elas passam a não coincidir:

(83b) “[...] Paralelamente a isso, outro problema grave: o Estaleiro Atlântico Sul, que amarga enormes prejuízos, **segundo dados que temos**_[PC], **hoje**_[PD] caminha para a recuperação judicial. **Segundo o próprio Sindicato dos Metalúrgicos**_[PC], é preciso capitalização de 100 milhões de reais dos sócios Camargo Corrêa e Queiroz Galvão e da japonesa IHI Marine.

De acordo com o próprio Sindicato_[PC], Sr. Presidente, **desde outubro do ano passado**_[PD], mais de 1.400 trabalhadores já foram demitidos do Estaleiro Atlântico Sul, trabalhadores que foram preparados, mão de obra qualificada, para que pudessem, **ali**_[PD] em Pernambuco, ser construídos e produzidos navios de grande porte. [...]”

Em (83b), nota-se que os estados cognitivos não são do falante atual, porque os pontos de vista são explicitamente marcados por um empréstimo de conteúdo de “dados que temos” e do “próprio Sindicato dos Metalúrgicos”. Quanto à perspectiva dêitica, elementos como “hoje” (“agora”), “desde outubro do ano passado” (“agora”) e “ali” (“aqui”), no entanto, são pontos de vista que denotam a marcação da perspectiva cognitiva em relação ao “agora” e ao “aqui” do falante atual.

Com relação aos tempos verbais empregados no trecho, observam-se o presente, em (83b’) e (83b’”), e o passado, em (83b’’”), destacados a seguir:

(83b’) “[...] hoje **caminha** para a recuperação judicial. [...]”

(83b’’) “[...] **é preciso** capitalização de 100 milhões de reais [...]”

(83b’’’) “[...] já **foram demitidos** do Estaleiro Atlântico Sul, trabalhadores que **foram preparados**, mão de obra qualificada, para que **pudessem**, ali em Pernambuco, **ser construídos** e **produzidos** navios de grande porte [...]”

Em (83b’) e (83b’’), esses eventos ocorrem paralelamente ao momento da fala, com relação ao “agora” do falante atual. Em (83b’’’), “foram demitidos” e “foram preparados” fazem referência ao momento do evento relatado, que ocorreu em um passado com relação momento presente da fala; “pudessem [...] ser construídos e produzidos”, por sua vez, é uma marcação de pretérito imperfeito do modo subjuntivo, uma referência temporal ao evento

relatado que se dá no passado com relação ao “agora” da fala, mas transmite uma ideia de futuro hipotético com relação ao evento relatado.

No trecho (83c), a seguir, as construções de relato continuam, de modo que as perspectivas dêitica e cognitiva permanecem não coincidindo, porque coexistem mais de uma perspectiva no enunciado, a do falante atual e a do relatado:

(83c) “[...] Quando se envolveu no petrolão, **a Sete Brasil**_[SUJ.] parou de pagar ao Estaleiro Atlântico Sul. **Segundo informações**_[FT.], do contrato de sete navios-sonda, que totaliza 6 bilhões de reais, a Sete Brasil já **teria desembolsado**_[CR] 1,6 bilhão de reais, e desde outubro parou de pagar. [...]”

No trecho (83c), emerge um ponto de vista construído por uma perífrase condicional reportativa: “teria desembolsado”. O falante, caso quisesse, poderia ter empregado o pretérito perfeito em seu lugar, uma forma verbal evidencialmente neutra, mantendo o padrão dos demais verbos de (83), “envolveu” e “parou”, conforme (83c’):

(83c’) [...] Quando se envolveu no petrolão, a Sete Brasil parou de pagar ao Estaleiro Atlântico Sul. Segundo informações, do contrato de sete navios-sonda, que totaliza 6 bilhões de reais, a Sete Brasil já **desembolsou** 1,6 bilhão de reais, e desde outubro parou de pagar. [...]

O falante, no entanto, não constrói um ponto de vista como o de (83c’), e essa atitude não é aleatória; é, ao contrário, intencionada. Se ele empregasse o pretérito perfeito “desembolsou” em lugar da perífrase “teria desembolsado”, o significado temporal não é apenas o que se perderia, mas, especialmente, o valor reportativo, que pode ser expresso somente pela forma condicional.

Até o emprego do condicional em (83c), o falante estava construindo a perspectiva de seu discurso com pontos de vista marcados de dois modos: (i) ancorado em sua própria cognição e dêixis, utilizando formas verbais que expressam seu comprometimento com o que está dizendo; (ii) após iniciar as construções de relato, a cognição passa a ser do falante relatado e a dêixis permanece sob o seu domínio, sendo empregadas formas verbais que expressam noções absolutas de tempo e que, devido às marcações de informação indireta, fazem apenas com que o falante não demonstre questionar a informação (Kronning, 2018).

Na emergência do ponto de vista do condicional, em (83c), no entanto, o objetivo do falante de convencer seus interlocutores da gravidade da situação não se altera; o que se altera é a sua postura em relação à construção dessa perspectiva, pois, se até aqui ele não questionava o que diz, a partir do uso do condicional, passa a expressar essa intenção discursiva. Isso, porque, por sua função reportativa e como marcação gramatical bicategorial de epistemicidade e evidencialidade, o condicional transmite, de acordo com Kronning (2018), uma intenção discursiva do falante de se recusar absolutamente em expressar qualquer tipo de avaliação sobre o conteúdo enunciado.

Em (83c), o sujeito a que se faz referência é “a Sete Brasil”, que, correspondendo à terceira pessoa do singular, é uma das 435 ocorrências reportativas que tiveram a posição de sujeito preenchida por essa pessoa e número (74,6%). Esse é, portanto, um sujeito concreto e externo à situação de fala, mas que, ao mesmo tempo, representa um coletivo, o que o torna bastante amplo e intensifica o distanciamento do falante em relação à informação original.

Além disso, em (83c), esse sujeito aparece junto a uma marcação de fonte “segundo informações”. Essa fonte é apenas quantitativa, com base em Kronning (2018), e altamente genérica. Ela está entre as 245 das 583 ocorrências condicionais reportativas classificadas como genéricas e explícitas na codificação dos dados (42%), isso, pois, não há como o interlocutor ter a menor ideia a respeito de quais informações são essas, bem como de onde ou de quem possam ter vindo; apenas se sabe, basicamente, que não é do falante, o que acaba por imprimir um baixo nível de confiabilidade ao enunciado e corrobora a estratégia de emprego do condicional.

Quanto à forma verbal do condicional de (83c), “teria desembolsado” é um caso de perífrase, representando as 278 ocorrências que foram assim classificadas sob esse parâmetro (47,7%). Em (83c’), mais uma vez, apresenta-se a inversão de uma forma perifrástica pela sintética:

(83c’’) [...] Segundo informações, do contrato de sete navios-sonda, que totaliza 6 bilhões de reais, a Sete Brasil já desembolsaria_[CR] 1,6 bilhão de reais, e desde outubro parou de pagar. [...]

Enquanto na construção original de (83c), com o emprego da perífrase “teria desembolsado”, o evento relatado parece ter ocorrido em momento anterior à enunciação, em

(83c’), com a substituição pela forma “desembolsaria”, sintética do verbo, o evento parece que ainda está para acontecer, posteriormente ao momento da fala.

Depois de (83c), o falante retoma o domínio da cognição, de modo que não sinaliza mais marcadores indiretos de obtenção de informação e, seguindo com o domínio da dêixis, volta também a construir pontos de vista com formas verbais evidencialmente neutras e localizadas com relação ao momento da fala. Assim, após (83c), as perspectivas dêitica e cognitiva voltam a coincidir no discurso, conforme exemplificado pelo trecho (83d) a seguir:

(83d) “É isto que **nós**_[EU] **vamos** fazer na **próxima sexta-feira**_[AGORA]: **ir** à Refinaria Abreu e Lima, **ir** ao Estaleiro Atlântico Sul, para que **[nós]**_[EU] **possamos**, in loco, **verificar** a dimensão, **Sr. Presidente**_[VOCÊ], do que **está acontecendo no Complexo de Suape**_[AQUI].”

Em termos funcionais, mesmo quando um outro tipo de marcador reportativo coexiste com o condicional no enunciado, no PB, a marcação gramatical da reportatividade pelo condicional é o que permite que o falante não avalie a verdade da proposição e a confiabilidade do enunciado (Kronning, 2018). A depender das intenções discursivas do falante, essa dissociação pode ser uma boa estratégia.

Contudo, a análise da construção do ponto de vista e da perspectiva no fragmento 2 sugere que, em termos cognitivos, quando o falante demarca a reportatividade por meio de um mecanismo lexical antes da emergência do ponto de vista marcado pelo condicional, ocorre uma alteração de perspectiva cognitiva, indicada, nesse caso, pela locução prepositiva.

A partir da análise do fragmento 2, conclui-se, então, que, embora a função de dissociação desse marcador seja clara, conforme demonstrado nas comparações com outras formas verbais empregadas para construir pontos de vista distintos no discurso, em casos como o do fragmento 2, a locução prepositiva é que atua como mecanismo de alteração da perspectiva cognitiva, pois, quando há a emergência do ponto de vista do condicional, os estados cognitivos já estão ancorados no outro, pelo ponto de vista demarcado lexicalmente pela locução prepositiva.

Nesta seção, a análise de ambos os fragmentos evidencia que, no PB, a marcação da reportatividade por meio do condicional permite ao falante distanciar-se da verdade da proposição e da confiabilidade da fonte, o que pode ser uma estratégia discursiva relevante ao orador.

No fragmento 1, o condicional, como sendo o único mecanismo utilizado pelo falante na construção da reportatividade, é responsável pela construção de um ponto de vista que altera a perspectiva cognitiva do discurso, transferindo-a do falante atual para um outro, o que permite comprovar esse marcador não apenas como funcional, enquanto mecanismo de dissociação do falante com relação ao enunciado, como também cognitivo, em termos de capacidade de alterar a perspectiva do discurso.

No entanto, quando o falante recorre a um marcador lexical de reportatividade antes de empregar o condicional reportativo, em casos como o do fragmento 2, há uma alteração na perspectiva cognitiva do enunciado, que transfere o ponto de vista do falante atual para um outro e que se dá pela emergência do ponto de vista construído em virtude de um mecanismo reportativo lexical. Assim, o condicional, enquanto marcação gramatical da reportatividade, quando empregado posteriormente a um outro marcador reportativo em uma mesma construção, atua como mecanismo dissociativo de responsabilidade epistêmica e confiabilidade da informação, dando ao falante a possibilidade de (des)confirmar a informação ao longo do discurso; e o marcador lexical como um mecanismo linguístico de alteração da perspectiva cognitiva.

Apresentada a análise de dados e discutidos os resultados alcançados no trabalho, segue-se, por fim, às conclusões.

CONCLUSÕES

Com um tema ainda pouco explorado pelos trabalhos de Linguística desenvolvidos para o PB, a presente pesquisa buscou contribuir para o cenário dos estudos acerca do valor condicional evidencial nessa língua. Após as descrições funcionais de Lourenço (2016) e Mella (2020), que atestaram o uso do condicional como marcador gramatical de evidencialidade nessa variante do português, este estudo teve como objetivo ampliar o escopo de análise do objeto, sob uma abordagem cognitivo-funcional, fornecendo uma nova descrição especificamente voltada ao condicional reportativo, considerando-o como um marcador gramatical de construção de ponto de vista e mudança de perspectiva no discurso.

Assim, com base em dados coletados de um *corpus* composto por Diários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, buscou-se analisar como o condicional reportativo pode atuar na construção de pontos de vista e de mudança de perspectiva linguísticas, com vistas a explorar seu papel na organização e na interpretação do discurso e a propor uma abordagem que integrasse aspectos cognitivos e funcionais em sua caracterização.

Apesar da possível intercambialidade no uso dos termos “ponto de vista” e “perspectiva” por diversos autores, como, por exemplo, Vandelanotte (2019), o trabalho apresentado optou por empregá-los como distintos, para evitar comprometer aspectos linguísticos relevantes pelo uso excessivo de um ou outro, conforme a ressalva do próprio autor.

Para tanto, com base na relação estabelecida entre ponto de vista e perspectiva por Dancygier (2017), de que as expressões linguísticas representam múltiplos pontos de vista e estes formam redes coerentes orientadas pelo discurso, assumiu-se, nesse estudo, que “ponto de vista” refere-se a estruturas pontuais, difundidas na linguagem, construídas por incontáveis mecanismos linguísticos, intencionalmente empregados pelo falante em direção aos objetivos do discurso; e “perspectiva”, levando-se em consideração o contexto, o gênero e a função discursiva, bem como a bagagem ideológica e cultural do falante, influencia a maneira com que os participantes do ato comunicativo constroem os pontos de vista do discurso, formando, a partir deles, redes coerentes que visam atender aos objetivos desse discurso. Nesse sentido, pode-se dizer que esses fenômenos se influenciam mutuamente.

Assumiu-se, com base em Vandelanotte, (2012), que construções de relato envolvem dois eventos de fala, um atual, a partir do qual um outro é evocado, permitindo o acesso aos estados cognitivos de um outro, o que resulta, portanto, na coexistência de múltiplas perspectivas em um mesmo enunciado (Evans, 2005; Spronck, 2015; Gentens *et al.*, 2019; Zeman, 2019).

Baseando-se na interação entre estrutura gramatical e contexto discursivo, considerada por Zeman (2019) como necessária para análises dessa natureza, como também na relação e, principalmente, na distinção entre a perspectiva dêitica (“quem fala?”) e a perspectiva cognitiva (“quem percebe?”) do discurso, proposta por Vandelanotte (2019), a análise desenvolvida nesta dissertação permitiu mostrar que, na emergência do ponto de vista construído pelo uso do condicional reportativo, essas duas perspectivas não coincidem, uma vez que a perspectiva dêitica permanece sob domínio do falante atual, enquanto a perspectiva cognitiva passa a estar localizada em um outro falante, o chamado representado, com base em Vandelanotte (2012). Desse modo, conclui-se, neste trabalho, que a mudança de perspectiva decorrente do emprego do condicional reportativo é cognitiva.

Funcionalmente, a análise corroborou com os resultados encontrados nas descrições realizadas em Lourenço (2016) e Mella (2020) que, no que diz respeito ao condicional reportativo, comprovaram o objeto como um marcador gramatical de evidencialidade reportativa que, mesmo quando acompanhado de um ou mais marcadores lexicais de mesma função – isto é, que evidenciam o empréstimo da informação – no enunciado, ele é aquele que permite ao falante dissociar-se epistemicamente e quanto à confiabilidade da fonte da informação enunciada, eximindo-se de estabelecer quaisquer relações de avaliação sobre ela.

Cognitivamente, a análise permitiu concluir que quando o condicional reportativo ocorre como único marcador reportativo no enunciado, além desse marcador permitir a dissociação do falante quanto à verdade e à confiabilidade da fonte da informação, é ele o responsável pela mudança da perspectiva cognitiva (do falante atual para um outro representado) que, assim, é sinalizada gramaticalmente. Essa conclusão comprova a hipótese deste trabalho de que este objeto pode atuar não somente como um marcador gramatical de evidencialidade reportativa, que permite distanciamento no PB, mas também pode funcionar como um marcador cognitivo que, ao construir um ponto de vista no discurso, provoca uma alteração de perspectiva.

No entanto, em casos de coocorrência de marcadores, foi possível avaliar que quando o condicional reportativo é utilizado após a emergência do ponto de vista de um outro marcador reportativo lexical, apesar da sua função de dissociação se manter, não é ele o responsável pela alteração de perspectiva cognitiva no discurso, do falante atual para o representado, mas o marcador que, na mesma construção reportativa (antes que a perspectiva dêitica e a perspectiva cognitiva voltem a coincidir, de modo que a cognição volte a ser do falante), primeiro ocorrer.

Uma vez que um levantamento quantitativo ainda não tivesse sido realizado sobre esse objeto no PB, considerando a incipiência do panorama das pesquisas desenvolvidas sobre essa

forma verbal como marcação gramatical de evidencialidade, de modo geral, nessa língua, esta pesquisa teve também como objetivo elucidar a descrição do condicional reportativo, a partir de parâmetros pré-definidos de análise.

Quanto à pessoa e ao número do sujeito verbal, a preferência categórica pela terceira pessoa (100%), sobretudo, do singular (74,6%), nas ocorrências analisadas do *corpus*, é um resultado que corrobora e reforça o efeito de distanciamento provocado pelo condicional reportativo entre o falante e o enunciado, porque sujeitos em terceira pessoa sugerem informações de naturezas distantes, por representarem entidades externas ao ato comunicativo, o que pode ser um fator que contribui para justificar a intenção discursiva do falante em se manter alheio ao discurso, empregando o condicional reportativo como estratégia discursiva de distanciamento.

Baseado nesse parâmetro de análise, a possível existência de um *continuum* de distanciamento entre os próprios sujeitos de terceira pessoa empregados em construções condicionais reportativas, considerando-se que a língua oferece diferentes maneiras de demarcar um “mesmo” sujeito verbal, de formas mais ou menos específicas, o que depende das escolhas do falante e é regulado por suas intenções comunicativas, pode indicar uma possibilidade interessante de investigação para futuras descrições do condicional reportativo nessa língua.

Quanto à forma verbal, embora esse não tenha se mostrado um parâmetro relevante para o favorecimento de uma leitura condicional reportativa, em decorrência da distribuição relativamente equilibrada entre formas sintéticas (52,3%) e perifrásticas (47,7%) no *corpus*, a análise e discussão dos dados permitiu verificar que essas formas não são equivalentes entre si, de modo que o emprego de uma em detrimento da outra depende dos aspectos contextuais do enunciado.

Considerando-se o efeito de sentido expresso pelo condicional reportativo dependente do aspecto verbal, em termos de localização temporal do evento relatada em relação ao enunciado, conforme Kronning (2018), uma análise acurada desse traço do verbo condicional em enunciados reportativos poderia promover discussões férteis e resultados promissores à descrição do objeto.

Quanto à análise das características da fonte da informação, os resultados permitiram verificar que construções reportativas com fontes genéricas e implícitas, o que equivale a dizer que com apenas o condicional como marcador desse tipo de evidencialidade, não foram expressivas nas ocorrências analisadas (7,7%), em comparação com aquelas que apresentaram

o condicional junto a marcadores reportativos de outras naturezas (fontes explícitas que, subdivididas entre genéricas e específicas, representaram 42% e 50,3% dos dados, respectivamente, totalizando 92,3% deles).

Porém, a análise desse parâmetro, pela apresentação de dados no *corpus* que apresentaram somente o condicional como marcador reportativo no enunciado, confirmou o objeto enquanto um marcador gramatical de evidencialidade reportativa no PB, uma vez que, mesmo nesses casos, quando não acompanhado de marcadores lexicais de reportatividade, o uso do condicional se mostrou capaz de atribuir aos contextos uma leitura reportativa.

De modo geral, a partir do presente trabalho, conclui-se que o condicional reportativo é um objeto de estudo que permite ser analisado de diferentes maneiras, com diversos propósitos de investigação. Considerando-se a incipiência de análises que discutam ponto de vista e perspectiva como fenômenos do discurso no PB e o ineditismo da proposta ao tratar o condicional reportativo como um marcador gramatical não apenas funcional, mas também cognitivo nessa língua, este trabalho objetivou, sobretudo, contribuir para o avanço de estudos tanto sobre o condicional como um marcador gramatical de evidencialidade quanto sobre esses fenômenos cognitivos do âmbito discursivo no PB, de modo a estimular novas investigações.

A análise aqui empreendida é, portanto, apenas um ponto de partida para discussões que podem, ainda, ser aprofundadas e produtivas de diversas formas, no PB e em outras línguas.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, A. Evidentiality in typological perspective. In: AIKHENVALD, A.I.Y.; DIXON, R. M. W. (Eds.). *Studies in evidentiality. Typological studies in language*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v. 54, p. 1-32, 2003.

AIKHENVALD, A. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

ANDERSON, L.B. Evidentials, paths of change, and mental maps: typologically regular asymmetries. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Eds.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood: Ablex, p.273-312, 1986.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1988.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BERLIN, B.; KAY, P. *Basic color terms: Their universality and evolution*. Berkeley: University of California Press, 1969.

BÖHM, V.; HENNEMANN, A. A. The Evidential Use of the Spanish Imperfect and the Conditional in Journalistic Contexts. *Studia Neophilologica*, 86:2, p. 183-200, 2014.

BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in Lega. *Studies in Language*, Amsterdam, v.21, n.3, p. 509-532, 1997.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CANÇADO, M.; AMARAL, L.; MEIRELLES, L. *VERBOWEB_Syntactic - Semantic analysis of Brazilian Portuguese verb classes*, 2022. Disponível em <<http://verboweb.letras.ufmg.br/>>. Acesso em 19 de nov. de 2024.

CASSEB-GALVÃO, V. C. C. *Evidencialidade e Gramaticalização no Português do Brasil: os usos da expressão diz que*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, 2001.

CHAFE, W.; NICHOLS, J. *Evidentiality: The Linguistic Coding of Epistemology*. New York City: Ablex Publishers, 1986.

CHARAUDEAU, P. O discurso político. In: MACHADO, I.; MELLO, R. (Orgs.). *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Fale-UFMG, p. 251-268, 2004.

CORNILLIE, B. *Evidentiality and Epistemic Modality in Spanish (Semi-)Auxiliaries*. Berlim: Walter de Gruyter, 2007.

CORNILLIE, B. Evidentiality and epistemic modality. In: *Functions of Language*. Belgium: John Benjamins Publishing Company, 2009, p. 44-62.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar: Syntactic theory in typological perspective*. Oxford: University Press, 2001.

DANCYGIER, B. *The language of stories: A cognitive approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

DANCYGIER, B. Viewpoint phenomena in constructions and discourse. *Glossa: a journal of general linguistics*, v. 2(1), p. 37, 2017.

DANCYGIER, B.; LU, W.; VERHAGEN, A. Viewpoint and the fabric of meaning. *De Gruyter Mouton*, 2016.

DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. (eds.) *Viewpoint In Language: A Multimodal Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

DANCYGIER, B.; VANDELANOTTE, L. Discourse viewpoint as network. In: DANCYGIER, B.; LU, W.; VERHAGEN, A. *Viewpoint and the fabric of meaning*. De Gruyter Mouton, p. 13-40, 2016.

DE HAAN, F. *The category of Evidentiality*. Unpublished ms, University of New Mexico, 1998.

DENDALE, P. *Le marquage épistémique de l'énoncé. Esquisse d'une théorie avec applications au français*. Tese de doutorado. Universidade d'Anvers, 1991.

DENDALE, P. Le conditionnel de l'information incertaine: marqueur modal ou marqueur évidentiel?. In: HILTY, G. (Ed.). *Actes du XX Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Université de Zurich (6-11 avril 1992), Tübingen, Francke Verlag, v.1, p.165-176, 1993.

DENDALE, P. Il serait à Paris en ce moment. Serait-il à Paris? A propos de deux emplois épistémiques du conditionnel. Grammaire, syntaxe, sémantique. In: CASTRO, C. A., BANGO DE LA CAMPA, Fl. e DONAIRE, M.L. *Liens linguistiques*. Etudes sur la combinatoire et la hiérarchie des composants, Bern, Peter Lang, p. 291-317, 2010.

DENDALE, P. Le conditionnel "journalistique", marqueur de modalisation en discours second: éléments d'archéologie grammaticale. In: BRANCA-ROSOFF, S. (Eds.). *L'hétérogène à l'œuvre dans la langue et les discours*. Hommage à Jacqueline Authier-Revuz, Paris, Lambert-Lucas, p. 229-248, 2012.

DENDALE, P.; COLTIER, D. Sodome et Gomorrhe et l'emploi du conditionnel. In: GENEVIÈVE, H. S.; SERÇA, I. (Eds.). *Marcel Proust et la forme linguistique de la Recherche*. Paris: Honoré Champion, p. 131-159, 2013.

DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. Présentation. L'évidentialité ou le marquage des sources du savoir. *Langue française*. Paris, v.102, p.3-7, 1994.

DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. Introduction: Evidentiality and related notions. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.33, n.3, p.339-348, 2001.

DIK, S. C. *Functional Grammar*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1978.

DU BOIS, John W. The Stance Triangle. In: ENGBRETSEN, R. (Ed.). *Stancetaking in Discourse: Subjectivity, Evaluation, Interaction*. Amsterdam: Benjamins, 2007, p. 139–182.

DUARTE, I. M. Futuro perfeito e condicional composto: mediativo no discurso jornalístico em português europeu e em português brasileiro. In: HORA, D. (Ed.). *Anais do VI Congresso Internacional da Abralín*. João Pessoa, 2009.

DUJIN, M.; VERHAGEN, A. Recursive embedding of viewpoints, irregularity, and the role for a flexible framework. In: GENTENS, C. et. al. (Eds.). *Irregular perspective shifts and perspective persistence: discourse-oriented and theoretical approaches*. *Pragmatics*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v. 29:2, p. 198-225, 2019.

DURAN, M.; ALUÍSIO, S. Verbos Auxiliares no Português do Brasil. *Série de Relatórios Técnicos do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional*, NILC-TR-10-05, 2010.

ESCANDELL, M. V. Cortesía, fórmulas convencionales y estrategias indirectas. *Revista Española de Lingüística*, v. 25, n. 1, p. 31-66, 1995.

EVANS, N. View with a View: Towards a Typology of Multiple Perspective Constructions. In: COVER, R.; KIM, Y. (Eds.). *Proceedings of the Thirty-First Annual Meeting of the Berkeley*. Linguistics Society, Berkeley: Berkeley, p. 93-120, 2005.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. *Gramática*. 12.ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces: Aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: University Press, 1994.

FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge: University Press, 1997.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *Conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

FERRARI, L.; PINHEIRO, D. Forma e função: reflexões a partir da Linguística Cognitiva. In: RIOS DE OLIVEIRA, M.; CEZARIO, M. M. (Org.) *Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes*. Niterói: Eduff, 2017.

FERRARI, L.; PINHEIRO, D. Linguística funcional, linguística cognitiva e gramática de construções: mapeando o campo das abordagens cognitivo-funcionais. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 595-621, 2020.

FILLMORE, C. Frame semantics. *Linguistics in the morning calm*, Seoul: Hanshin, p.111-137, 1982.

FILLMORE, C. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, v. 6, p. 222-54, 1985.

FILLMORE, C. *Lectures on deixis*. Stanford, CA: Center for the Study of Language and Information, 1997.

- FLUDERNIK, M. *The Fiction of Language and the Languages of Fiction*. London: Routledge, 1993.
- FOLEY, W.; VAN VALIN, R. D. Jr. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: University Press, 1984.
- FREITAG, R. M. K; ARAUJO, A.S. O passado condicional: formas e contextos de uso. *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, v.16, p.199-228, 2011.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Linguística Funcional Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2013.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, A. L. Modelos baseados no uso: um panorama de pesquisas em língua portuguesa brasileira com base em dados empíricos. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 30, n. 2, p. 472–472, 2022.
- GENETTE, G. *Narrative discourse: an essay in method*. Oxford: Blackwell, 1980.
- GENETTE, G. *Narrative discourse revisited*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.
- GENTENS, C.; SANSIÑENA, M.; SPRONCK, S.; VAN LIDEN, A. Irregular perspective shifts and perspective persistence: discourse-oriented and theoretical approaches. *Pragmatics*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v. 29:2, 2019, p. 155-308.
- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York, Academic Press, 1979.
- GIVÓN, T. Evidentiality and epistemic space. *Studies in Language*, Amsterdam, v.6. p.23-49, 1982.
- GOLDBERG, A. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University Press, 1995.
- GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HALLIDAY, M. A. K. *Categories of the theory of grammar*. *Word*, 17, p. 241-292, 1961.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to Functional Grammar*. London: Hodder Arnold, 2004.
- HATTNER, M. M. *Evidencialidade e modalidade: forma e função*. (Relatório de pesquisa). São Paulo: FAPESP, 2001.

- HATTNER, M. M. Pesquisas em sintaxe: a abordagem funcionalista da evidencialidade. In: MASSINICAGLIARI, G. et. al. (Org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia e sintaxe*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2007, p. 103-145.
- HATTNER, M. M. A expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 8, p. 98-111, set. 2018.
- HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. *Journal of Semantics*, Nijmegen, v.6, p.227-269, 1988.
- HENGEVELD, K.; HATTNER, M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. *Linguistics*, v.53, n.3, p. 479-524, 2015.
- HENGEVELD, K.; FISCHER, R. A'ingae (Cofán/Kofán) Operators. *Open Linguistics*. v. 4. p. 328-355, 2018.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A Typologically-Based Theory of Language Structure*. Oxford: University Press, 2008.
- HOFF, B. J. Evidentiality in the Carib: particles, affixes and a variant of Wackernagel's law. *Lingua*, Amsterdam, n.69, p.49-103, 1986.
- JACOBSEN, W.H. The heterogeneity of evidentials in Makah. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistics coding of epistemology*. Norwood: Ablex, p.3-28, 1986.
- JAKOBSON, R. *Shifters, verbal categories, and the Russian verb*. Massachusetts: Harvard University Press, 1957.
- KRONNING, H. Le conditionnel journalistique: médiation et modalisation épistémiques. *Romansk Forum*, v.16, p. 561-575, 2002.
- KRONNING, H. Le conditionnel épistémique: propriétés et fonctions discursives. In: *Langue française*, Armand Colin, v. 173, p.83-97, 2012.
- KRONNING, H. Epistemic modality and evidentiality in Romance: the Reportative Conditional. In: GUENTCHÉVA, Z. (Ed.). *Epistemic Modalities and Evidentiality in cross-Linguistic Perspective*. Berlin: Walter de Gruyter, p. 69-102, 2018.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. London: The University of Chicago Press, 1980.
- LANGACKER, R. W. Foundations of Cognitive Grammar. *Theoretical prerequisites*. Stanford, CA: Stanford University Press, v. 1, 1987.
- LANGACKER, R. W. An overview of Cognitive Grammar. In: RUDZKA-OSTYN, B. (Ed.), *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1988.

- LANGACKER, R. W. *Concept, Image, Symbol: The Cognitive Basis of Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1990.
- LEVINSON, S. *Space in language and cognition: explorations in cognitive diversity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LOURENÇO, F. P. C. *O condicional evidencial no gênero jornalístico*. Tese de Mestrado. UFSCar. 2016.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 1, 1977.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 19-36.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MARÍN ARRESE, J. I.; HASSLER, G.; CARRETERO, M. *Evidentiality revisited: cognitive grammar, functional and discourse-pragmatic perspectives*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2017.
- MELLA, B. S. *O uso do condicional evidencial no gênero “discurso político” no português do Brasil*. Relatório de Iniciação Científica. PIBIC/UFSCar. 2020.
- MICROSOFT. *Excel 17.0: Microsoft Windows*, 2019. Acesso em 19 de novembro de 2024.
- MICROSOFT. *Word 17.0: Microsoft Windows*, 2019. Acesso em 19 de novembro de 2024.
- MIRANDA, A. F. *A expressão das evidencialidades reportativa e citativa no discurso jornalístico*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. São José do Rio Preto: 2021.
- MITHUN, M. Evidentials diachrony in Northern Iroquoian. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistics coding of epistemology*. Norwood: Ablex, p.89-112, 1986.
- NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*, 13, p. 97-117, 1984.
- NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. *Linguistics*, Hawthorne, v.31, p.933-969, 1993.
- NUYTS, J. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.33, n.3, p.383-400, 2001.
- OLIVEIRA, M. Sur le verbe modal dever en portugais. In: *Faits de langue et de discours pour l'expression des modalités*. Saint-Denis: Université Paris 8 Vincennes, p. 87-98, 2015.

OLIVEIRA, T. *Valores de (inter)subjetividade na análise semântica: a marcação da distância*. Tese de doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 2013.

OUSHIRO, L. *dmsocio*. v0.2.0. Available on: oushiro.shinyapps.io/dmsocio. Access on: 01 Jul. 2023. 2018.

PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PARRILL, F. Interactions between discourse status and viewpoint in co-speech gesture. In: DANCYGIER, B; SWEETSER, E. (Eds.). *Viewpoint in Language: A Multimodal Perspective*. Cambridge: MA: Cambridge University Press, p. 97-112, 2012.

PLUNGIAN, V. Types of verbal evidentiality marking: an overview. In: DIEWALD, G.; SMIRNOVA, E. (Ed.). *Linguistic Realization of Evidentiality in European Languages*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, p.15-58, 2010.

R CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. Vienna: R. *Foundation for Statistical Computing*, 2021. Disponível em: <<http://www.R-project.org/>>. Acesso em: 19 de outubro de 2024.

RIVERO, M. L., Un ejemplo de metodología de filosofía analítica en la semántica lingüística: la cortesía y los actos verbales, *Revista española de lingüística*, vol. 8, núm. 1, pp. 77-103, 1978.

ROSÁRIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa: Revista de Linguística*, UNESP, online, v. 60, p. 233-259, 2016.

ROSCH, E. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In: MOORE, T. (Ed.). *Cognitive development and the acquisition of language*. New York: Academic Press, p. 111-44, 1973.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: ROSCH, E, (eds.), *Cognition and Categorization*. Hillsdale, NY: Lawrence Erlbaum, p. 27-48, 1978.

SANDLER, S; PASCUAL, E. Recursive embedding of viewpoints, irregularity, and the role for a flexible framework. In: GENTENS, C. et. al. (Eds.). *Irregular perspective shifts and perspective persistence: discourse-oriented and theoretical approaches*. *Pragmatics*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v. 29:2, p. 250-276, 2019.

SILVA, A. S. Evidencialidade/mediatividade, modalidade epistémica e (inter)subjetividade. *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, v. 1, p. 263–294, 2022.

SPRONCK, S. Stance as participant structure: a Jakobsonian approach to the pragmatics and semantics of evidentiality. In: CORNILLIE, Bert; MARÍN ARRESE, Juana I. (ed.). *Evidentiality and the semantics-pragmatics interface* [Belgian Journal of Linguistics 29]. Amsterdam: John Benjamins, 2015. p. 193–216.

SQUARTINI, M. The internal structure of evidentiality in Romance. *Studies in Language*, v. 1.25(2), p. 297-334, 2001.

SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TALMY, R. Lexicalization patterns; semantic structure in lexical form. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description*, v. 3. Cambridge: University Press, p. 36-149, 1985.

TALMY, R. Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science*, v. 2, p. 49-100, 1998.

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. (Ed.). *Variation, selection, development: probing the evolutionary model of language change*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008, p.219-250.

VAN VALIN, R. D.; LAPOLLA, R. J. *Syntax: Structure, meaning and function*. Cambridge: University Press, 1997.

VANDELANOTTE, L. *Speech and Thought Representation in English: A Cognitive-functional Approach*. De Gruyter Mouton, Berlin, 2009.

VANDELANOTTE, L. Wait till you got started”: how to submerge another’s discourse in your own. In: DANCYGIER, B; SWEETSER, E. (Eds.). *Viewpoint in Language: A Multimodal Perspective*. Cambridge: MA: Cambridge University Press, p. 198-218, 2012.

VANDELANOTTE, L. Changing Perspectives: Something old, something new. In: GENTENS, C. et. al. (Eds.). Irregular perspective shifts and perspective persistence: discourse-oriented and theoretical approaches. *Pragmatics*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v. 29:2, p. 170-197, 2019.

VATRICAN, A., El condicional de cortesía en español: la hipótesis como forma de atenuación. In: A. Cabedo Nebot, M. J. Aguil-lar Ruiz & E. López-Navarra Vidal (eds), *Estudios de lingüística*: Universitat de València, 2013, p. 469-480.

VATRICAN, A. Usos y valores modales del condicional en español. In: *Archivum*, Oviedo: Universidad de Oviedo, v. 64, p. 239-273, 2014.

VENDRAME, V. *Os verbos de percepção ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa*. Tese de doutorado em Estudos Linguísticos. UNESP: São José do Rio Preto, 2010.

VERHAGEN, A. *Constructions of Intersubjectivity. Discourse, Syntax, and Cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, Dordrecht, v.12, n.1, p.51-97, 1988.

ZEMAN, S. The emergence of viewpoints in multiple perspective constructions. In: GENTENS, C. et. al. (Eds.). Irregular perspective shifts and perspective persistence: discourse-oriented and theoretical approaches. *Pragmatics*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v. 29:2, p. 226-249, 2019.

APÊNDICE A — Relação de Diários coletados para a composição do *corpus* de pesquisa

Diário	Data de publicação	Ano	Número do Diário	Casa Legislativa	Presidente	Número de páginas	Tipo do pronunciamento
D1	02/fev	2015	10	CD	EC	90	AB
D2	04/mar	2015	29	CD	EC	518	OD
D3	08/abr	2015	52	CD	EC	740	OD
D4	06/mai	2015	70	CD	EC	678	OD
D5	02/jun	2015	89	CD	EC	474	OD
D6	02/jul	2015	110	CD	EC	1206	BC
D7	05/ago	2015	127	CD	EC	526	OD
D8	02/set	2015	147	CD	EC	562	OD
D9	02/out	2015	168	CD	EC	450	OD
D10	04/nov	2015	188	CD	EC	822	OD
D11	04/dez	2015	210	CD	EC	350	AB
D12	02/fev	2019	9	CD	RM	102	NA
D13	21/mar	2019	41	CD	RM	950	OD
D14	10/jul	2019	116	CD	RM	1148	OD
D15	14/ago	2019	141	CD	RM	846	OD
D16	05/set	2019	157	CD	RM	820	CG
D17	02/out	2019	176	CD	RM	740	OD
D18	24/fev	2022	21	CD	AL	1022	OD
D19	10/mar	2022	30	CD	AL	988	OD
D20	07/abr	2022	50	CD	AL	554	OD
D21	25/mai	2022	82	CD	AL	728	OD
D22	16/jun	2022	98	CD	AL	848	OD
D23	13/jul	2022	116	CD	AL	922	OD
D24	10/nov	2022	189	CD	AL	640	OD
D25	22/dez	2022	218	CD	AL	1270	OD
D26	02/fev	2015	3	SF	RC	130	NA
D27	04/mar	2015	22	SF	RC	534	NA
D28	08/abr	2015	44	SF	RC	808	NA
D29	06/mai	2015	62	SF	RC	374	NA
D30	02/jun	2015	81	SF	RC	664	NA
D31	02/jul	2015	102	SF	RC	784	NA
D32	06/ago	2015	117	SF	RC	548	NA
D33	03/set	2015	137	SF	RC	528	NA
D34	08/out	2015	160	SF	RC	844	NA
D35	12/nov	2015	182	SF	RC	638	NA
D36	09/dez	2015	199	SF	RC	256	NA
D37	07/fev	2019	6	SF	DA	93	NA
D38	13/mar	2019	25	SF	DA	455	NA

Diário	Data de publicação	Ano	Número do Diário	Casa Legislativa	Presidente	Número de páginas	Tipo do pronunciamento
D39	03/abr	2019	40	SF	DA	549	NA
D40	23/mai	2019	73	SF	DA	625	NA
D41	26/jun	2019	93	SF	DA	533	NA
D42	03/jul	2019	98	SF	DA	687	NA
D43	07/ago	2019	110	SF	DA	796	NA
D44	04/set	2019	129	SF	DA	717	NA
D45	16/out	2019	158	SF	DA	500	NA
D46	06/nov	2019	172	SF	DA	530	NA
D47	10/fev	2022	6	SF	RP	367	NA
D48	09/mar	2022	26	SF	RP	429	NA
D49	07/abr	2022	47	SF	RP	825	NA
D50	04/mai	2022	63	SF	RP	321	NA
D51	02/jun	2022	84	SF	RP	527	NA
D52	07/jul	2022	107	SF	RP	374	NA
D53	04/ago	2022	118	SF	RP	737	NA
D54	03/set	2022	140	SF	RP	212	NA
D55	05/out	2022	161	SF	RP	247	NA
D56	23/nov	2022	192	SF	RP	510	NA
D57	07/dez	2022	202	SF	RP	236	NA

Fonte: elaboração própria.

Legenda:

AB – Abertura

AL – Arthur Lira

BC – Breves Comunicações

CD – Câmara dos Deputados

CG – Comissão Geral

DA – Davi Alcolumbre

EC – Eduardo Cunha

NA – Não se aplica

OD – Ordem do Dia

RC – Renan Calheiros

RM – Rodrigo Maia

RP – Rodrigo Pacheco

SF – Senado Federal

ANEXO A — Trecho completo do Fragmento 1, analisado na parte 2 do Capítulo V

“O SR. MANDETTA (DEM-MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nobres pares, Mato Grosso do Sul é um Estado com uma história republicana recente, uma história fundiária recente, um Estado de convivência pacífica entre os brasileiros que lá vivem. Passo a narrar fatos ocorridos sexta-feira, sábado, domingo e segunda-feira naquele Estado, pois acho que são de interesse de todos os Parlamentares aqui.

Na semana passada, Deputado Chico, chegou a informação de que a comunidade indígena da cidade de Antônio João, cansada de aguardar a decisão do STF, que está há 10 anos debruçado sobre aquela questão e não se manifesta, decidiu entrar na área que, na sua ótica, havia sido homologada, para ocupar as fazendas do perímetro que seria homologado.

Os proprietários convocaram uma reunião. Eu para lá me dirigi na sexta-feira, para Campo Grande, com o Senador Moka, a Deputada Federal Tereza Cristina, do PSB desta Casa, e o Deputado Carlos Marun. Testemunhamos a angústia daquelas pessoas, que convocaram uma reunião para sábado de manhã na cidade de Antônio João. Eu estava do outro lado do Estado, eu estava em Coxim, à tarde e à noite, mas algo me disse que eu devia ir para lá, e fui.

Bem, chegando lá, sentamos à mesa, o Senador Moka, eu e a Deputada Tereza, com a Presidente do Sindicato, que é proprietária de uma dessas áreas ocupadas e fez um desabafo sobre tudo que entende que ocorreu de desmando na sua vida, na situação em que ela estava. Mostrou-nos que estava com as calças e a camisa do marido, pois não pôde tirar nem suas roupas da sua casa. Ela decidiu naquele momento ir em direção à sua casa, para morrer, ou para o que fosse acontecer, e naquele momento chamou as pessoas para irem à sua propriedade. Eu estava sentado numa cadeira quando todas as pessoas da reunião se levantaram e foram em direção a essa propriedade. O Senador Waldemir Moka e a Deputada Tereza Cristina ponderaram que não estavam lá para aquilo, mas que iam fazer interlocuções com o Governo Federal e o Governo Estadual.

Como Parlamentar e como médico, senti-me impelido a ir. Fiz ligações para o Governador, mas não consegui falar com ele. Falei com um Deputado Estadual e pedi que enviasse uma viatura ou um camburão.

Consegui ligar para o Presidente desta Casa, que me atendeu em Nova York, e disse a ele que estava em Antônio João e como Parlamentar ia tentar mediar um conflito que deveria ser de grandes proporções. Pedi ao Sr. Presidente que ligasse para o Ministro da Justiça para que ele enviasse uma força de segurança àquele local,

porque lá provavelmente não haveria sinal de celular.

E fui àquele local. No meio do caminho, encontrei um camburão da Polícia Militar. Parei, e disseram-me para entrar. Perguntaram quantos carros foram para lá. Eram mais de 50 carros. Fui com eles, e ao chegar encontrei a seguinte cena: os proprietários com seus carros parados, uma fila com mais ou menos 30, 40 carros, a sede da fazenda cercada, um pátio, um pequeno mata-burro, uma barricada, algo em torno de 15 índios e de 10 a 15 índias, muitas com crianças no colo. Do lado dos proprietários havia mulheres, crianças, idosos, tinha de tudo.

Consegui arbitrar um espaço entre os dois grupos. Consegui estabelecer esse espaço, com muita dificuldade. Levantei a camisa para mostrar que não estava armado. Identifiquei-me como Parlamentar. Chamei dois jornalistas que lá estavam e falavam guarani. Está aqui o Deputado Zeca, que conhece a questão da linguagem naquele local. E tentei entrar, porque eu achava que se entrasse poderia evitar uma situação de conflito. Não consegui pela dificuldade de me fazer entender.

Após 40 minutos de negociação os proprietários entraram nesse pátio, e houve uma cena de barbárie. Foi uma confusão generalizada. Havia pessoas armadas dos dois lados, havia crianças dos dois lados, havia pessoas de idade dos dois lados.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini) – Queira concluir.

O SR. MANDETTA – Após 5 ou 10 minutos de batalha campal, essas pessoas saíram, os índios saíram.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini) – Conclua, Deputado.

O SR. MANDETTA – Eu gostaria, até para que todos tenham noção, de solicitar que V.Exas. me permitissem concluir, Deputado Chico e Deputado Jean. Saíram os índios dessa propriedade. Ali consegui uma antena.

Conversei com o Senador Waldemir Moka, que me disse que a força de segurança estava a caminho. Aguardei por 2 horas. Perdoe-me, Deputada Alice Portugal, mas acho importante registrar isto. Aguardei por 2 horas.

Nesse ínterim, esses proprietários saíram para defender uma ponte de madeira na qual teria sido jogado óleo diesel, que ia ser incendiada, e ninguém mais entraria nem sairia. Eu permaneci nessa sede.

Quando a Força de Segurança chegou, rapidamente viu que ali já não havia conflito. Fomos em direção a essa ponte, a mil metros de uma segunda sede, onde já tinha havido outro conflito. Havia marcas de bala na porta de camionetes, proprietários dentro da casa da fazenda, e era um terreno inclinado, ao lado de um riacho, e do lado de lá do riacho havia uma casa de funcionários onde estavam os índios, todos em situação de enfrentamento.

A Força Nacional posicionou-se de maneira horizontal. Eu identifiquei-me como Parlamentar e disse a eles: “Daqui para frente coloquem um pouco de paz, de ordem”. Após 15 ou 20 minutos, em uma mata a 800 metros, ouviu-se um estampido, Deputado Ivan, um único estampido. Começou então uma movimentação. Os índios começaram a se movimentar. Depois de 10 ou 15 minutos, aproximadamente, vieram de lá, pelo fundo, trazendo um corpo. Se houvesse alguém ferido, eu faria o primeiro atendimento. Não me foi permitido ir.

Os chefes da força de segurança, da Força Nacional e da Polícia de fronteira para lá foram. Eu fiquei a 25 ou 30 metros. Tive a impressão de que não havia flacidez, mas não examinei. Não posso afirmar nada sobre o tempo de morte, mas tive a impressão de que havia hígidez.

O chefe da força de segurança voltou. Ele era da Força Nacional. Ele disse: “Olhe, eles afirmam que foi um rapaz de boné vermelho que lá estava. Vamos levar o rapaz de boné vermelho preso para que os índios vejam que foi tomada uma atitude. Ele vai sair no camburão. Os demais saiam no comboio”.

Eu saí de lá por volta de 5 horas da tarde e presenciei a total ausência do Estado brasileiro, federal, estadual e municipal.

Ou nós juntamos pessoas moderadas, de bem, e procuramos um texto que contemple o direito dos indígenas à terra, em uma ação que tenha celeridade e que lhes possa dar dignidade, e o direito da propriedade daqueles que investiram de boa-fé, não os grileiros, mas os de boa-fé, ou encontramos esse texto, Deputado Chico, ou vamos ver cenas como essa se repetirem indefinidamente naquele espaço de chão e nos outros Estados da Federação.

Eu faço aqui um apelo aos Parlamentares, ao juízo desta Casa, no sentido de que não haja extremismos, mas que haja a construção de um entendimento no Parlamento para pacificar essa relação, porque houve mais uma morte, mais um dia de violência no campo.

Desculpe-me, Deputada Alice Portugal. Perdoem-me por ter extrapolado o tempo, mas eu tinha de fazer este relato desta tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.”